



Universidade Federal
da Grande Dourados

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
LAUDICÉIA NEIVA ROLDÃO AZEVEDO**

**RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS - MS:
ANÁLISE A PARTIR DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA**

**DOURADOS-MS
2019**



Universidade Federal
da Grande Dourados

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
LAUDICÉIA NEIVA ROLDÃO AZEVEDO**

**RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS- MS:
ANÁLISE A PARTIR DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

**Dourados – MS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A994r Azevedo, Laudiceia Neiva Roldao
RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLORIA DE
DOURADOS- MS: Análise a partir da indústria doméstica [recurso
eletrônico] / Laudiceia Neiva Roldao Azevedo. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Márcia Yukari Mizusaki.
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande
Dourados,
2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. : Indústria doméstica. 2. . 3. Resistência camponesa. 4. . 5.
Autonomia relativa. I. Mizusaki, Márcia Yukari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente / Orientadora
Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki

1º Examinador
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

2º Examinador
Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Dourados, 29 de março de 2019.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, às quais tenho muito a agradecer: Agradeço, em especial, à Professora Márcia Yukari Mizusaki, pela orientação dispensada como professora, pela paciência e atenção desde os primeiros passos dessa pesquisa enquanto projeto.

Aos professores José Gilberto de Souza e Thiago Santin Karas e José Gilberto de Souza pelas importantes contribuições durante o exame de qualificação, as quais possibilitaram maior clareza para alcançar os objetivos propostos e pelas contribuições acrescentadas no momento da defesa.

Aos professores Rodrigo Simão Camacho, Jones Dari Goettert, Marcos Leandro Mondardo, Silvana de Abreu e Márcia Mizusaki que ministraram suas disciplinas e promoveram discussões, debates e aulas a campo enriquecedoras para o conteúdo dessa pesquisa.

Às colegas de pós-graduação e amigas, Simone, Maria Aparecida pelo convívio e colaboração. Pelas conversas, momentos de distrações, que de alguma forma me fizeram afirmar e persistir nos momentos mais difíceis.

Aos meus queridos colegas de carona, Giovam, Edmilson, Cleidvaldo e Cleitom por me proporcionarem além da companhia agradabilíssima, muitas risadas no trajeto de ida e volta da Universidade. E ainda, juntos trocamos experiências e aprendizados sobre nossas pesquisas durante o tempo em que viajamos juntos.

Aos entrevistados, pela atenção dispensada ao e receber em suas unidades familiares, permitindo-me observar o modo de fazer seus queijos, doces, e bolos.

À AGRAER (Agência de desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) pela disposição de dados quantitativos e qualitativos sobre a área rural do município.

Aos meus filhos Ana Livia e Pedro Lucas, e marido Laércio por compreender as minhas ausências.

RESUMO

Enquanto resultado do contraditório desenvolvimento capitalista, os camponeses lutam pela manutenção do equilíbrio da sua base de recursos, pela autonomia relativa e pela permanência na terra frente a territorialização do capital. A resistência camponesa foi evidenciada no município de Glória de Dourados por meio de várias estratégias, conforme as nuances e contradições da expansão do capitalismo no campo. Nos últimos 20 anos, o campesinato gloria-douradense busca na transformação da matéria prima de origem vegetal e animal, uma forma complementar à renda na unidade camponesa. A produção tem como base a mão de obra da família e a venda mediante os circuitos curtos de comercialização. Buscamos analisar as relações contidas nessa forma de produção que caracteriza a indústria doméstica, na perspectiva de nova estratégia de resistência camponesa. A observação e análise partiu do levantamento de dados em 15 unidades de produção que possuem a indústria doméstica. As entrevistas com camponeses e as observações empíricas foram importantes guias para entender as etapas envolvidas no processo de produção e venda dos produtos nas unidades que possuem a indústria doméstica. Essas unidades utilizam a venda de porta a porta como forma de destinação do produto ao consumidor, caracterizando os circuitos curtos de comercialização. Observados e analisados os dados na multidimensionalidade, nota-se com clareza a perspectiva camponesa no ato de transformar a matéria prima, observada as especificidades no modo de fazer e vender. Por isso, traz-se nesse trabalho o conceito de produto combinado como resultado dessa transformação que demonstrou a motivação extraeconômica, como uma estratégia de resistência. Assim, a indústria doméstica constitui de forma eficiente para a complementação da renda e para o aumento da autonomia relativa na unidade camponesa. No entanto, a forma como se dá as regulamentações dirigidas pelo poder público no âmbito da venda dos produtos de origem animal e vegetal podem influenciar na autonomia relativamente conquistada pela unidade de produção camponesa nessa atividade. Portanto, a indústria doméstica e os circuitos curtos de comercialização possibilitam a permanência no campo, a resistência camponesa, ainda que, a própria (re)produção inerente ao sistema capitalista limita a autonomiacamponesa e ainda que, a venda seja feita de forma direta vários são os fatores influenciadores nesse processo de produção e venda demonstrou não garantir. De certa forma, a unidade camponesa e o sujeito social camponês resiste de formas específicas e multidimensionais.

Palavras – chave: Indústria doméstica; Resistência camponesa; Autonomia relativa.

ABSTRACT

While result of contradictory capitalist development, peasants struggle by maintenance of the balance of its resource base, by relative autonomy and by permanence on the land against the territorialization of capital. The peasant resistance evidenced in the municipality of Glória de Dourados by means of various strategies, according the nuances and contradictions of the expansion of capitalism in the countryside. In the last 20 years, the gloria-douradense peasantry search in the transformation of the raw material of vegetable and animal origin, a form complementary to income in the peasant unit. The production has as base on the workforce of the family and the sale through the short circuits of commercialization. We sought to analyze the relations contained in this form of production that characterizes the domestic industry, in the perspective of a new strategy of peasant resistance. The observation and analysis based on data collection in 15 production units that have the domestic industry. The interviews with peasants and the empirical observation were important guides to understand the stages involved in the process of production and sale of the products in the units that own the domestic industry. These units use the fair to sell from door to door as a way of destination of the product to the consumer, characterizing the short circuits of commercialization. Observed and analyzed the data in multidimensionality, one can clearly see the peasant perspective in the act of to transform the raw material, observed the specificities in the way of making and selling. Therefore, brings the concept of combined product as result of this transformation that in this work has shown to be motivated beyond the economic character, but as a strategy of resistance. Thus, domestic industry constitutes in an efficient way for the complementation of the income and for the increase of the relative autonomy in the peasant unit. However, the way in which the regulations directed by the public power in the scope of the sale of the products of animal and vegetal origin can influence in the autonomy relatively conquered by the unit of peasant production in that activity. Therefore, the domestic industry and the short circuits of commercialization allow the permanence in the field, the peasant resistance, however, even though the sale is made directly, several factors are influential in this production process that affect the activity and relative autonomy of the peasant unit.

Keywords: Domestic industry; Peasant resistance; Relative autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1. Derrubada de árvore pelos colonos à margem esquerda do Rio Dourados....	37
Foto 2. Glória de Dourados – MS, 1975. Carga de amendoim	45
Foto 3. PA Betel, município de Glória de Dourados – MS 2019. Divisa da monocultura da cana e a unidade camponesa.....	83
Foto 4. Avião agrícola de pulverização aérea semelhante ao modelo utilizado nas monoculturas no município de Glória de Dourados – MS	84
Foto 5. PA Betel, município de Glória de Dourados – MS. Adoecimento e morte das larvas do bicho-da-seda por intoxicação agrotóxica.....	85
Foto 6. PA Aymoré, município de Glória de Dourados – MS. Larvas do bicho-da-seda intoxicadas.. ..	85
Foto 7. UP-6, município de Glória de Dourados. Amora contaminada pela pulverização de agrotóxico.....	91
Foto 8. Larvas atrofiadas e mortas depois de ingerirem amora contaminada na UP 691	
Foto 9. UP-06, PA Aymoré, Município de Glória de Dourados – MS. Espaço destinado ao preparo da rapadura e o melado, 2019	93
foto 10. UP-6, PA Ayomré – Município de Glória de Dourados – MS. Engenho utilizado na moagem da cana para a transformação em produtos combinados.	94
Foto 11. PA Aymoré, UP- 6, município de Glória de Dourados – MS. Equipamento utilizado para enformar os doces.....	96
Foto 12. UP-10, município de Glória de Dourados – MS. Produção de queijo temperado.	97
Foto 13. UP-10, município de Glória de Dourados. Produção de queijo branco.	98
Foto 14. UP-10, município de Glória de Dourados – MS. Etapas de transformação do leite em requeijão na unidade camponesa.....	98
Foto 15. UP-10, município de Glória de Dourados – MS. Requeijão produto combinado finalizado.....	99
Foto 16. UP-13, município de Glória de Dourados – MS. Etapas iniciais do trabalho manual na transformação do Leite em produto combinado requeijão executado pela família	

camponesa.....	104
Foto 17. UP-13, município de Glória de Dourados – MS. Etapas de finalização do processo de produção do requeijão executado pela família camponesa.	105
Foto 18. Município de Glória de Dourados – MS, 2018. Mercado municipal mais conhecido como mercado do produtor.	112
Foto 19. Etapas do processo de transformação do polvilho azedo em produto combinado pururuca pele de leite na UP 4.	127
Foto 20. Município de Glória de Dourados – MS. Produto finalizado na UP 4, pururuca de "pele de leite"	127
Foto 21. UP-2, município de Glória de Dourados – MS. Sistema de irrigação	132
Foto 22. UP-2, município de Glória de Dourados. Sistema cultivo de milho irrigado matéria prima para produto combinado.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRAER - Agência de desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

AVIGLORIA - Associação dos avicultores de Gloria de Dourados

DEFAP - Departamento de Fomento Agropecuário

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CODEVALE - Consórcio Público do Vale do Ivinhema

EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural

IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SISB - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SUASA – Sistema Unificado de Atenção

UP – Unidade de Produção

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Município de Glória de Dourados – MS. Participação dos produtos combinados da indústria doméstica na feira como circuito de comercialização	117
Grafico 2. Município de Glória de Dourados – MS, 2018. Frequência e tipos de produtos combinados vendidos na feira.	118
Grafico 3. Município de Glória de Dourados – MS 2018. Circuitos curtos de comercialização dos produtos combinados	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Área territorial da colônia agrícola nacional de Dourados – MS (CAND).....	33
Mapa 2. Município de Glória de Dourados – MS. Divisão territorial do município	38
Mapa 3. Município de Glória de Dourados – MS. Área territorial orginamente estabelecida pela CAND até a década de 1970 e depois da divisão em 1975 com o município de Deodápolis.	43
Mapa 4. Município de Glória de Dourados. Localização das indústrias domésticas nas unidades de produção camponesa Glória de Dourados – MS, 2019	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Município de Glória de Dourados – MS. Condição do solo do município 1971.	39
Tabela 2. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área 1971.....	40
Tabela 3. Município de Glória de Dourados – MS. Situação populacional 1971 - 2018.	41
Tabela 4. Glória de Dourados – MS. Produção Agrícola 1971.....	44
Tabela 5. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área/ ha 1995.....	48
Tabela 6. Município de Glória de Dourados- MS. Número de estabelecimentos por área 2006.....	49
Tabela 7. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área 2017.....	50
Tabela 8. Município de Glória de Dourados - MS. Estabelecimentos e população rural 1980 – 2017.....	63
Tabela 9. Município de Glória de Dourados – MS. Produção agropecuária 1994-2017.	65
Tabela 10. UP-12 Município de Glória de Dourados - MS. Produção e venda de produto combinado.....	79
Tabela 11. Município de Glória de Dourados – MS. Extração de mel na indústria doméstica UP15 – 2019.	87
Tabela 12. UP-15, município de Glória de Dourados – MS 2019. Produção em indústria doméstica derivados do leite.....	88
Tabela 13. PA Aymoré UP 06, município de Glória de Dourados–MS. Produção da indústria doméstica produto combinado derivado da cana de açúcar.....	95
Tabela 14. UP-13, município de Glória de Dourados – MS. Produção e venda de geléia de mocotó - Produto combinado a partir da transformação do mocotó bovino	100
Tabela 15. UP-13, município de Glória de Dourados – MS. Produtos combinados de origem animal.	103
Tabela 16. UP- 4, município de Glória de Dourados – MS, 2019. Produção e venda de produtos combinados indústria doméstica.....	126
Tabela 17. UP- 5, município de Glória de Dourados – MS 2019. Produtos combinados na indústria doméstica.	129
Tabela 18. Município de Glória de Dourados – MS. Proposta de licitação de venda de produtos combinados da UP 5 para o PNAE.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO 1 – O ESTADO E O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS	26
1.1 O conceito de território na reprodução do campesinato em Glória de Dourados.	27
1.2 O Estado, a reconfiguração territorial e a formação do campesinato em Glória de Dourados.	29
1.3 As perspectivas camponesas e os programas de desenvolvimento e extensão rural em Glória de Dourados.....	46
CAPITULO 2 - TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS	52
2.1 A polarização sobre o destino do campesinato	53
2.2 Camponês e agricultura sob o modo capitalista de produção.	55
2.3 A reprodução camponesa no contexto da monopolização do território e da territorialização do capital	57
2.4 As relações de produção camponesa em Glória de Dourados e o poder público municipal como agente mediador.	62
CAPITULO 3 - A INDÚSTRIA DOMÉSTICA E A APROPRIAÇÃO DA RENDA CAMPONESA: NOVAS POSSIBILIDADES PARA A RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA TERRA	69
3.1 Da produção para o auto-consumo à produção para o consumidor- a indústria doméstica	72
3.2 As estratégias de resistência camponesa em Glória de Dourados.....	74
3.3 A inserção da indústria doméstica na engrenagem de equilíbrio.....	76
3.4 Territorialização dos monopólios e impactos nas estratégias de reprodução camponesa	82
3.5 Indústria doméstica nos circuitos curtos de comercialização.....	107
3.6 A feira no âmbito do circuito curto de comercialização em Glória de Dourados	111
3.6 A relação produtor-consumidor na indústria doméstica por meio dos circuitos curtos de comercialização	115
3.7 A apropriação da renda da terra na indústria doméstica	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

INTRODUÇÃO

O processo de expansão do capital traz em seu bojo transformações diversas em todas as esferas do território. Pensando no campo brasileiro, essas transformações têm sido cada vez mais notáveis. Desde a modernização agrícola com incentivos estatais à industrialização e à produção para o mercado externo, vêm também caracterizando relações contraditórias no sistema capitalista e imprimindo novas configurações no território.

Essas contradições estão presentes nos mais diferentes lugares do país. Entendemos que a longa e duradoura aliança entre propriedade da terra, capital e Estado, materializado na expansão do capital industrial e nos incentivos à grande propriedade, tem sido a principal causa dessas disparidades no meio rural no que diz respeito à questão agrária.

Com base na contradição do modo de produção capitalista, cabe enfatizar a resistência camponesa no Estado de Mato Grosso do Sul, e principalmente no município de Glória de Dourados. O campesinato perpassou o domínio dos coronéis, as ações Estatais de integração nacional e planos desenvolvimentistas até a expansão do capital industrial e continua resistindo ao domínio do agronegócio, representado pelo capital monopolista.

Nesse contexto, Glória de Dourados constitui um município sul mato-grossense cuja extensão territorial rural predomina a pequena propriedade. De fato, o processo de formação desse município está relacionado com as fases iniciais da expansão do capital industrial no sul-mato-grossense, que mediante a expropriação e o papel do Estado, o território foi reorganizado e reconfigurado de forma a favorecer a eficácia do desenvolvimento capitalista. Foi mediante tal conjuntura que se deu a formação territorial gloriadouradense, no enfoque do desenvolvimento urbano industrial.

A fim de analisar essas reconfigurações territoriais, a conceituação de território nesse trabalho, parte de Raffestin que tem o território como posterior ao espaço, sendo sua produção mediatizada pelas relações de poder multidimensionalizadas, “um poder não possuído, mas simplesmente exercido” (

RAFFESTIN, 1993, p. 7) .

Assim, ancoramos este trabalho em Oliveira (1991; 1992; 1998) e Mizusaki (2009) na conceituação da monopolização do território, referindo a mundialização do capital e sua preponderância do capital monopolista nas relações de produção. Nesse sentido, o capital abarca todas as relações e as coloca no interior do seu desenvolvimento, tornando assim, todas as relações, mesmo as não capitalistas, inerentes ao seu desenvolvimento.

O conceito de território é imprescindível para o entendimento das reconfigurações e relações de poder que incidem na sua produção. Destarte, a sociedade, tempo e espaço são as categorias determinantes e essenciais para o território, e a sua consolidação traduz formas específicas que serão dinamicamente transformadas pelo tempo (RAFFESTIN, 1993). Assim, a (re)configuração de um território advém do resultado das relações que coexistem e se comunicam no espaço. Em outras palavras, trata-se de uma construção intencional hierárquica conduzida por atores sociais em busca de poder sobre o espaço.

Dessa forma, entendemos a produção do território realizada por sujeitos sociais, através da divisão social do trabalho, regido pela sistema hegemônico. Sendo o território mediatizado por relações de poder, sua organização não se dará de forma homogênea, haja vista, as discrepâncias entre o poder do Estado e as organizações dos sujeitos sociais que imprimem disparidades territoriais. Desse modo, o poder não é unicamente detido pelo Estado, por isso a produção do território se dá desde o Estado ao indivíduo (RAFFESTIN, 1993).

Mizusaki (2009) ampara essa análise, considerando o espaço transformado em território capitalista, e a mobilidade das classes sociais ainda que distintas nesse território, como resultado da relação contraditória do sistema capitalista que cria e recria-a no território mediado pelo Estado. Isto quer dizer, que diversas e multidimensionais relações no âmbito da divisão social do trabalho, sejam elas advindas das minorias, juntas produzem o território. Sob a égide do sistema capitalista, o estado age de forma semelhante ao capital, na tentativa de unificar e diminuir os empecilhos territoriais e assim, facilitar o controle do território (RAFFESTIN, 1993). Oliveira (1992) aponta o papel do Estado como regulador das mediações estruturais (políticas, ideológicas e simbólicas) que traduzem na

produção do território.

Assim, o território é configurado pela materialização das relações sociais, de classe, e dessa forma produto concreto da luta de classes, Mizusaki (2009). Entendemos com isso que o território capitalista possui expressões e territorializações conforme as especificidades de cada classe, porém integradas ou em função ao território capitalista. Nesse sentido, o conceito de *monopolização do território* de Oliveira (1992), nos faz base para refletir as formas de produção e (re)produção do campesinato inerente a esse território. É nessa perspectiva que Mizusaki (2009) afirma que o território não precisa, necessariamente, estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, para controle de determinado espaço.

Diante disso, o conceito de território neste trabalho está ancorado na teoria da contradição do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que cria, recria, produz e permite (re)produzir diferentes relações socioeconômicas (OLIVEIRA, 1992). A partir dessas análises teóricas partimos analisando o campesinato como uma classe social com características produtivas específicas que na luta por sua existência, contribui na configuração do território, ou seja, é uma classe inerente ao território capitalista, resultado do processo contraditório.

Desse modo, ressaltamos a reestruturação produtiva a partir da década de 1970, que provocou alterações na organização territorial, no que diz respeito às relações de produção.

Nesse sentido, entendemos os camponeses como sujeitos sociais, resistentes, que buscam estratégias para sua manutenção no campo em meio à perversidade do sistema capitalista. Oliveira (2007) considera-os como resultado da contradição no desenvolvimento capitalista, pois o campones é ao mesmo tempo o sujeito não capitalista reproduzido dentro do território do Capital. Integrantes do território capitalista lutam e resistem por suas territorialidades, cercados pela monopolização do território realizado pelo capital industrial, que ao mesmo tempo em que subordina a renda da terra e limita relativamente a autonomia da produção camponesa, possibilita sua (re)produção.

As relações de trabalho no campesinato são relativamente autônomas. Isso se deve ao caráter desigual e combinado da produção capitalista. Ao mesmo tempo

em que o capital possui o domínio do território, outras relações sociais e dinâmicas são produzidas com a expansão de suas relações no campo. A mobilidade socioterritorial que se verifica no campo, especialmente em relação ao campesinato, não reflete somente a lógica do capital. Nessa ação, ora o camponês é expropriado, ora se (re)produz sob outra condição social, mas, buscando manter a unidade de produção de base familiar (MIZUSAKI, 2009).

As disparidades e os conflitos socioterritoriais promovidos pelo contraditório desenvolvimento do capitalismo que se apresenta no campo brasileiro, não ocorreram simultaneamente no território nacional, mas perpassou de maneira diferenciada nos vários lugares. O Mato Grosso do Sul tem se destacado na conjuntura econômica com base no agronegócio, cuja gênese se dá ainda no Estado de Mato Grosso.

Assim, a formação territorial sul-mato-grossense foi marcada pela ocupação por não índios no início do século XX. Os indígenas já ocupavam esse território com a chegada dos europeus, e a partir de então, o atual Estado de Mato Grosso do Sul tem sido marcado por conflitos territoriais indígenas.

A década de 1940 é marcada pela ação estatal de ocupação dos espaços “vazios”, chamada de “Marcha para Oeste”. Focado principalmente na ocupação das áreas fronteiriças, essa ação culminou por curto período na criação do Território Federal e Ponta Porã. Em seguida, a efetivação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, (CAND). De certa forma, essa conjuntura de ações estatais propiciou a formação de vários municípios, inclusive na que consiste a área de estudo deste trabalho.

De modo mais intenso, as modificações por meio da “*modernização conservadora*” na década de 1970 é que viabilizaram no campo a expansão do capital industrial. Nesta conjuntura, houve a expansão da monocultura (soja, milho), o surgimento de agroindústrias, a inserção de técnicas de manejo, máquinas agrícolas e, sobretudo, o apoio do Estado por meio de créditos rurais, para a produção extensiva. Ocorre que, a produção de base familiar é atingida por essas transformações haja vista a desvalorização dos produtos agrícolas, fato que fez, os camponeses encontrarem formas estratégicas de produção e para a manutenção do seu modo de vida.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste na análise de estratégias de resistência camponesa, a partir da investigação na atividade da indústria doméstica. O enfoque incide na transformação da matéria-prima pelos camponeses, sendo ela oriunda ou não da produção camponesa. Adotamos o conceito de **produto combinado**, para explicar o resultado da transformação da matéria-prima na unidade de produção camponesa.

O conceito de **produto combinado**, refere-se a multidimensionalidade de fatores que envolvem a intenção produtiva do campesinato. As especificidades da produção camponesa, o saber fazer, o caráter não capitalista, e as inter-relações que estão envolvidas no processo de transformação da matéria-prima são as combinações que estão presentes a nosso ver, na composição do campesinato e são refletidas no processo de transformação da matéria prima. Entendemos que essa transformação, não segue a mesma perspectiva da transformação da matéria prima na indústria capitalista. Sendo assim, optamos por não usar a ideia de agregação de valor, visto que, a intenção produtiva camponesa não tem como primazia a obtenção da lucro.

Considerando o município de Glória de Dourados como originário agrícola, a cidade passou por todas as fases da expansão do capital no campo, desde a década de 60, e prossegue com uma parte do seu território rural, com predomínio de pequenas propriedades e com a existência de unidades camponesas que resistiram e resistem aos ditames do sistema hegemônico.

Até a década de 1970, a economia do município de Glória de Dourados baseou-se na agricultura e no policultivo. Contudo, essa década é marcada pela nova conjuntura agrícola produtiva trazida pela chamada Revolução Verde. Assim como em outras partes do Brasil, o município que predominava a atividade agrícola sofreu as consequências do aumento do uso de máquinas e insumos, melhoramento genético das sementes, entre outros.

Diante disso, a expropriação rural atingiu alto índice, resultando na perda de 60% da população rural do município. Algumas iniciativas foram tomadas por parte do poder público, a partir de programas de diversificação rural, na perspectiva de desenvolvimento econômico e manutenção da população rural. O primeiro deles foi estabelecido em 1983, com criação do DEFAP (Departamento de Fomento

Agropecuário), com o objetivo de dar visibilidade a produção e alavancar a economia do município até então de base agrícola. Em 1994, ainda na mesma intenção foi implantado o Programa de Desenvolvimento econômico, junto às empresas Mato-Grossense de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Agência Estadual de Defesa Animal e Vegetal (IAGRO), Associação dos produtores de leite (APROLEITE) e o Banco do Brasil (BB), com o objetivo de buscar a melhoria das condições da pequena propriedade rural.

Por meio do programa implantado em 1994, foram dispensados subsídios, auxílios técnicos para a implementação de atividades diversificadas no campo. Em suma, o programa visava diversificar a produção agrícola, adotando o uso de tecnologias e a integração no sistema agroindustrial, de modo a promover o desenvolvimento da área rural e concomitantemente, o desenvolvimento do município formado maiormente por propriedades rurais.

Esse aparato técnico, subsidiário e político criado pelo programa de diversificação contribuíram para a estabilização da economia e mobilização da população, por meio da diversificação rural. Entretanto, sendo o Estado capitalista, a lógica que moveu o programa de desenvolvimento não poderia ser diferente, as atividades instituídas abarcavam, maiormente unidades que com certo poder produtivo e os efeitos da contradição do sistema capitalista passam a dominar o campo Glóriadouradense.

Esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que permite a permanência dos camponeses, ocorre de forma articulada à agricultura capitalista, que se utiliza da unidade camponesa e da mão-de-obra familiar, se abstendo de empatar capital na compra de propriedade e pagamento de mão-de-obra.

Nesse sentido, para Mizusaki (2009) a lógica que leva o camponês à integração não é a possibilidade de auferir lucro ou renda. Ao sujeitar a renda da terra empregando a mão de obra de sua família, o camponês vê na integração uma estratégia de se manter no campo, pois para ele a terra é vista como terra de trabalho e não como terra de negócio.

Por outro lado, a autora argumenta que o processo de reestruturação produtiva age como desarticulador das estratégias de resistência daqueles

camponeses que dispõe de poucos recursos. As normas advindas da reestruturação viabiliza maiormente a integração de “camponeses com maior poder aquisitivo” e até mesmo “pequenos capitalistas” (MIZUSAKI, 2009, p. 249.). A reestruturação inclui a inserção de novas tecnologias, a construção de mais de um barracão, que propicia o aumento da produtividade, e conseqüentemente, um custo que não é compatível com os recursos daqueles camponeses. Contudo, evidencia que esse processo não foi unilateral e linear.

Nesse contexto verifica-se um recorte geográfico, a desistência de alguns camponeses das atividades integradas, devido aos endividamentos que enfrentariam na perspectiva da reestruturação produtiva. Todavia a desintegração não sucumbiu o caráter de resistência camponesa, pelo contrário, foram em busca de alternativas a fim de garantir a sua manutenção no campo, ainda que pagando dívidas, oriundas da integração agroindustrial.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar a resistência camponesa, no âmbito da indústria doméstica. Como objetivos específicos: entender a dinâmica produtiva na indústria doméstica; compreender a relação de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico na unidade camponesa; identificar os principais dilemas enfrentados pelos camponeses, na produção e venda do seu produto; o papel do Estado e do poder público nessa conjuntura, bem como, as relações multidimensionais envolvidas nesse processo de (re) produção camponesa. Visamos assim seguir, a linha teórica da criação e recriação do campesinato pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (OLIVEIRA, 1981).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico. Partimos de autores clássicos conceituais, como Alexander Chayanov (1974) e Teodor Shanin (1983, 2008) que trabalham o conceito de camponês na perspectiva da sua resistência e (re)produção. Utilizamos autores que analisam a questão agrária e as contradições no desenvolvimento capitalista, a (re)criação do campesinato, Oliveira (, 1986,1991, 2007), e manutenção do seu modo de vida e especificidades no campo, Martins (1994,1996, 2000). Para a análise das formas de resistência camponesa e apropriação da renda da terra buscamos como base teórica, Tavares dos Santos (1978), Fabrini (1995,2007, 2014), Ploeg (2006, 2003; 2008, 2016) Mizusaki (2009), a fim de construir uma

discussão que norteia a indústria doméstica como categoria de análise contida nesse trabalho.

A análise da (re)configuração territorial do Estado e do município é essencial para entender o processo de formação e resistência camponesa no recorte geográfico da pesquisa. Sendo assim, apoiamos em autores que se dedicaram no estudo dos desdobramentos do processo de formação do Estado de Mato Grosso e posteriormente Mato Grosso do Sul, sendo eles, Corrêa (1995, 2006) Oliveira (1999), Abreu (2001), Gressler & Swensson (1988), autores que analisam a (re)configuração territorial, na perspectiva das transformações a partir da expansão do capitalismo no campo como efeito do desenvolvimento capitalista.

Embasado no método de análise dialética, buscamos o levantamento de dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em sites de órgãos públicos responsáveis pela produção agrícola de base familiar, como: Agência Estadual de defesa Sanitária Vegetal e Animal (IAGRO), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), entre outros. Os dados quantitativos que consideramos importantes para ilustrar as nuances da condição do campo, contido no recorte geográfico da pesquisa.

A pesquisa de campo foi extremamente importante para construirmos o entendimento da problemática proposta. Dessa forma, baseamo-nos em entrevistas gravadas que foram realizadas mediante um roteiro de perguntas, no entanto na maioria delas o diálogo fluiu com poucas indagações ao entrevistado, pois, esses contaram suas histórias em detalhes, possibilitando alcançar quase toda a dimensão do roteiro.

Ainda no que diz respeito as entrevistas buscamos primeiramente realizá-las com figuras públicas representativas como: o presidente da AVIGLÓRIA associação de avicultores de Glória de Dourados o fiscal estadual agropecuário que presta serviço no IAGRO(do município, o representante dos produtores de Bicho-da-seda na (BRATAC), e com os agrônomos que prestam serviço na (AGRAER). Essas entrevistas foram realizadas no intuito de levantar dados de produção e incentivos, uma forma de atuação dos órgãos públicos nas propriedades rurais e situação atual dos camponeses na atividade.

Para o arranjo das entrevistas com os camponeses, primeiramente, fizemos um levantamento informal na feira livre de Glória de Dourados, com o objetivo de identificar entre os feirantes, as unidades camponesas que transformam a matéria prima em produto combinado caracterizando a indústria doméstica, categoria de análise dessa pesquisa. Segundo (ALBERTI, 2005, p. 31-32) “Em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. Desse modo, a conversa com os camponeses na feira facilitou um levantamento parcial sobre a identificação da presença da indústria doméstica e os possíveis camponeses envolvidos na atividade.

As idas a campo foram realizadas várias vezes, principalmente nas unidades de produção camponesa, primeiro até contatar o camponês e depois à medida que surgiam apontamentos na construção da pesquisa. O campo que consistiu essa pesquisa foi a feira no mercado do produtor, e as Unidades de Produção (Ups) com indústria doméstica identificada. Foram feitos registros fotográficos consentidos pelos camponeses nas unidades, tanto da propriedade quanto do processo de transformação da matéria prima em produto combinado.

Outra fonte de extrema importância na fase de levantamento de dados dessa pesquisa é o escritório local da AGRAER. Dotados de atenciosidade e generosidade a equipe de funcionários disponibilizou-nos um acervo de documentos e arquivos, dentre os quais encontramos jornais da década de 1970 dados de produção, fotos, gráficos. Após a identificação dos camponeses que trabalham com a indústria doméstica realizamos diretamente as entrevistas, seguindo um roteiro de perguntas, a partir de uma conversa informal. Entrevistá-los na própria feira foi importante, pois naquele período, estava em trâmite o processo de regulamentação de produtores pelo registro de Serviço de Inspeção Sanitária Municipal e Estadual (SIM e SIE), e, como os camponeses temiam a visita de fiscais em suas propriedades, poderíamos ser confundidos com eles, o que poderia interferir no resultado das entrevistas.

O trabalho está estruturado em 3 capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma análise sobre o processo de formação do campesinato e do município de Glória de Dourados como parte do processo de (re)produção territorial do Estado de Mato

Grosso do Sul. O capítulo traz o enfoque na questão agrária, mais especificamente, a apropriação da terra e as questões nela envolvidas. A base teórica está fundamentada em Gressler (1988), Corrêa (2006), Lenharo (1986, 1993) Couto Oliveira (1999, 2013), Moreno (2007), Cimó Queiroz (2008) e Fabrini (1995, 2007), autores que estudam o campo sul mato-grossense, e o processo de reconfiguração territorial desde o século XIX. Nesse contexto enfatizamos o projeto da CAND como principal responsável pela formação territorial do município de Glória de Dourados. Buscamos fazer um desdobramento da produção camponesa e suas nuances diante do processo de expansão do capitalismo no campo. O arranjo teórico escolhido nos permitiu compreender as relações de poder presentes e que perpassaram as várias conjunturas até a contemporaneidade.

No segundo capítulo, procuramos trazer uma análise e discussão sobre a produção camponesa mediante a territorialização do capital e as formas de sujeição da renda da terra camponesa. O referido capítulo parte da discussão conceitual do campesinato, trazendo o diálogo entre os autores clássicos Lênin (1982), Chayanov (1974) e Teodor Shanin, (1983) sobre o destino do campesinato a partir do século XIX. Considerando o desenvolvimento contraditório do capitalismo, em que relações capitalistas e não capitalistas são criadas e recriadas nesse processo, o capítulo também abarca a discussão sobre a produção camponesa como uma relação não capitalista e portanto inerente ao sistema hegemônico, e o camponês enquanto um sujeito social resistente. Assim, buscamos analisar o campesinato enquanto classe e as relações de trabalho frente às transformações a partir da expansão do capitalismo no campo. Para isso, o capítulo tem como base teórica, os autores Martins (1975,1993, 1995), Oliveira (1986, 1991, 2001) na discussão sobre a resistência camponesa frente a monopolização do território e a territorialização do capital. Na conjuntura municipal, analisamos o papel do poder público como agente mediador dessas relações capitalistas em detrimento ao campesinato e a busca por alternativas de produção mediante as dificuldades enfrentadas até a década de 1970. Bem como, as evidentes transformações ocorridas, como o intensa diminuição da população rural a partir de 1974 até 1980. Como forma de amenizar a expropriação tonificada em meados da década de 80 foi elaborado a partir da análise da empresa responsável pelo desenvolvimento rural do Estado do então Mato Grosso junto ao

poder público municipal, programas de extensão rural com a inserção de atividades diversificadas. Serão abordados nesse capítulo esses programas de extensão rural e seus desdobramentos que deram em diferentes conjunturas política e econômica.

No capítulo 3, está contido a discussão em torno da indústria doméstica e a questão da apropriação da renda da terra camponesa nessa atividade, e a possibilidade da transformação da matéria em produto combinado como uma estratégia de resistência e permanência na terra. Nesse capítulo, trazemos as estratégias de resistência adotadas pelos camponeses Glóriado-uradense ao longo dos 62 anos de existência do município, e os enfrentamentos desses sujeitos diante das adversidades e contradições do sistema hegemônico. Nesse contexto, o capítulo traz principalmente o enfoque sobre a indústria doméstica e nesse âmbito a discussão ancorada em Ploeg (2003,2008), sobre a manutenção do equilíbrio da base de recursos, por meio da busca por alternativas de produção. Em consonância com a linha teórica que defende a (re)produção do campesinato no sistema capitalista ancoramos neste capítulo, os autores Oliveira (1981; 1992;1999) na discussão sobre a autonomia relativa e a possibilidade de apropriação da renda da terra camponesa pelo seu próprio produtor. Nesse sentido, o conceito de circuitos curtos é adotado na discussão como caminho abreviado na circulação de mercadorias, que consiste numa das características da produção camponesa, principalmente naquelas que possuem indústria doméstica. As contribuições teóricas de Oliveira (1991,1992, 2001) são trazidas nesse capítulo e nos permitiu refletir sobre a (re)produção camponesa e o seu caráter de resistência no século XXI. Além disso, para análise das diferenciações socioeconômicas do campesinato bem com as relações de trabalho e as determinações no processo de (re)produção e resistência, abordamos Mizusaki (2009), a partir da análise feita pela autora sobre o processo de produção e a apropriação da riqueza social, a apropriação da renda da terra que na nossa concepção é a discussão que permeia a condição camponesa no município de Glória de Dourados. Com isso, buscamos refletir e demonstrar as características do campesinato em Glória de Dourados, que mediante a territorialização do capital e a monopolização do território afirma seu caráter de resistência mediante a indústria doméstica. A característica da produção e venda direta e indireta de produtos combinados através de circuito curtos de

comercialização como estratégia de resistência e manutenção dos seus meios de produção que consiste principalmente na sua terra de trabalho.

CAPITULO 1:

O ESTADO E O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS

Para entender a formação do campesinato e analisar a (re)produção camponesa no município de Glória de Dourados, este capítulo irá tratar do processo de ocupação desse município mediante a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Desse modo, consistirá numa análise histórica das transformações ocorridas no município desde a década de 1945, das frentes pioneiras e das migrações nordestinas, sulinas, em busca de melhores condições de vida, atraídos pela distribuição de terras pelo Estado. Analisamos também a participação do Estado ou poder político nesse processo de configuração territorial do município. Assim, abordaremos a formação da estrutura fundiária do município Glória de Dourados, no intuito de ponderar sobre a permanência camponesa, bem como, as implicações das ações do Estado para a formação e permanência do campesinato.

1.1 O conceito de território e a reprodução do campesinato em Glória de Dourados

Segundo Oliveira (1999) devemos considerar a mundialização do capital e seu aspecto contraditório na observação e análise da formação socioespacial considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que produz ao mesmo tempo relações capitalista e não capitalistas necessárias para o seu desenvolvimento, pois para ele:

Esses processos contraditórios produzem e reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando dessa forma processos em relações de interdependência entre estados, nações e sobretudo empresas de diferentes lugares do globo (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Assim, o capitalismo no âmbito mundial promoveu a integração dos mercados internacionais, avanço das tecnologias e diante disso aumentou-se a demanda de matérias primas oriundas do campo, e de forças produtivas que seriam oriundas da expropriação deste (campo). Desse modo, fez movimentar a população em direção as áreas industriais, gerando a complexa concentração de população nas áreas urbanas e promoveu a reconfiguração e reordenamento socio-territorial.

Pensar o campo a partir da análise territorial é necessário para entender as

relações de poder entrínsecas no sistema capitalista. Nesse contexto de território partimos então de Haffestin (1993), corroborando com a existência de relações de poder no território, que na sua concepção, o poder constitui elemento principal do território, produzido por atores sociais. O autor argumenta:

O território não poderia ser mais nada que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1999, p. 7).

Nesse sentido, entendemos e apoiamos nossa análise na ideia proposta pelo autor, na compreensão do território como resultado de ações sociais no espaço, sendo elas produzidas de forma econômica, social ou politicamente, ou seja, de forma multidimensional. No mesmo caminho, no entanto, partindo da contradição do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, apoiamos em Oliveira (1999) que toma posição sobre o território como categoria de análise. Para ele:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo /modo de produção/distribuição /consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Assim, o território é produzido pela ação das classes sociais que compõe a sociedade capitalista e que lutam por sua reprodução e existência. Os trabalhadores, os detentores do capital e os proprietários de terra são o fundamento dessa sociedade capitalista, Oliveira (1999). Desse modo, a luta travada se dá nas relações sociais de produção no processo de desenvolvimento desigual e combinado que traduz o território. Portanto, a autora explica como se dá esse processo: “o processo de construção do território é simultaneamente construção /destruição/ transformação”. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e se desenvolve (OLIVEIRA, 1999, p. 74) . Na mesma perspectiva, Mizusaki (2009) entende o território como construção social e argumenta sobre essa construção:

Assim, a sociedade à medida que materializa espacialmente sua práxis, produz formas específicas nos lugares e que, devido à sua

própria dinâmica, transformam-se e rearticulam-se com o tempo. Como essas relações são marcadas por relações de poder, a sua efetivação – direcionada por um ator ou grupo de atores – produz um campo de poder, seja ele concreto ou abstrato, denominado território (MIZUSAKI, 2009, p. 38).

Com base, nessa linha de pensamento, entendemos o território como uma unidade de relações de poder multidimensionais distribuídos entre classes sociais que buscam e lutam, na sociedade capitalista por sua (re)produção. Nesse processo de busca, as classes sociais articulam-se construindo a unidade que entendemos por território capitalista. Assim como Mizusaki (2009) e Oliveira (1999) entendemos Glória de Dourados como espaço integrante do território capitalista, dessa forma, buscamos analisar o campesinato deste município como uma classe social inerente ao sistema contraditório capitalista. O camponês como sujeito social que busca forma de se reproduzir enquanto tal, e tem perpassado ao longo dos anos adotando estratégias de resistências e na atual conjuntura, adota a indústria doméstica como uma delas. Para tanto, abordaremos a seguir o processo de formação territorial do município.

1.2 O Estado, a reconfiguração territorial e a formação do campesinato em Glória de Dourados

Harvey (2005) numa análise sobre o papel do Estado, argumenta que ele (Estado) sempre esteve presente no apoio ao modo de produção capitalista e emerge das contradições entre classes. No entanto, a classe dominante usa o Estado como instrumento para efetivar essa dominação, como interesse de classe, já que é organizado como meio de sustentação das relações entre capital e trabalho (HARVEY, 2005). Desse modo, são necessárias ações que possibilitem a sustentação dessas relações:

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação

do Estado (HARVEY, 2005, p. 84).

Poulantzas (1985) reitera e nega o caráter de neutralidade por parte do Estado no seu papel de regulador das contradições das relações sociais.

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até as classes dominantes certos sacrifícios a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação ao longo do tempo (POULANTZAS, 1985, p. 213).

Nesse sentido, tomamos como reflexão as ações do Estado para promover o desenvolvimento, sendo ele um Estado capitalista atuou em primazia a organização da produção em grande escala para o mercado interno e externo em detrimento a produção de alimentos para os trabalhadores brasileiros.

Mizusaki (2009) na análise da questão agrária do Mato Grosso do Sul argumenta que o Estado atuou, a partir da criação dos projetos de colonização na garantia da ocupação e organização de força produtiva mediante a urgência de “novas áreas de produção impostas pelo “desenvolvimento urbano-industrial” (MIZUSAKI, 2009, p. 53). Nesse contexto, a autora aponta a CAND (a Colônia Agrícola Nacional de Dourados) como uma das medidas tomadas pelo Estado que contribuiu para a reconfiguração do território sul-mato-grossense.

Na década de 1940 foram criadas as colônias agrícolas (a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em Ceres (GO) em 1941, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul) em 1943) e o processo de ocupação da região intensificado pelas frentes migratórias de várias partes do país. Nesse processo, um pouco mais tarde, em 1948, com a delimitação Federal pelo decreto nº. 4 foi efetivada legalmente a CAND, responsável pela formação de alguns municípios, inclusive Glória de Dourados, como mostra o mapa 1. Segundo Oliveira (1999), o capital mundializado é o agente reconfigurante dessas relações territoriais, e parte do princípio da contradição nesse processo.

Trabalhamos com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo que o capital mundializou-se. A partir desta contradição nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes formações

territoriais e das regiões como territorialidades concretas, portanto totalidades históricas, da espacialização do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra (OLIVEIRA 1999, p.75).

Desse modo, ou autor considera a formação territorial brasileira uma formação capitalista que marcou o campo com reconfigurações, a partir da expansão do capitalismo no campo. Nesse contexto com o desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro e os fortes fluxos migratórios para essa região, principalmente de nordestinos, desencadearam uma série de problemas relacionados à segurança, econômicos e sociais pelo inchaço demográfico desta região. Nessas condições, o Estado viabilizou a campanha Marcha para Oeste, que foi utilizado pelo governo como a ferramenta para a resolução dos problemas, e sobretudo, a realização do principal objetivo: o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, Lenharo expõe sua opinião sobre os objetivos do governo na campanha Marcha para Oeste.

Delimita-se assim, a estratégia de colonização: Armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade, e de modo a que ela corresse a velha ordem latifundiária e aos poucos, a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial no país exigia (LENHARO 1986, p. 21).

Entendemos que os interesses do governo ultrapassavam a nacionalização das fronteiras, modo que, além do controle fronteiro, visava preparar o território desenvolver as relações capitalistas e inserir a região Centro Oeste num processo produtivo que atendesse ao interesse do setor industrial.

A característica intervencionista do Estado contribuiu para o (re)ordenamento do território mato-grossense e colocou em ação a política de colonização, criando as colônias agrícolas por meio do decreto-lei número 3059. O Governo de Getúlio Vargas tinha como pretensão o desenvolvimento do país, a partir da industrialização visando alcançá-la viabilizando a harmonia entre os dois setores, o campo e o urbano industrial.

A CAND, com área de 300.000 mil hectares que atualmente compreende os municípios de Dourados, Glória de Dourados, Douradina, Fatima do Sul, Vicentina, Jateí e Deodópolis, assim representada na figura 1 é considerada um projeto colonizador inerente ao plano do governo desenvolvimentista do Estado Novo.

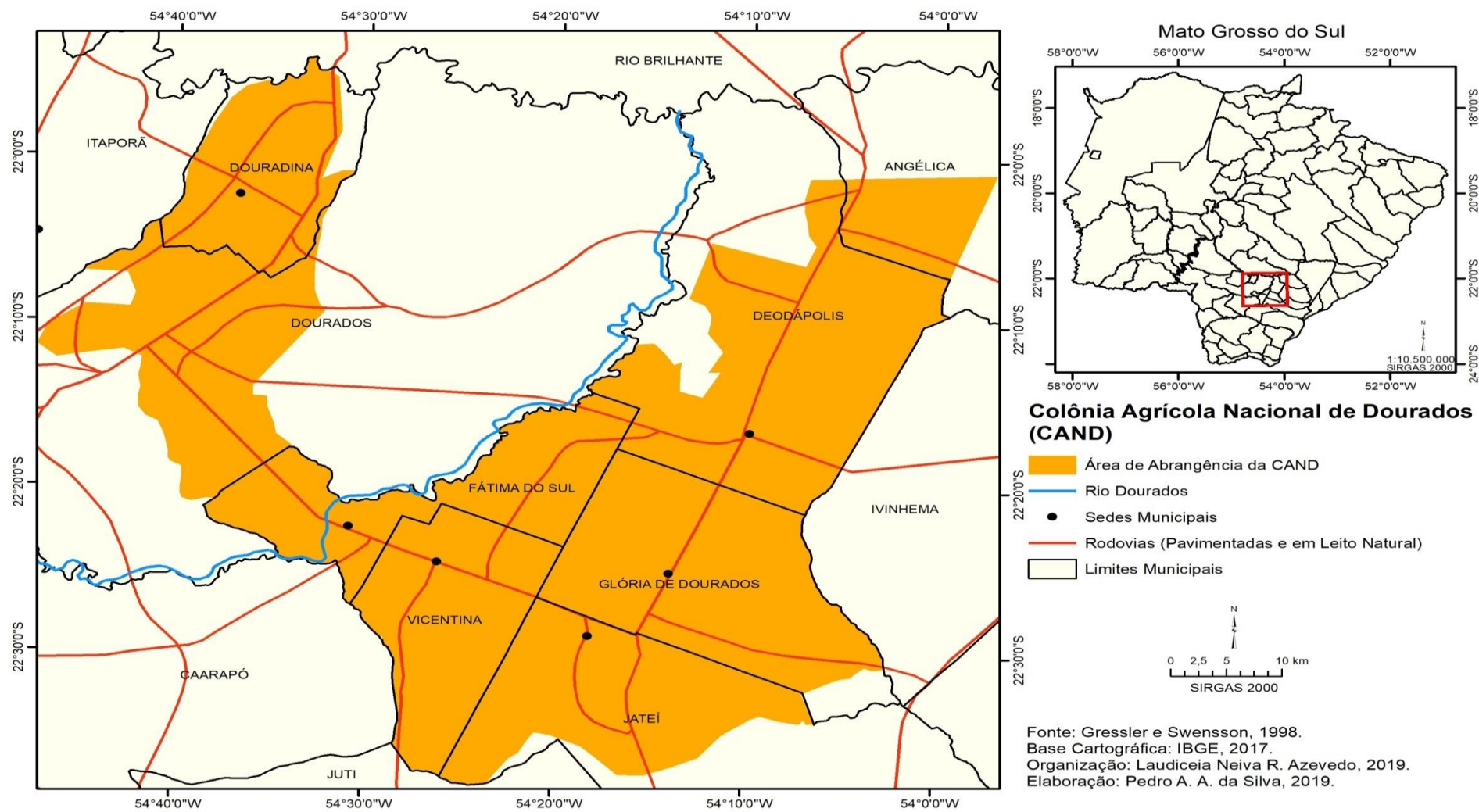
Criada em 1943, a CAND foi pautada na doação de pequenas propriedades de 30 (ha), à migrantes de várias partes do país, principalmente do nordeste.

Aos colonos, o governo oferecia além da terra, implementos agrícolas e os materiais para construção de residência. Conforme Gressler (2005),

consistia em uma área de 300.000 mil hectares, divididos em lotes de 30 hectares, distribuídos a 10.000 famílias de pequenos agricultores que se dedicavam à produção de alimentos. Ao colono era dado o lote, a casa, ferramentas e animais domésticos gratuitamente (GRESSLER, 2005. p.105).

O decreto de criação da CAND (nº 5.941 de 1943) garantia de 300.000 ha, quando sua localização se dava no Território Federal de Ponta Porã. Em 1946, se deu a extinção do território federal. e essa área é devolvida para o controle do Estado e delimitado o município de Dourados para a nova área da CAND, nessas condições a área sofreu uma redução 267.000 ha. O mapa 1 identifica a área cuja a CAND foi instalada.

Mapa 1. Área territorial da colônia agrícola nacional de Dourados (CAND) - MS



Segundo Naglis (2014), a redução da área da Colônia ocorreu por conta da especulação e cobiça das terras devolutas encontradas dentro do perímetro da demarcação. Nesse período, o próprio governo de Mato Grosso fazia a venda de terras consideradas devolutas. “Essa política de colonização estadual abriu precedente para que terceiros solicitassem ao governo estadual à compra de terras devolutas, que passaram ao conhecimento público por conta da demarcação da CAND” (NAGLIS, 2014, p. 46).

Para a demarcação, a área da CAND foi dividida em duas Zonas. Foi delimitado como Zona 1, à margem esquerda do Rio Dourados com 2.332 lotes rurais correspondentes à (68.000 ha) e 6.876 lotes urbanos (8.798 m²). A demarcação dessa área aconteceu em 1944 e foi totalmente ocupada até 1954. Essa primeira ocupação, obteve assistência do Estado na infraestrutura e condições para o estabelecimento dos colonos, como: casas, condições de trabalho (beneficiamento de madeiras) com serrarias, olarias (GRESSLER, 1988) e constituiu a formação dos atuais municípios de Dourados e Douradina (ver mapa 1).

Durante esse processo de ocupação houve divergências de interesses sobre as terras da CAND, devido a valorização e especulação da terra. Diante desse contexto a lei nº 336 criada em 1948 deixou lacunas que favoreceram a apropriação de terras da CAND por empresas privada e particulares. Segundo Naglis (2014), por meio dessa lei, grande quantidade de terras foram concedidas a particulares e companhias pelo governo estadual que, além disso, subsidiava o investimento na infraestrutura, apadrinhando o capital em detrimento daqueles trabalhadores do campo que buscavam a terra de trabalho. Isso se deve ao caráter de valorização da terra e as possibilidades de auferir a renda da terra conforme explica Martins:

A terra abre para o capitalista que nela emprega seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde com acréscimos (MARTINS, 1986, p.166-167).

Lima (2007) relata o desinteresse e morosidade na demarcação da 2ª zona da CAND, Naglis (2007) atribui à essa morosidade, a especulação da terra e o interesse da elite e do Estado na terra de negócio. Segundo Mota

(2006), essa demora na demarcação da nova área favoreceu a não oneração na parte do governo, pois o trabalho de derrubada da mata para abertura de estradas fora feito pelos colonos.

A definição da área da Segunda Zona ocorreu em 1950, numa área de 199.000 (ha) foram 6.500 lotes rurais, sendo 6.832 destinados a lotes urbanos, conforme demonstra o mapa 1 mostra essa área atualmente, abrangendo os municípios de Fatima do Sul, Glória de Dourados, Vicentina Jateí e Deodápolis. Os camponeses que ocuparam essa parte da CAND enfrentaram dificuldades nesse processo, com abertura das matas e a retirada da madeira, que foi realizada manualmente pelos colonos ao adentrarem sem autorização na área da 2º zona Lima (1982).

A ocupação aconteceu no ano de 1952 transcorridos 2 anos de espera (pois a 1º zona já havia sido totalmente ocupada) os colonos excedentes da 1º zona enfrentavam dificuldades para fixar com suas famílias, quando foram notificados da existência de terra da CAND à margem direita do rio Dourados. Assim, cerca de 300 colonos adentraram a área e boa parte dos colonos se instalaram na linha do Barreirão, logo à beira do rio Dourados à sua margem direita formando a atual cidade de Fatima do Sul. Outra parte seguiu desbravando, atravessando rio em canoas, utilizando facões e foices para abrir caminhos e demarcar os lotes a serem ocupados.

Com base nas linhas já ocupada na 1º zona, os colonos seguiam dividindo os lotes no campo. Mediam 250 metros de frente para cada lote por 1200 metros (totalizando 30 hectares). Com distância de 2.400m produziram estradas previamente traçadas, o que veio a dar origem às linhas (estradas) rurais existentes (ver mapa 2).

As famílias com maior número de membros tinham preferência para ocupar os lotes, aptidão para o trabalho e serem reconhecidamente pobres – requisitos outros exigidos para receber a terra, Lima (1982). Conforme constatado durante as entrevistas de campo, a maioria dos herdeiros remanescentes são oriundos de São Paulo ou do Nordeste. Podemos pensar nesse índice como resultado do desenvolvimento contraditório do capitalismo, materializado no incentivo do Estado à industrialização. O aumento de máquinas e as expropriações, juntos, fizeram o exército de reserva. Contudo,

ao mesmo tempo em que parte dos expropriados se proletarizavam outros buscavam o retorno a terra de trabalho. Inferimos, a partir da leitura das obras dos memorialistas Lima (1982) e Azevedo (1994).

Os Colonos/camponeses expropriados ou sem condições de permanecer no campo buscam melhores condições no seu modo de vida em novas terra, de “forma milenar”, Martins (1996). O autor argumenta sobre as migrações camponesas, considerando o deslocamento de grupo de camponeses expropriados de diversas partes do país são motivados pela esperança de encontrar o lugar perfeito para se reproduzirem sem a intervenção das adversidades, ou seja, um lugar mítico assim relata Martins:

Pude observar diretamente que as migrações espontaneas do nordeste para a Amazônia, para um número muito grande de pessoas, estão motivadas por concepções milenaristas. Em diferentes pontos de uma extensão de cerca de oitocentos quilômetros ao longo do rio Araguaia encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pelas profecias do Padre Cicero sobre a existencia de um lugar mítico depois da travessia do grande rio (MARTINS, 1996, p. 53).

Não temos a intenção de discutir a ocupação no sentido da fenomenologia, mas apontar mais uma característica encontrada nos colonos/camponeses que ocuparam essa área na qual se fundou o município de Glória de Dourados. Encontramos nas falas dos herdeiros remanescentes e alguns fundadores entrevistados, a certeza de que a reconquista da terra seria o fim do jugo aos proprietários de terras e a garantia da renda para a família. A descrição da conquista da terra na 2ª zona realizada por Lima (1982), nos aponta esse caráter milenar discutido por Martins:

Sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de canaã onde “correria leite e mel”, esperavam pôr termo à triste vida da semi-escravidão, sob o domínio de patrões opressores, tiranos e crueis. “Ah! O que fizemos de agora em diante, não irá mais parar nas mãos dos potentados senhores que, além da terra, tinham em suas mãos o produto do nosso suor, o monopólio de nossos destinos, e o futuro dos nossos filhos. Continuamos pobres, mas o que conseguirmos daqui pra frente sera para o nosso conforto e bem estar deles” (LIMA,1982, p.11).

Nesse contexto, entendemos que assim como os povos tradicionais buscam manter e recuperar as terras dos ancestrais, os colonos/camponeses buscavam a “terra prometida” produtiva que trariam suficiente para sustentar suas famílias e cultivar o seu modo de vida. Assim, vieram colonos oriundos de várias regiões do país, principalmente do nordeste.

A desatenção por parte do Estado na 2ª zona ainda era evidente, segundo Lima (1982), para obter maior independência e iniciar as relações de compra e venda de produtos de maneira mais viável, os colonos novamente tomaram iniciativas na demarcação de lotes para a formação da área urbana. Em 20 de maio de 1956, cerca de 300 colonos adentraram como ilustra a foto 1, a área reservada para a cidade e iniciaram manualmente a demarcação dos pontos principais (igreja, praças e jardins) dando forma ao espaço urbano de relações integradas com a grande população do campo (LIMA, 1982, p. 15).

Foto 1. Derrubada de árvore pelos colonos na à margem esquerda do Rio Dourados

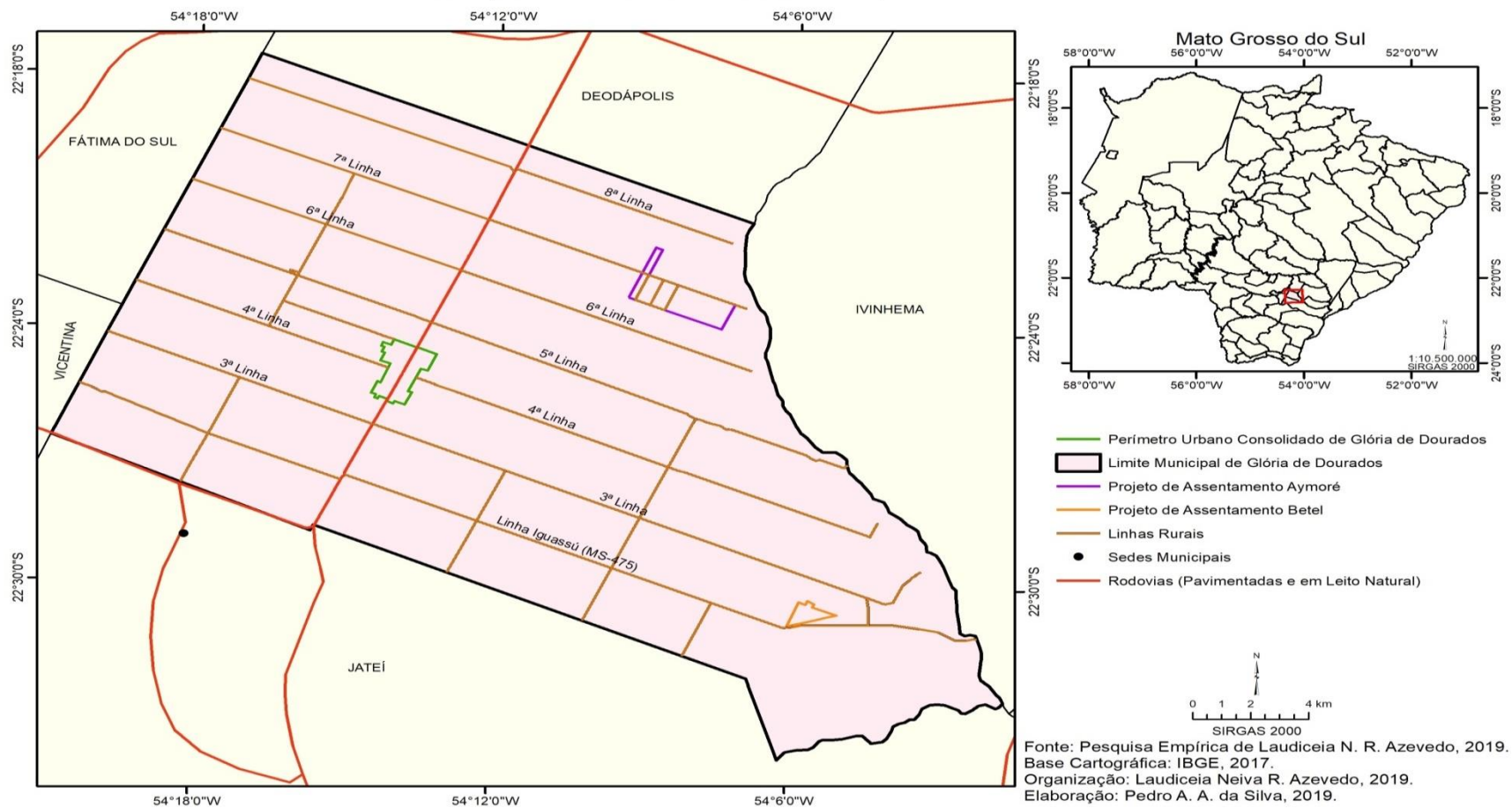


Fonte: Museu municipal Américo Brigatti Glória de Dourados

Parte desses imigrantes que chegaram logo após o desmatamento da região adquiriram lotes por meio da compra.

Mapa 2. Município de Glória de Dourados –MS. Divisão territorial do município

Município de Glória de Dourados-MS, 2019.



Alguns lotes eram vendidos, devido a proibição da apropriação de mais de um lote, assim, aqueles que conseguiam desbravar e marcar além do permitido, vendiam para os que chegavam depois.

A estrutura fundiária do município foi configurada por meio do decreto 3.059 na pequena propriedade de 20 a 30 ha, distribuídos aos colonos. O solo não era considerado dos melhores em fertilidade, conforme a tabela 1. O solo predominante considerado Roxo no entanto, favoreceu o cultivo de várias culturas de forma considerável durante aproximadamente duas décadas. Segundo Lima (2006), a colônia não deu assistência e condições para o desenvolvimento equilibrado da área no que diz respeito a questão ambiental, à medida que os recursos naturais foram se esgotando, de imigração dessa área para outras áreas de fronteiras agrícolas.

Tabela 1. Município de Glória de Dourados- MS. Condição do solo do município 1971.

Solos predominantes	Porcentagem	Fertilidade	Porcentagem
Roxa	7,8%	Fértil	1,4%
Roxa Mista	41,4%	Pouco fértil	60,0%
Arenosa	50,8%	Fraca	38%

Fonte: Jornal O Candango – 2 de maio de 1971, Org: AZEVEDO, 2018.

A forma retilínea como foi cortado para abertura de estradas contribuiu para processos erosivos intensos posteriormente, segundo Lima (2006):

Em nenhum momento levou-se em consideração as particularidades do terreno. Somando-se a suscetibilidade do solo ao processo de erosão, as características da litologia de arenito, com relevo mais dissecado que a do basalto os processos erosivos não tardaram a aparecer (LIMA, 2006, p. 74).

Desse modo, aos poucos os colonos/camponeses ao enfrentar as primeiras dificuldades na agricultura trocavam o lote por pequena quantidade em dinheiro ou produtos, mudando-se para outras áreas de fronteira agrícola ou mudando-se para a área urbana do município.

Um dos camponeses entrevistados afirma ter adquirido 3 propriedades antes da atual, nessas mesmas condições de pagamento. Segundo ele “cheguei dar uma bicicleta de entrada num lote”. A atual propriedade foi comprada por 700 cruzeiros no ano de 1965 (trecho da entrevista realizada em 07/0718).

Em 1971, 6 anos após a emancipação do município, a área rural com alta densidade demográfica era composta por 3.003 lotes divididos entre proprietários (posse ou compra), arrendatários e outros. Podemos observar na tabela 2, o predomínio da propriedade até 30 ha conforme a delimitação da colônia, mas já apresenta lotes com mais de 50 (ha).

Tabela 2. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área 1971.

Área / ha	Número de estabelecimentos
Até 30	2.971
De 30 a 50	26
Mais de 50	6
Total	3.003

Fonte: Pesquisa de campo 2018

Esse aumento de ha por lotes, pressupõe o início da migração camponesa de Glória de Dourados que se acentua na década de 1980 - 1990, causada pelas dificuldades na agricultura devido aos desgates dos recursos naturais, nesse caso, os camponeses acabavam vendendo seus lotes dando início a concentração de terras.

Observamos na tabela 3 (apresentada a seguir) que a área territorial do município também é diminuída na década de 1970, sendo esse o fator principal responsável pela diminuição da população glória douradense, e principalmente da população rural.

Tabela 3. Município de Glória de Dourados – MS. Situação populacional 1971 - 2018.

Ano	População total	Urbana	Rural
1971	41.000,00	4.600	36.400
1980	16.195	7.820	8.375
1991	11.889	7.990	3.899
1996	10.606	7.380	3.226
2000	10.035	7.208	2.827
2018	9.981	8.218	1.763

Fonte: IBGE- MS/ Jornal O Candango- 2 de maio de 1971 Org: AZEVEDO, 2018.

A diminuição do território se deu pela divisão do território municipal de para a emancipação do município de Deodópolis. A nosso ver, essa divisão se deu por razões políticas e interesses particulares, tendo em vista a solicitação a ser feita pelo líder Deodato Leonardo da Silva da comunidade bandeirantes.

A formação dessa comunidade é descrita por Lima (2006):

A região, integrante da Colônia Federal de Dourados, encontrava-se parcialmente ocupada por colonos, quando, em 1959, chegou Deodato Leonardo da Silva, com mais treze famílias, procedentes de Mirante do Paranapanema, cidade do interior paulista. Inicialmente, Deodato ocupou um rancho, no cruzamento do travessão principal com a 11ª Linha. Como a região apresentava rápido crescimento, adquiriu quatro lotes e implantou uma nova povoação, que deu origem à cidade de Deodópolis (LIMA, 2006, p. 88).

O autor não argumenta sobre as consequências causadas pela divisão. Porém, Mota (2013) constata em sua pesquisa os interesses político e particular, por parte do grupo liderado por Deodato e a articulação realizada por eles para formar um município com área territorial maior (como apresentado no mapa 3) e com menor índice de problemas de solo.

A autora ainda ressaltava a insatisfação da população, no governo de Deodato enquanto prefeito no município de Glória de Dourados:

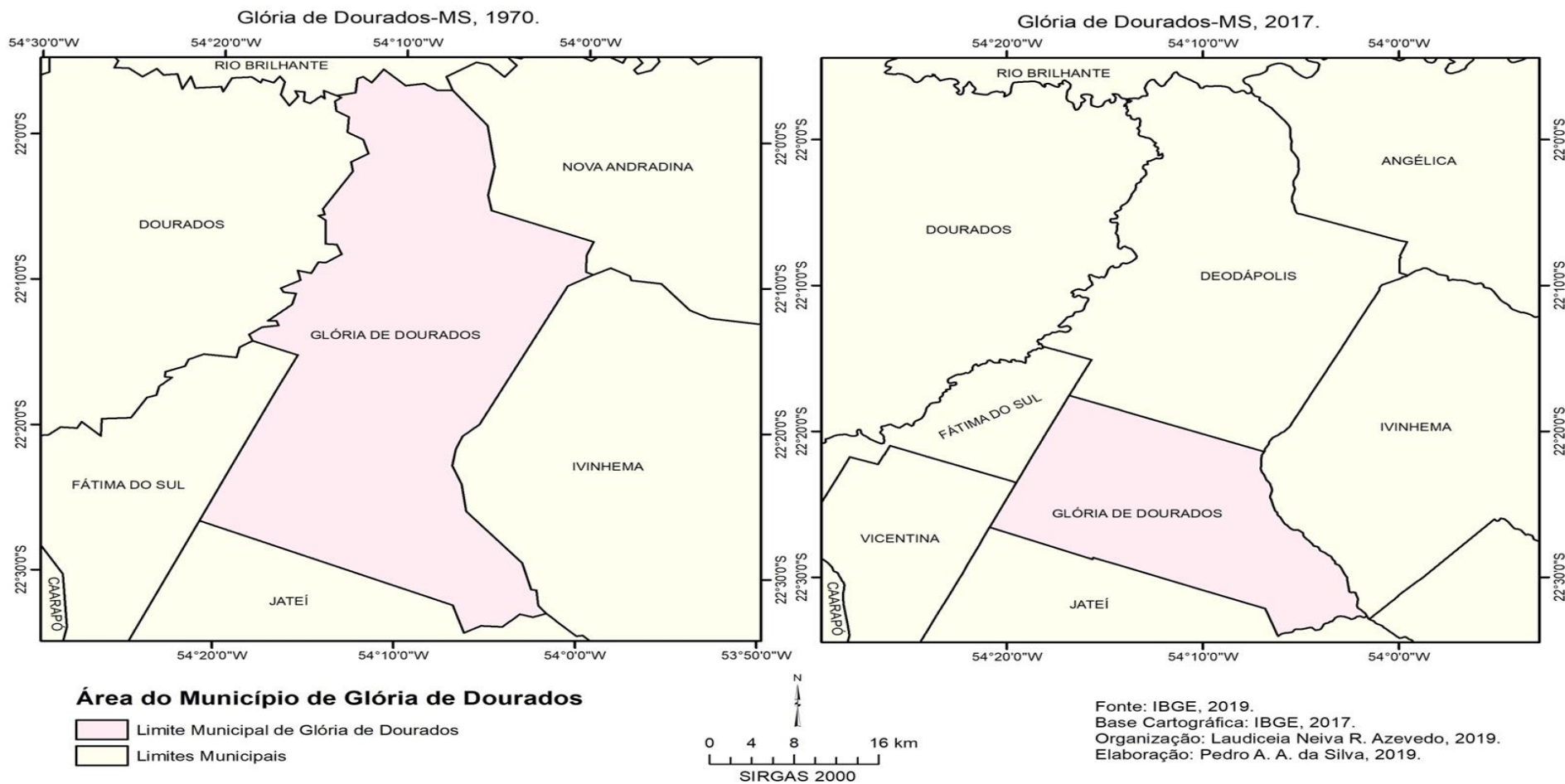
Em 1972 apareceu a voçoroca em Glória de Dourados, Deodato Leonardo da Silva assume em 1973 seu segundo mandato (1967-1970 – 1973-1977) “prometendo” sanar problema, mas, segundo relato do ex-prefeito Aniz Rasslan, sucessor de Deodato “o que ele fez foi abandonar Glória e “artimanhas políticas” junto com seu grupo, para arrancar o melhor pedaço de Glória de Dourados, um pedaço de Fátima do Sul, um pedaço de Dourados e transformou “seu” distrito em um enorme município, temeroso da desvalorização do preço da terra causado pela fama do “buracão” o que ainda é motivo de revolta na comunidade glória-douradense” (MOTA, 2013, p. 109).

Mediante a explicação de Lima (2006) sobre o tipo do solo que cobre o município de Glória de Dourados podemos entender o esvaziamento da área rural, o aumento da pecuária em detrimento a agricultura e, sobretudo, entender a indignação da população apontada pela autora citada:

O município de Glória de Dourados, coberto por Latossolo Vermelho distrófico (LVd) e Argissolo Vermelho (PV), é o que apresenta processo erosivo mais intenso. O município de Deodópolis é dos três, o que apresenta maior área territorial, com uma pequena parte na área de transição entre a litologia do basalto para o arenito e sua maior parte no arenito, conseqüentemente, maior área coberta de Latossolo Vermelho distrófico (LVd). Relativamente, apresenta menos voçorocas que Glória de Dourados (LIMA, 2006, p. 141).

Portanto, mesmo possuindo a maior parte do solo propício à voçorocas, o município de Deodópolis não possuía problemas consideráveis, como enfrentou o município de Glória de Dourados. Desse modo, o município de Glória de Dourados sofre diminuição territorial e ainda a diminuição dos sujeitos sociais do campo, devido ao desgaste dos recursos naturais atrelado às reconfigurações do desenvolvimento contraditório do capitalismo em âmbito nacional.

Mapa 3. Município de Glória de Dourados-MS. Área territorial originalmente estabelecida pela CAND até a década de 1970 e depois da divisão em 1975 com o município de Deodápolis.



Consideramos relevante pontuar essa questão da divisão do município, por se tratar de uma ação que envolveu as forças dominantes em detrimento ao interesse comum, ademais, a divisão somado aos problemas de desgaste dos recursos dificultou e diminuiu significativamente a produção agrícola no município como foi observado na tabela 3.

Após 6 anos de emancipação, o município já possuía algumas instituições de créditos como o Banco Financial de Mato Grosso S.A, Banco do Estado De Mato Grosso e a Associação de Crédito e ACAMART (Assistência Rural de Mato Grosso). Conseguimos acessar junto aos arquivos no escritório local da AGRAER, uma reportagem de 2 de maio de 1971, do Jornal “O Candango”. Segundo essa matéria, todos os bancos eram responsáveis pela assistência financeira à lavoura, à pecuária e à indústria, cabendo à ACAMART as orientações e a assistência técnica aos trabalhadores rurais.

Observando a tabela 4, a seguir, percebemos que esse aparato subsidiário contribuiu para produção significativa, numa expressividade já condizente com a conjuntura da década de 1970. Dentre os principais produtos, o cultivo da soja já ocupava área significativa se destacou ocupando 47 mil ha da área plantada. Podemos observar a expressividade dessa produção na foto 3 mostrando as cargas que saíam do município.

Tabela 4. Glória de Dourados – MS. Produção Agrícola 1971.

Principais culturas/ área plantada/ ha	1974	1984	1994	2004	2014	2017
Amendoim	5.182	100	—	—	—	—
Algodão	5.400	1.500	335	—	—	—
Arroz	2.600	285	—	—	—	—
Feijão	800	1.340	400	—	—	—
Soja	4.000	400	850	1.776	1.790	1600
Cafe	715	2.117	135	100	20	15
Total	803	100%		49.934		

Fonte: IBGE/ PAM Org. Azevedo, 2018.

O município ganhou destaque na produção agrícola nessa década, sendo considerado um dos mais produtivos do Estado do então Mato Grosso. Em matéria escrita por José Soares de Oliveira para o Jornal supracitado, o redator argumenta sobre o município, com a seguinte frase: “Onde a terra é fértil e o progresso chega antes”, “um município com uma produtividade invejável”.

Foto 2. Glória de Dourados – MS, 1975. Carga de amendoim



Fonte: Museu municipal Américo Brigatti Glória de Dourados

Esse cenário começa se transformar rapidamente na mesma década, com as transformações conjunturais da modernização agrícola, e com a condição do solo que encontrava-se dificultoso para a agricultura devido ao uso desequilibrado, como já dito e afirmado por Lima (2006). O incidente climático que quase dizimou os cafezais no ano de 1975, também foi outro fator que pontuou no agravamento das condições da produção camponesa. Sendo o café, um dos produtos mais cultivados como apresenta a tabela 4. Sua quase destruição pela geada dificultou o modo de vida daqueles camponeses que exerciam essa atividade, haja vista a dificuldade para exercer outros cultivos.

Frente às dificuldades enfrentadas na área rural e a vasta evasão dos camponeses na década de 1970, o poder público municipal buscou formas

para viabilizar a produção agrícola e manter o município de origem agrícola em crescimento, como aponta na preocupação do então representante do poder público municipal e memorialista José de Azevedo:

Havíamos perdido 60% do nosso pessoal da zona rural na década de 70/80. E, um município nessas condições, está acabando-se. Porque sendo de economia agropastorial, não tem como seu comércio e demais atividades urbanas subsistirem, sem que seu meio rural seja populoso, e que produza satisfatoriamente (AZEVEDO, 1994, p. 140).

Nesse contexto foi criado o departamento de fomento agropecuário (DEFAP), com apoio técnico, máquinas agrícolas, e espaço para a exposição dos produtos agrícolas. Na mesma perspectiva foram criados convênios com empresas e universidades na criação de outras atividades a serem exercidas no campo por meio de programas de extensão.

1.3 As perspectivas camponesas e os programas de desenvolvimento e extensão rural em Glória de Dourados

A terra para o camponês é lugar de trabalho, meio de produção para sua (re)produção, nesse sentido, os interesses dos colonos camponeses da segunda zona, ultrapassavam os interesses do Estado no projeto de doação de terras. Enquanto o Estado visava o crescimento produtivo, os camponeses buscavam sua própria terra de trabalho, seu meio de vida e de sua família.

O memorialista e colono Alexandrino Ferreira de Lima narra o processo de entrada desses camponeses na segunda Zona, e nos permite entender a lógica da ocupação. Segundo ele, os colonos se organizaram e se prepararam como um “exército à enfrentar um inimigo”, e se arriscaram atravessando rios e todos os perigos que uma área de mata possui.

[...] esse povo tinha o desejo inabalável, ditado pelo sofrimento e a vontade de possuir um patrimônio pequeno, porém valioso, que desse a seus descendentes, abrigo contra a opressão, a miséria e a exploração. Esse sonho transformava os fracos em invencíveis combatentes, idealizadores de um plano audacioso para enfrentar o rio. Não viviam os patrões às custas do suor de seus empregados e dos que não possuíam terras próprias? pensando assim puseram o plano em prática (LIMA,1982, p. 13).

A conquista à terra trazia alegria e a esperança do povo ansioso por dias melhores, diferentes daqueles explorados pelos grandes proprietários, ainda que, enfrentando distintos desafios até preparar suas terras e seguir com seu modo de vida. Traduz-se então, no antagonismo de interesses do Estado desenvolvimentista e dos camponeses.

Ao passo que novas articulações para a produção e desenvolvimento são pensadas pelo Estado, os colonos, focalizam na satisfação de ter sua própria terra e tirar dela o sustento para o bem-estar de sua família. Conscientes das relações de trabalho análogas à escravidão que viviam, comemoram, por estar pobres, porém livres.

Desse modo, a luta pela terra e o anseio por possuí-la tem imbricado toda história de luta e exploração. Essa realidade torna-se impulsionadora da determinação, e possibilita a resistência e a manutenção desse sujeito social. Nesse contexto, Woortmam (1990) sobrepõe o caráter subjetivo em sua análise sobre o campesinato e argumenta sobre a *campesinidade*. O autor propõe uma análise a partir da moral, da qualidade, na sua concepção é possível haver níveis de campesinidade no campesinato, alguns mais, outros menos.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica (WORTMAM, Klass.1990, p.13).

Durante a nossa pesquisa de campo, percebemos que a maior parte dos camponeses justificaram sua manutenção no campo como um meio de “criar” a família. Mesmo os mais velhos, cujas famílias são compostas pelo marido e o cônjuge, ou casais, cujos filhos estão fora de casa estudando, esses veem a terra como o lugar provedor da paz e do bem-estar. Nesse sentido, a venda da propriedade para muitos está fora de cogitação. “A gente morreria antes do tempo!... O sítio faz bem pra tudo, moro no sítio desde menina e a gente comprou com tanto sacrifício né” (Entrevista realizada em 07/05/2018).

São essas as relações que não são apagadas pelo desenvolvimento

capitalista. Oliveira (1981,1999), Shanin (2008), Martins (1981) defendem a presença e a resistência do campesinato no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Nesse contexto, os camponeses seguem com seus elementos de produção e o modo de vida fixado na sua maior parte na pequena propriedade (Chayanov, 1974). Corroboramos com a ideia dos autores, tendo em vista a análise da estrutura fundiária do município de Glória de Dourados e a análise da relação de produção dos camponeses resistentes.

As tabelas 4 e 5 mostram a estrutura fundiária do município desde 1995. Como já vimos anteriormente, o município foi fundado com base na pequena propriedade pelo projeto de colonização, e o que podemos notar através dos dados apresentados é que ao longo dos 63 anos de formação, o município possui um número elevado de pequenas propriedades.

Tabela 5. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área/ ha 1995.

Grupo	Número de estabelecimentos	Área/ha
Até 10 ha	141	866,795
De 10 a 20 ha	187	2.770,668
De 20 a 50 ha	265	8.280,805
De 50 a 100 ha	114	8.178,479
De 100 a 200 ha	46	6.510,815
De 200 a 500 ha	40	11.980,840
De 500 a 1000 ha	10	6,663,250
Mais de 1000 ha	-	-
Total	803	49.934

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuario Glória de Dourados - 1995 Org: Azevedo, (2019).

Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), as propriedades de 1 até 4 módulos fiscais são consideradas pequenas propriedades. Considerando o módulo fiscal¹ do município de Glória

¹ Unidade de medida, em hectares cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A

de Dourados que segundo o instituto é de 35 ha, o município possui 695 pequenas propriedades, segundo o censo agropecuário de 2017. É possível observarmos nas tabelas 4,5 e 6 entre 1995 a 2006 houve um aumento no número de pequenas propriedades, nesse caso até 140 ha (4 módulos fiscais).

Tabela 6. Município de Glória de Dourados - MS. Número de estabelecimentos por área 2006.

Grupos	Número de estabelecimentos	Área/ha
Até 10 ha	147	4.953
De 10 a 20 ha	233	3.485
De 20 a 50 ha	288	8.987
De 50 a 100 ha	118	8.115
De 100 a 200 ha	48	6.581
De 200 a 500 ha	39	11.803
De 500 a 1000 ha	9	5.898
Mais de 1000 ha	1	
Total	884	46.727

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuario Glória de Dourados - 2006 Org: Azevedo, (2019).

Entretanto houve aumento também das propriedades acima de 140 ha caracterizando o aumento da média a grande propriedade. Nesse contexto, fica evidente a concentração de terra desde 1995, pois, 50 propriedades representavam 37% da área total. Do mesmo modo, em 2006, 29 propriedades representaram 37,8% da área total e em 2017, 45 propriedades representam 45% da área total.

Nesse sentido Oliveira (1999) afirma que o sistema capitalista não transforma de vez todas as relações de produção à lógica capitalista, ou seja, na lógica capitalista, a média de grande propriedade traduz a maior produtividade, o maior movimento do capital. Contudo, esse desenvolvimento é contraditório e se realiza também no âmbito da pequena propriedade, na monopolização do território.

dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município que está localizada a propriedade. O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela lei 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (lei 4.504/1964), o qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agraria e promoção da Política Agrícola. Seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável.

Tabela 7. Município de Glória de Dourados – MS. Número de estabelecimentos por área 2017.

Grupos	Numero de estabelecimentos	Área/ha
Até 10 ha	205	1.278
De 10 a 50 ha	363	8.794
De 50 a 100 ha	82	5.658
De 100 a 200 ha	42	5.719
De 200 a 1000 ha	48	18.465
Mais de 1000 ha	1	-
Total	744	40.934

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário Glória de Dourados – 2017, Org: Azevedo (2019).

Mediante esses dados, compreendemos a resistência camponesa no município de Glória de Dourados, ainda que com a evidência da concentração de terras imutável atribuída pela a “modernização conservadora”. A luta pela conquista na permanência de terra ainda persiste. Mizusaki (2009) chama atenção mediante análise da concentração de terras no Mato Grosso do Sul e argumenta que é preciso considerar, além da intensificação do uso de máquinas, a expropriação dos trabalhadores do campo. É preciso considerar que nesse processo, o outro “lado da mesma moeda” é colocado em evidência, que é a constituição histórica da luta do campesinato que apesar de tudo tem retornado e permanecido na terra, por meio da luta e resistências. Afirma Mizusaki (2009):

É um campesinato que quer entrar na terra, a partir do questionamento da lógica econômica vigente. A formação de movimentos sociais aqui organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados (MIZUSAKI, 2009, p. 71).

Nesse sentido, a autora refere-se aos movimentos sociais organizados que lutam e enfrentam na luta real pela terra como exemplo: o MST (Movimento Sem Terra). Nesse recorte geográfico analisado não se teve a presença do movimento, mas outras formas foram articuladas por camponeses para se retornar à terra, como é o caso de 45 famílias do PA

(Projeto de Assentamento) de Aymoré realizado pelo INCRA, no sorteio de lotes de 10 ha. E por meio do crédito rural, o PA Betel com 16 famílias que somaram às unidades de resistência camponesa em Glória de Dourados.

Assim, entendemos que ao longo dos anos o que tem havido é a inovação e investimentos nos mesmos seguimentos que prevaleceram desde o primeiro plano de desenvolvimento. A bovinocultura (produção de leite), suinocultura, avicultura são atividades predominantes e que contribuem significativamente para a arrecadação do município. Nesse âmbito, o campesinato também está inserido nos moldes da “integração”, que possibilita a permanência do camponês no campo por meio das atividades dessa, em contrapartida, a renda da terra e o trabalho estão sujeitos à reprodução do capital e a renda obtida através do trabalho é dada de graça à sociedade pela exploração do trabalho familiar.

CAPÍTULO 2 :

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS

Considerando o desenvolvimento contraditório do capitalismo, em que relações capitalistas e não capitalistas são criadas e recriadas nesse processo, entendemos a produção camponesa como uma relação não capitalista e portanto, inerente ao sistema e o camponês enquanto um sujeito social resistente. Assim, buscamos nesse capítulo refletir e analisar o campesinato enquanto sujeito social de classe e as relações de trabalho frente às transformações, a partir da expansão do capitalismo no campo. Para isso, traremos um diálogo dos autores clássicos sobre o campesinato, no intuito de apresentar a linha teórica que segue este trabalho. A construção deste capítulo busca analisar a sujeição da renda da terra no processo produção camponesa, ressaltando seu caráter de resistência. A expropriação é um dos fatores que coexistiram com a expansão do capital industrial e, no século XX, a “modernização conservadora” que permitiu a entrada de empresas multinacionais, que passam a influenciar diretamente no modo de produção agrícola brasileiro.

2.1 A polarização sobre o destino do campesinato

A destruição e o desaparecimento do campesinato foram desde o século XIX prognosticados por muitos teóricos, políticos, oligárquicos no discurso do desenvolvimento capitalista no campo. O camponês foi tido como resquício feudal, símbolo do atraso, um estorvo na efetivação das formas capitalistas de produção. Assim manteve-se o discurso teórico ideológico que era preciso atingir o ápice do capitalismo para alcançar o socialismo.

Os teóricos Marxistas Kautsky e Lênin (1974) teorizaram em suas obras o fim do campesinato. Para Kautsky (1980), o fim do campesinato estava anunciado, em virtude da formação de uma classe proletária e uma burguesa, a partir do desenvolvimento de relações capitalistas no campo. Haveria um processo de industrialização no campo resultante do uso de maquinários, insumos e técnicas modernas, esse processo resultaria na modernização do campo e a evolução para a constituição de empresas rurais, provocando a total expropriação do camponês, com o predomínio de duas classes, proletária e burguesa.

Lenin (1982) acreditava que a expansão das relações capitalistas de produção levaria à diferenciação social campesina, ou seja, os camponeses que obtivessem renda se tornariam pequenos capitalistas (camponeses ricos) e outros tenderiam ao empobrecimento e a proletarização.

Chayanov (1974) inicia seu discurso em defesa da resistência do campesinato no campo. Já no século XX, o autor se insere no âmbito do debate da questão agrária, suas observações sobre o campesinato russo apontam as contradições do campesinato, frente a expansão do capitalismo no campo. Ele defende a existência da produção não-capitalista no campo, baseada no trabalho da família que produz para a subsistência e troca ou venda do excedente. Ressalta que a economia familiar não é um modo de produção, como se entende o capitalismo e o socialismo, mas sim um “modo de produção específico”, porém subordinado e inserido no sistema dominante, capaz de adaptar-se às regras gerais da formação econômica vigente.

Conforme consta em Forman (1979), o camponês esteve presente desde o período colonial, responsável pela produção de alimentos para o mercado interno. Para ele a emergência dos camponeses se deu no sistema *plantation*², uma vez que, além da mão-de-obra escrava existiam trabalhadores livres que produziam para o mercado interno e também participavam com mão-de-obra na produção do açúcar.

Assim, ao lado do sistema brasileiro de “plantation³”, cedo se desenvolveu um setor camponês que compreendia pequenos proletários rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo. (FORMAN, 1979, p. 32).

Martins (1981) argumenta que o campesinato no Brasil é formado por excluídos da propriedade da terra. “No período colonial, quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índio estava excluído

² Foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América. Ele consiste em grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. No Brasil, utilizou-se inicialmente a cana-de-açúcar, mas depois veio o algodão, o fumo e o café. Geralmente eram produtos tropicais que eram plantados nesses latifúndios.

da herança” e ainda os excluídos pelo regime de morgadio⁴ (MARTINS, 1981, p 31-32). Sendo a terra livre, e a ocupação permitida, a esses excluídos restava a busca pela ocupação de terras para obter a legitimação de sesmeiro (se fosse de sangue puro).

No final do século XVIII, com o advento da Lei de Terras de 1850, a situação de exclusão do camponês torna-se mais intensa, porquanto, antes, ele ainda poderia recorrer à ocupação e, a partir dela alcançar o direito de permanecer na terra.

A Lei de Terras proíbia as ocupações e dava ao Estado o poder de controlar as terras não ocupadas. Desse modo, novas articulações são necessárias para que o camponês alcance o direito à terra.

A partir de então, a terra se torna mercadoria de alto custo, acessível à minoria. Aqueles que já estavam excluídos, e que viam a possibilidade de obter sua posse por meio da ocupação continuaram excluídos, ou pior, pois a regulamentação da propriedade agrária não aconteceu como estava predita e novamente a ampliação de terras dos grandes proprietários foi viabilizada, dessa vez de forma legal.

2.2 Camponês e agricultura sob o modo capitalista de produção

Segundo o autor marxista David Harvey (2001) o capitalismo necessita do movimento de relações de produção (mercadorias excedente e força de trabalho) que se interligam e possibilitam a circulação do capital. Para o autor:

A geografia histórica do capitalismo pode ser mais bem considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho. Sem a criação prévia e a mobilização de tal excedente, a circulação do capital não pode nem mesmo começar, nem a expansão pode ser sustentada (HARVEY, 2001, p.134).

⁴ Regime que dava direito à herança ao filho primogênito de um fazendeiro, fazendo com que os outros se tornassem agregados da propriedade herdada.

No que diz respeito à relação entre indústria e agricultura, Oliveira (1986), afirma:

O desenvolvimento do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, que o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias (OLIVEIRA, 1986, p. 5).

A política de Estado desenvolvimentista a partir do século XX contribuiu para fortalecer, a concentração de terras e conseqüentemente a expropriação camponesa. O latifúndio até então era considerado impedimento no alcance do desenvolvimento e incompatível na relação produção e consumo. Nesse contexto, a industrialização seria o caminho para o desenvolvimento. Seguindo esse molde são inseridas na agricultura novas formas de produzir, com uso de máquinas, biotecnologia, insumos, dando início a modificação da função da agricultura, que é a produção de alimentos para a sociedade. Segundo Fabrini (2014):

A agricultura tornou-se um importante mercado para os produtos industriais e fornecedor de matérias-primas para as indústrias no processo de integração e surgimento da “agricultura contratual” e as soldagens “para frente” e “para trás” ermitindo a formação do Complexo Agroindústria (CAI) (FABRINI, 2014, p. 12).

A expropriação dos camponeses e a expulsão dos trabalhadores rurais foram dadas nesse momento, de difusão de relações capitalistas no campo. Expropriados e expulsos, camponeses e trabalhadores rurais buscaram, a partir de então, alternativas de conquistar, de retomar seu modo de vida e lutar por sua permanência. A ocupação de terras improdutivas⁵ na Amazônia na década de 1960 refere-se a essa alternativa. Dessa forma, são fortalecidos os movimentos sociais no campo, organizados na luta pela construção social dos camponeses.

Martins (2008) argumenta que a teoria positivista no Brasil na tentativa

⁵ Terras improdutivas refere-se a concentração de terra que não atende a sua função social. Caracteriza-se apenas pela acumulação do capital especulativo.

de civilizar a nação capitalista renega as relações de trabalho do passado. Para ele, a ideia é trabalhar essas duas dimensões do processo social e histórico, que é reconhecer o cotidiano na História e a História no cotidiano, conjuntamente, simultaneamente.

Vale lembrar que as lutas e resistências acontecem desde o período colonial, iniciando com a invasão em territórios indígenas, com os escravos na fuga das explorações dos fazendeiros, como bem lembra Oliveira (2002). Simultaneamente à luta dos povos indígenas nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas, da mesma forma, tem se dado a luta dos posseiros contra a expropriação, que também tem movimentado lutas e conflitos como relata o mesmo autor:

Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores. (OLIVEIRA, 2002, p.190).

Consideramos que a luta pela terra realizada a partir dos movimentos sociais é indispensável para a conquista da terra de trabalho. Porém, a luta camponesa não está restrita aos movimentos sociais. Estratégias de resistência camponesa como "produção para auto-consumo, a autonomia, o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos sociais, dentre outros" representam a luta contra a dominação da produção capitalista (FABRINI, 2007, p. 239).

2.3 A reprodução camponesa no contexto da monopolização do território e da territorialização do capital

A expansão do capitalismo trouxe várias transformações estruturais nos setores da economia brasileira. No que diz respeito à estrutura fundiária, dentro do contexto da industrialização, a tendência seria os latifundiários se

transformarem em capitalistas abarcando toda a tecnologia, vencendo o “atraso” para atender a demanda de consumo. Segundo Oliveira (2001), o que houve foi a transformação de capitalistas urbanos industriais em latifundiários, ou seja, a terra foi apropriada pelo capital reconfigurando a produção agrícola do país.

Embora a terra esteja concentrada sob o domínio de capitalistas e proprietários de terras, os camponeses são responsáveis por parte significativa da produção de alimento do país. Para Oliveira (2001), essas são as razões pelos quais os camponeses exercem duplamente formas de resistência, seja na luta pela conquista de terra tornando-se camponeses proprietários, seja na luta pela permanência na terra, enfrentando e sujeitando-se ao modelo capitalista.

Convém, ressaltarmos a síntese dos efeitos da expansão do capitalismo, na divisão social do trabalho, feita por Martins:

[...] – os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregadas no trabalho, não tem alternativa senão vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão (MARTINS, 1981, p. 152).

Desse modo, há na efetivação do sistema capitalista uma necessidade da separação do trabalhador dos seus meios de produção. Isso implica na compra da força de trabalho para o capitalista (detentores dos meios de produção) e na venda da força da força de trabalho do trabalhador para a sua sobrevivência e assim, fecha-se o ciclo na produção do capital.

A terra é um meio de produção no campo, aliás o principal, porém não é o capital, pois segundo Martins “*capital é produto do trabalho assalariado*” já a terra não é produzida de nenhuma forma, ela é um “*bem natural*.” Portanto, assim como o capital se apropria do trabalho, também pode se apropriar da terra, e do mesmo modo que paga o trabalho, paga-se ao proprietário pelo uso da terra para a produção do capital e esse pagamento é a “*renda da terra*”. (MARTINS, 1981, p. 160).

Assim, entendemos que enquanto o trabalho excedente produz o lucro (a

mais valia), a terra produz renda. Enquanto do trabalhador é extraída a mais valia (trabalho não pago), a renda da terra quem paga é a sociedade pois, “a dedução não é feita sobre os ganhos deste ou daquele, mas sobre os ganhos do conjunto da sociedade, sobre a riqueza socialmente produzida ainda que se sujeita à apropriação da renda pelo capitalista” (OLIVEIRA 1986, p.165).

No sistema capitalista, permanece a apropriação da renda da terra. A partir da instauração da propriedade privada, teremos o domínio de classe sobre a terra, visto que o acesso à terra só será possível através da compra/venda, gerando assim uma concentração de terras e renda fundiária nas mãos das oligarquias agrárias. Como define Oliveira, a renda da terra capitalista é o controle da terra por uma classe social, e a cobrança de uma taxa para que ela produza.

É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o "pior solo" (que não deveria pagar renda) possa também auferir a renda da terra absoluta (OLIVEIRA, 2007 p. 52).

A partir desse capital monopolista, a apropriação da renda da terra camponesa dá-se pela sujeição dela através do trabalho familiar no desenvolvimento desse capital. Para Martins (1981) essa apropriação da renda da terra dá-se mediante a contradição do desenvolvimento do capital. Por um lado une-se os dois sujeitos detedores do capital e da terra, por outro lado a unidade camponesa vive a sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, a renda é apropriada sem que haja a expropriação.

Santos (2007) também corrobora nesse sentido argumentando que por um lado, o camponês permanece proprietário da terra e dos outros meios de produção, com a utilização da força de trabalho familiar e o baixo nível de mecanização das atividades agrícolas, mantendo a produção direta de meios de vida e a produção para o autoconsumo. Isto quer dizer, que o camponês resiste e busca os seus próprios meios de produção para a manutenção da unidade camponesa.

O capital monopolista impõe suas determinações à relação de trabalho camponesa. Leva os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para

o setor urbano-industrial estabelecendo a produção de valor de troca. Logo, toma o controle parcial da produção camponesa com a extensão da jornada de trabalho da família, diminuindo a autonomia⁶ relativa do camponês, torna-o dependente do capital financeiro para repor os meios de produção e por meio das relações de trocas desiguais o campesinato é recriado em meio a contradição do desenvolvimento desigual e combinado.

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Desse modo, podemos observar o domínio do capital industrial por dois processos no campo, a monopolização do território e a territorialização do capital. No primeiro, o camponês permanece no campo, porém subordinado à lógica capitalista de produção. Na territorialização, o camponês é expropriado dos seus meios de produção tornando-se mão de obra assalariada. Esse processo materializa-se nas agroindústrias, tanto um quanto o outro é liderado pela empresa agrícola capitalista, e o camponês, em meio a essa relação encontra na subordinação, a resistência.

No processo de monopolização do território, o próprio sistema capitalista busca mecanismo de sujeição da renda da terra, sem a necessidade de investir capital na propriedade privada da terra (MIZUSAKI, 2009, p. 105). Desse modo viabiliza a reprodução do capital, porém, nesse processo também permite a reprodução camponesa no campo.

⁶ Os impactos da territorialização do capital bem como as formas de sujeição da renda da terra camponesa serão discutidas no próximo capítulo deste trabalho.

As atividades que antes eram desenvolvidas de forma espontânea pelo camponês passam a ser submetidas à lógica capitalista de produção, dessa forma, o camponês passa a produzir para atender o capital industrial. Nesse sentido, podemos citar como exemplo a atividade da criação de suínos (suinocultura) e de aves (avicultura). Outrora, a produção de frangos era exercida sob o domínio do camponês, desde a matriz ao abate, obedecendo ao ciclo de produção da ave, e o trabalho e custos exigido até a última etapa. Isso justifica a estratégia do capital industrial ao “integrar” o camponês na agricultura, pois ele *“utiliza o camponês apenas para o processo de criação do frango, fase que não tem interessado ao capital industrial por concentrar os maiores riscos e custos produtivos”* (MIZUSAKI, 2009, p. 104). Oliveira (1981) categoricamente, argumenta sobre o domínio do capital industrial sobre a agricultura. Para ele, o capital exerce o monopólio tanto na produção quanto na circulação, pois, o capital industrial garante a produção de mercadoria que é advinda da transformação da renda produzida pelo trabalho familiar. Essa mercadoria será transformada em dinheiro, apropriada pelo capital e inserida no ciclo do modo de produção capitalista..

Na monopolização do território, as indústrias instalam-se em áreas de acordo com os interesses de apropriação da renda da terra, determinando assim as regras de produção por meio de contratos com os camponeses que, a partir de então, sujeitam sua reprodução ao modo de produzir conveniados ao modo de produção capitalista, como exemplifica Mizusaki (2009):

No caso da avicultura, essa lógica se efetiva através da subordinação dos avicultores e de sua propriedade ao chamado sistema de integração, o que é possível devido ao caráter privado da terra. No desenvolvimento dessas atividades, a empresa não compra a propriedade da terra para a produção de aves. Apropria-se dela por meio da sujeição da renda da terra. (MIZUSAKI, 2009, p. 104).

Segundo a mesma autora, nessa relação estabelecida entre o camponês e a agroindústria, enquanto o contrato de parceria estiver em vigência, renda da terra fica totalmente subordinada ao capital agroindustrial.

É necessário considerar que, enquanto se tiver a vigência do contrato de parceria e do financiamento no banco, a capacidade do proprietário de auferir renda da terra fica

subordinada ao capital industrial e ao financeiro, que se apropriam de parte da renda da terra produzida pelo camponês ou de parte do lucro e da renda capitalista da terra, se ele foi um capitalista da avicultura (MIZUSAKI, 2009, p.299).

Dessa forma, os liames traçados pelo capital industrial alcança o camponês de ambos os lados, no entanto, na sua essência contraditória, acaba criando possibilidades para a sua resistência.

2.4 As relações de produção camponesa em Glória de Dourados e o poder público municipal como agente mediador

Segundo Azevedo (1994), nem todas as terras que consiste o município eram boas para cultivo, além disso, até os colonos camponeses organizarem suas terras para tal, a relação de produção que predominava na década de 1960 era a extrativista (madeira e erva mate). As terras que pertencem a 4^a, 5^a, 6^a e 7^a linha nascente eram consideradas fracas e nem despertavam cobiça aos colonos. No entanto, essa área possuía como vegetação nativa a erva mate, que permitiu àqueles que tiveram ali suas posses, meio de sobrevivência nos primeiros anos escassos de produção.

A extração da erva mate era feita pelos camponeses e vendida para 2 atravessadores que transportavam para Dourados. Além da erva mate, a madeira era um recurso natural extremamente explorado em toda a área da colônia para suprir as necessidades tanto do extrativismo quanto da abertura das áreas para o plantio de feijão, mandioca, cana, amendoim na década de 1960.

A extensão rural já foi lema do primeiro prefeito do município. Com alta densidade demográfica e concentração na área rural foi pensado pelo poder público municipal a necessidade de assistência técnica no que diz respeito à produção agrícola. Nesse sentido, a ACAMART (Associação de crédito e assistência rural do Mato Grosso), por meio de escritório instalado no município no ano de 1966 subsidiou e orientou os camponeses quanto as práticas de produção, afim de obter boa produção.

Várias fases se passaram, vários ciclos produtivos desde a ocupação colonial no ano de 1956. O café, o amendoim, o feijão, o arroz e o algodão, subsidiados pela ACAMART possibilitaram o crescimento da produção, da

arrecadação e elevaram o patamar de crescimento do município. No entanto, o uso desordenado do solo e sua qualidade suscetível a erosões já criara dificuldades e a diminuição no cultivo no início da década de 1970. Atrelado a isso, a geada de 1975 provoca a destruição da plantação de café, deixando os camponeses em situações delicadas quanto a produção.

Observamos na tabela 8 (ver a seguir) que o município perdeu significativamente parte da sua população rural de 1980 a 1994. As más colheitas, e as dificuldades no cultivo pela degradação do solo foram fatores significativos que motivaram os camponeses a vender suas terras e sair em busca de novas frentes pioneiras, deixando o município como o maior índice de evasão rural nesse período.

Tabela 8. Município de Glória de Dourados - MS. Estabelecimentos e população rural 1980 – 2017.

Ano	1980	1994	2006	2017
Estabelecimentos	1.217	964	884	744
População rural	8.375	3.987	2.257	1.763

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário e AGRAER. Org: AZEVEDO, 2018.

Atrelado a isso, as tecnologias inseridas no âmbito da agricultura para atender a demanda, por vezes não era acessível a esses camponeses, fator que inviabilizava exercer ou continuar exercendo a atividade. Podemos observar na tabela 8 (mostrado anteriormente) que nessas circunstâncias, o poder público municipal buscou recursos junto ao Estado promover a diversificação rural como forma de conter o camponês no campo e desenvolver o município a partir da produção no campo, conforme explica Azevedo (1994)

Assim, resolvi que o melhor seria instrumentalizar a municipalidade de forma a desenvolver no meio rural, uma política voltada para o seu desenvolvimento, principalmente tecnológico, acompanhado de competente fomento para sua produção. (AZEVEDO, 1994, p. 140).

Na conjuntura da década de 1980, o poder público municipal buscou condições como criação da FEMIC (Feira Municipal de Integração Comunitária

em 1984), a fim de divulgar e valorizar o potencial agrícola do município e promover o desenvolvimento econômico, a partir da produção camponesa. No mesmo ano instituiu a Sericicultura integrada à empresa multinacional SHOEI BRATAC com a criação da ASSERGO (Associação dos Sericultores de Glória de Dourados) em parceria com a EMPAER.

O Estado também foi recorrido pelo poder público municipal em busca de subsídio para a formação de produtores de leite. Nesse caso, o Estado subsidiou parte da inseminação artificial, totalizando 1.000 vacas inseminadas para a formação do rebanho de gado leiteiro, na perspectiva de desenvolver o meio rural e criar alternativas de empregos e renda às famílias rurais por meio de atividades diversificadas como apresenta o quadro 1

Quadro 1. Município de Glória de Dourados-MS. Características das atividades no programa de diversificação rural 1980.

Atividades Agrícolas	
Sericicultura	Conveniada a SHOEY BRATAC ASSERGO (Associação dos sericultores de Glória de Dourados).
Suinocultura	Conveniada a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Matrizes e reprodutores.
Ranicultura	Criação de rãs para o produção de carne e pele.
Cunicultura	Criação de coelhos para o comércio de carne e pele
Floricultura	Cultivo de flores.
Bovinocultura de leite	Conveniada ao Estado. Enseminação artificial. Formação de gado leiteiro.

Fonte: pesquisa de campo 2018

Na perspectiva de diversificar a produção e otimizar a mão de obra familiar, essas atividades foram iniciadas no município envolvendo os camponeses. Entretanto, a demanda de alguns produtos era quase inexistente

algumas dessas atividades como ranicultura e cunicultura não continuaram. O insucesso das atividades nos foi explicado em entrevista pelo fiscal agropecuário do IAGRO que vivenciou essa época enquanto funcionário público, prestando serviços no DEFAP (Departamento de Fomentos Agropecuários). Segundo ele, as atividades não foram pensadas de forma aliada, produção e mercado. O comércio local não tinha hábito alimentar para consumir essa produção e a produção em pequena escala não foi possível alcançar o mercado regional.

Por outro lado, as atividades integradas ou subsidiadas pelo Estado prosseguiram e, em 1994 sob nova conjuntura política e novo plano de desenvolvimento rural foram ampliadas na perspectiva da grande produtividade, como podemos observar nos dados da tabela 9, a seguir.

Tabela 9. Município de Glória de Dourados – MS. Produção agropecuária 1994-2017.

Atividade implantada	Produção/Ano (1994)	Produção/Ano (1996)	Produção/Ano (2006)	Produção/Ano (2017)
Bovinocultura de leite	21.000.000 Litros	20.000.000 Litros	11.830,000 Litros	1.200.000 Litros
Suinocultura	36.200 cabeças	74.072 cabeças	93.760 cabeças	236.765 cabeças
Avicultura	9 aviários	49 aviários	60 aviários	80 aviários

Fonte: Agraer, 1996; IBGE, 2017. Org: AZEVEDO, 2018.

A suinocultura recebeu atenção da Universidade Federal de Minas Gerais, com tecnologia e matrizes suínas a preços acessíveis aos camponeses. Assim, como a avicultura, recebendo o apoio da EMPAER foram criadas em meados da década de 1970 como extensão rural, no intuito de gerar emprego e aumentar a renda das famílias rurais.

Os programas e atividades, a partir e então instituídos eram todos voltados para o desenvolvimento rural na perspectiva de tornar a unidade camponesa em uma “unidade produtiva e empresarial” (EMPAER- MS, 1994).

A implantação do programa teve apoio do governo do Estado do Mato Grosso do Sul com efetiva participação em incentivos fiscais às indústrias, assistência técnica, aquisição de equipamentos e com a participação do Governo Federal com disponibilidade de linhas de créditos com juros compatíveis com o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste).

Então, viabiliza-se assim, aos moldes do contraditório desenvolvimento capitalista, o novo plano de desenvolvimento e extensão rural pautado na diversificação. Nesse contexto, o município passa a ter em sua base não mais a produção camponesa e sim a produção do capital que ao mesmo tempo é realizada pelos camponeses via monopolização do território. Essa forma de produção permite o capital se apropriar da renda da terra produzida pelo camponês no trabalho quase exclusivo para a indústria no campo. Como afirma Oliveira (2003).

Este processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que este processo revela, portanto, é que se está diante do processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas de produção (oliveira, 2003, p. 15).

Nessa perspectiva, parte dos camponeses se (re)produziram por meio dessa relação de produção utilizando como estratégia para a manutenção do seu meio de produção a terra de trabalho, ainda que com sua renda sujeita ao capital.

De forma diferenciada, o capital intensificou a sua ação no campo, a partir de 2005. No contexto do Estado do Mato Grosso do Sul, a monocultura da cana-de-açúcar se expande de tal forma que provoca nova reconfiguração territorial. Segundo Domingues (2011) essa atividade foi iniciada no ano de 1979, no entanto, a partir de 2005, de forma mais intensa, trouxe várias transformações no espaço agrário sul mato-grossense.

No território sul-mato-grossense, o avanço do setor canavieiro é visível, no que diz respeito à substituição da pecuária e da soja, ou seja, começou haver conflitos e embates entre as classes capitalistas (usineiros, proprietários de terras,

arrendatários, etc.). Essas relações geram algumas consequências que, de antemão, seriam: a) ampliação das relações de dominação do capital sobre o trabalho; b) controle social ; c) “exclusivo” dos camponeses, indígenas, migrantes do campo; d) ampliação da monocultura, entre outros. (DOMINGUES, 2011, p. 22).

A expansão causou expropriações e ao mesmo tempo dificultou a reprodução de camponeses resistentes que foram cercados pelo “mar” de cana. Além disso, a terra com sua variável forma de renda permitem outras possibilidades inclusive pelo simples aluguel de parte da terra pode possibilitar a concentração capitalista, ou seja, para que haja a apropriação da renda da terra não há necessidade de haver a expropriação dos meios de produção (MARTINS 1981).

Nessa condição, estamos diante da territorialização do capital, que se dá de forma especificamente capitalista, se instala, reproduz de forma ampliada e desenvolve-se na sua plenitude Assim, a monocultura “se implanta e define/caracteriza o campo” e repercute na produção camponesa que culmina na diminuição da produção de alimentos⁷ (OLIVEIRA 2003, p. 15).

Na atual conjuntura, as relações de produção camponesa no município de Glória de Dourados se realizam por meio de estratégias de resistências, sendo uma delas a categoria de análise desse trabalho, a indústria doméstica. No entanto, o poder público novamente em seu caráter mediador das relações de produção, tendo em vista o desenvolvimento econômico municipal cria a lei (1.117 de dezembro de 2017), através do decreto número 17, que obriga as propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas e aquelas que produzem produtos de origem animal a regulamentarem e/ou obter registro junto ao SIM (Sistema de Inspeção Sanitária Municipal).

O município aderiu em janeiro de 2018 ao consórcio CODEVALE (Consórcio Público do Vale do Ivinhema) na revisão da lei (1.117 de dezembro de 2017). A partir de então a legislação municipal passa a ser controlada pelos mecanismos desse Consórcio Público. Segundo informações recolhidas em entrevista com a consultoria, a vantagem da regulamentação, além da garantia da qualidade de alimentos é a possibilidade da garantia de venda da mercadoria a

⁷ Será abordada no capítulo 3 a questão da repercussão territorialização do capital na produção camponesa.

nível municipal e futuramente, a abrangência do mercado em nível nacional, com o registro do Sistema unificado de atenção sanidade agropecuária SISB/ SUASA . A fase estabelecida é organizacional. Segundo Argumenta a médica Veterinária responsável pela consultoria, o poder público municipal encontra-se ausente nesse processo, e as unidades de produção camponesa que iniciaram o processo de regulamentação estão por conta própria arcando com todos os custos.

Assim, a relação de produção camponesa principalmente aqueles que possuem a indústria doméstica como estratégia resistência estão vivenciando um momento frágil, considerando os custos e regras para a regulamentação.

Em entrevista com o Sr. Ronaldo, camponês residente na linha do Iguaçu, ele fez as seguintes ponderações;

Eu estou interessado em montar uma pequena indústria de embutidos, mas, tenho medo do gasto e vai que depois meus produtos não consegue competir no mercado... e depois, as reuniões que foram feitas ate agora não esclareceram nada sobre o custo desse registro...mas tô pensando...(entrevista concedida dia 09/08/2018).

Mediante o argumento do Sr. Ronaldo, verificamos a insegurança do camponês ao buscar formas diversificadas que demandam fiscalização de órgão público e que comprometa de alguma forma a segurança da sua produção. Percebemos também, a ausência da atenção do poder público municipal nessa fase organizacional. O prefeito Assinou o consórcio com a CODEVALE no dia 25 de janeiro de 2018 com publicação de reportagem, mas se ausentou quando os produtores camponeses reivindicaram apoio no processo de adesão. Nesse sentido, pequena parte das unidades camponesas se prontificou para regulamentar sua produção, para isso contratou a empresa de consultoria para os primeiros ajustes como: planta baixa da construção da indústria. A nosso ver, esse processo de regulamentação com regras padronizadas que servem ao mercado convencional diminui a autonomia relativa do camponês visto que, durante determinado período, parte da sua renda sera voltada para pagar os custos da regulamentação, tendo a busca por financiamento para construção e a sujeição de renda da terra ao capital financeiro, a partir disso.

CAPITULO 3:

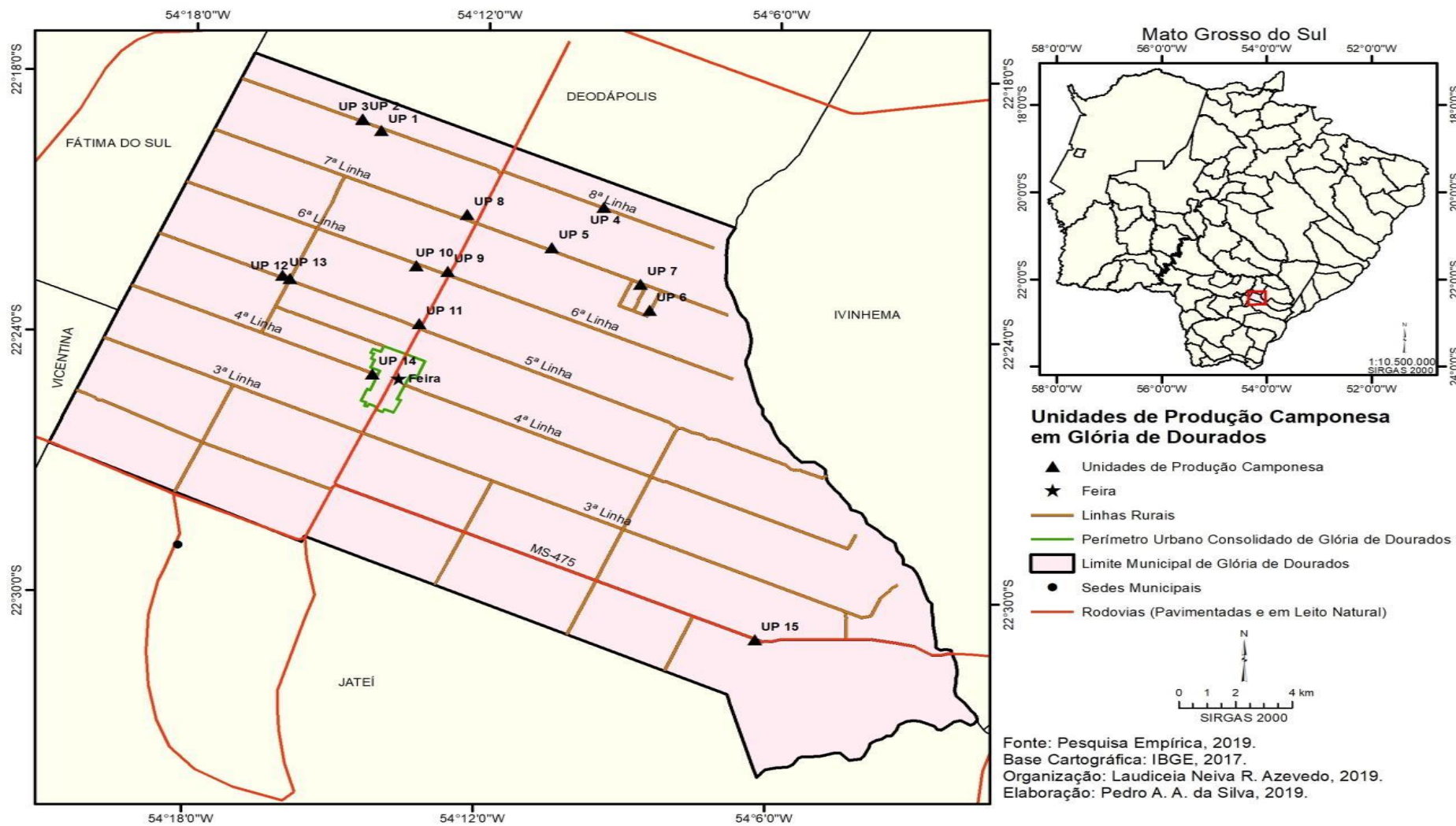
A INDÚSTRIA DOMÉSTICA E A APROPRIAÇÃO DA RENDA CAMPONESA: NOVAS POSSIBILIDADES PARA A RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA TERRA

Historicamente, o campesinato tem mostrado a sua capacidade de permanência num território de relações socioeconômicas baseadas em fatores que fogem das suas perspectivas de produção. Portadores de autonomia relativa, os camponeses buscam incessantemente alternativas que possibilitem a sua (re)produção enquanto sujeito social, e a manutenção do seu meio de produção que é a terra. O processamento de matéria prima e a produção de alimento no campo consistem numa dessas alternativas executadas pelo camponês deste século. Adotamos o termo **produto combinado** para referenciar e discutir a produção camponesa na indústria doméstica, levando em consideração as relações extraeconômicas existentes e consistentes nesse processo.

A perspectiva da definição do termo **produto combinado** leva em consideração as formas específicas e singulares existentes no processo de produção de cada unidade camponesa. Assim como, a característica do trabalho familiar o objetivo de equilíbrio da base de recursos, o saber fazer, as relações de troca entre produtor e consumidor, enfim, a combinação de relações entrínsecas ao processo de transformação da matéria prima na unidade camponesa.

Entendemos que na indústria doméstica são produzidos alimentos para o autoconsumo e o excedente é vendido ou trocado por outras mercadorias por meio de circuitos curtos de comercialização. Desse modo, por se tratar de uma área rural relativamente pequena foi feito um levantamento, informal por linhas rurais, sobre a presença da atividade da indústria doméstica no município e constatado a existência das 16 unidades de produção analisadas nesse capítulo, conforme localizadas no mapa 1. Dessa forma, o capítulo traz uma análise multidimensional das inter-relações que envolvem o processo de fabricação e venda dos produtos de origem animal e vegetal nas unidades camponesa no município de Glória de Dourados.

Mapa 4. Município de Glória de Dourados. Localização das indústrias domésticas nas unidades de produção camponesa Glória de Dourados - MS 2019



3.1- Da produção para o auto-consumo à produção para o consumidor – a indústria doméstica

A ideia de indústria doméstica adotada está ancorada em Lênin (1985) que assim identificou o processo de transformação de produtos primários no estabelecimento da família camponesa. O autor estudou essa relação de produção no campesinato russo e suas contribuições nos permitem a reflexão da situação atual dos camponeses Glória-douradenses. Nesse estudo, o autor analisa a transformação gradual dessa indústria doméstica em pequenas indústrias, por meio de relações mercantis, a partir do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Lênin (1974) defendia que o processo de divisão social do trabalho, necessário para o desenvolvimento capitalista resultaria na substituição dessa indústria doméstica pela indústria capitalista. Para ele:

O surgimento de um novo ofício implica num processo de crescimento da divisão social do trabalho. Por isso esse processo deve ocorrer necessariamente em cada sociedade capitalista, na medida em que ela conserva, em maior ou menor escala, um campesinato e uma agricultura seminatural, na medida em que diversas instituições e tradições antigas impedem a substituição direta da indústria doméstica, pela grande indústria mecanizada (LÊNIN, 1985, p. 2019).

Nesse sentido, ao afirmar a gradual desintegração da indústria doméstica mediante a transformação em indústria capitalista nega também a continuação do campesinato nesse sistema. Nossa análise parte do desenvolvimento capitalista desigual e combinado, conforme apontam Oliveira (2007) e Martins (1981) que, contraditoriamente, cria e recria relações não-capitalistas e, assim, possibilita a (re)produção camponesa. Entendemos o camponês como um sujeito social resistente, que busca formas diferenciadas para sobreviver e se (re)produzir no sistema hegemônico, de maneira que mantenha as especificidades do seu modo de vida. Nesse sentido, entendemos que os camponeses lutam enquanto classe social, buscando formas de produção que permitem a sua manutenção no campo. Consideramos no campesinato em Glória de Dourados, aquela atividade analisada por Lênin

(1974)na Rússia, contida no campesinato e que desapareceu em meio a expansão do capitalismo no campo. Identificamos que esses camponeses transformam a matéria-prima na unidade camponesa, destinam parte dela para o auto-consumo e outra parte é transformada em produto combinado e destinado para o mercado. A venda desse produto combinado serve para complementar a renda da unidade camponesa e torná-la suficiente para a manutenção do equilíbrio trabalho-consumo e sua (re) produção enquanto sujeito social. Nesse sentido, nossa perspectiva de análise está pautada nas estratégias de resistência camponesa, a partir da indústria doméstica.

Analisamos 15 UPs (unidades de produção) camponesas no município de Glória de Dourados, que possuem a indústria doméstica como atividade. Dentre elas, algumas unidades estão parcialmente regulamentadas e certificadas, outras não. As unidades estão localizadas nas linhas rurais, e em dois PA (projeto de assentamento) e uma comunidade tradicional localizados no mapa 1.

Ao observar o campesinato de Glória de Dourados, entendemos que o modelo hegemônico de produção articula-se, territorializando o capital e monopolizando o território, em detrimento da reprodução camponesa. Diante disso, os camponeses buscam novas formas estratégicas de se (re)produzir, mantendo seu modo de vida e posse dos meios produção, ainda que, sujeitando a renda da terra ao capital.

A indústria doméstica, nessa perspectiva, no seu processo de produção reúne o trabalho familiar, insumos próprios (ou não), atribuição de saberes, práticas específicas, e a relação produtor-consumidor que traduz no que tratamos neste trabalho de produto combinado. Além dessas características específicas, entendemos a intenção produtiva camponesa como outra característica importante e que faz diferir a indústria doméstica das indústrias capitalistas.

Nesse contexto, entendemos que as unidades de produção camponesa possuem intenção produtiva diferenciada, haja vista, a natureza de produzir primeiramente para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, cada unidade de produção se movimenta de acordo com a sua emergência. Acreditamos que essa intenção não está voltada em primazia para “agregação

de valor” ao produto, mas para a manutenção do equilíbrio que permite a resistência camponesa.

3.2- As estratégias de resistência camponesa em Glória de Dourados

Segundo Martins (1981), quando um produtor tem a posse da terra, trabalha nela com sua família, mas nesse trabalho a dependência em relação ao capital, a relação então produzida é a de sujeição da renda da terra ao capital. Entendemos que o camponês enquanto sujeito social resiste a tudo aquilo que coloca em risco a posse do seu meio de produção (terra), e adota alternativas que por vezes (na perspectiva capitalista) não dão lucro, mas se atende a satisfação de suas necessidades, dará seguimento a rotina de trabalho e modo de vida, ainda que tenha a renda da terra sujeita ao capital.

Constatamos que o perfil das unidades camponesas que possuem a indústria doméstica é marcado pela resistência ao longo da sua existência. Identificamos unidades camponesas com posse da terra, há quase 50 anos, e que ao logo desses anos buscou formas estratégicas de produção, que o mantiveram com a propriedade da terra. Outros, reconquistaram a propriedade da terra por meio de projetos de assentamento de reforma agrária, há pouco tempo, e assim como lutaram para reconquistar, resistem para manter a posse da terra e de todos os elementos de produção contidos na produção camponesa.

Identificamos unidades que exercem atividade integrada à empresas capitalistas, já como estratégia de resistência, mas que buscam outras formas de produção complementares mediante a insuficiência na satisfação das suas necessidades. Mizusaki (2009) comprova que embora sujeitem a renda da terra ao capital, no sistema de integração é possível a manutenção da classe social camponesa.

O melhoramento da *eficiência técnica* (PLOEG, 2008) também são identificados em unidades camponesas que possuem a indústria doméstica. Efetivamente, essas ações estratégicas traduzem resultados positivos na complementação da renda na unidade de produção. No entanto, é bem

possível que a renda da terra fique sujeita ao capital financeiro, visto que o uso de técnicas exige altos investimentos de recursos financeiros, ademais, a autonomia que já é relativa torna-se ainda mais dependente, devido a alteração na intensidade de trabalho familiar para pagar o empréstimo do crédito. Entretanto, não podemos desclassificar a intenção da produção camponesa nessa relação, visto que, a sujeição da renda da terra é uma característica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, capaz de reproduzir o sujeito social camponês.

Percebemos que essas unidades são geridas por sujeitos que lutam pela manutenção da terra como meio de produção para a (re)produção camponesa. Para isso, todo movimento na unidade camponesa é voltado para a manutenção dos elementos de produção, ainda que custe a sujeição da renda da terra ao capital.

Nesse contexto, lembramos da classificação social defendida por Martins (1981) e Oliveira (1986): os que possuem e detêm a força de trabalho, (proletariado), os que detêm o capital (capitalistas) e a classe constituída pelos proprietários da terra. Os camponeses enquanto classe, lutam para se (re)produzir como tal, no processo de produção capitalista, por meio do acesso a terra e pela permanência nela.

Nessa perspectiva camponesa, Martins (1991, grifos do autor) afirma que para o camponês a terra é vista *como terra de trabalho* enquanto para o capitalista, a terra é vista como *terra de negócio*, ou seja, a essa lógica que se deve a caracterização do camponês enquanto sujeito social. Nesse contexto, o movimento realizado na produção camponesa segue a lógica M-D-M.

A análise de Chayanov (1974) sobre o equilíbrio entre trabalho-consumo, nos ajuda compreender entre outras estratégias, a indústria doméstica na unidade camponesa como alternativa complementar à renda camponesa. Quando os elementos de produção e com eles a existência camponesa é colocada em risco, causando o desequilíbrio trabalho-consumo, novas formas de produção são adotadas como estratégias, na intenção de reequilibrar e manter ativa a unidade camponesa. Dessa forma, as variações na intensidade do trabalho podem ser traduzidas na realização de outras atividades para atingir o ponto de equilíbrio.

Correlacionando com a análise de Chayanov (1974), a transformação da matéria prima em *produtos combinados* altera relativamente a intensidade do trabalho familiar, para mais ou para menos, pois se trata da transformação daquilo que já é vendido como mercadoria, em outros produtos combinados. Assim, conforme a urgência da necessidade do equilíbrio, os produtos combinados podem ser um complemento ou a estratégia responsável por manter a unidade camponesa em movimento.

3.3 A inserção da indústria doméstica na engrenagem de equilíbrio

Em Glória de Dourados, as famílias camponesas resistentes recorreram ao longo dos 63 anos de existência, à diversas estratégias para manter o equilíbrio no seu processo de produção e (re)produção. Sua luta consiste na intenção de cuidar dos membros da família com recursos advindos do seu meio de produção (terra). Essa busca articula-se, como processo contínuo de defesa de uma base composta por elementos de produção, entre os quais está incluso o próprio trabalho familiar e a propriedade da terra (CHAYANOV, 1974).

Nesse sentido, a indústria doméstica na transformação da matéria prima contribui para o equilíbrio da base de produção, pois possibilita a complementação da renda a partir da realização do produto combinado.

As estratégias de resistência são variáveis, conforme as necessidades de cada unidade de produção. Desse modo, grande parte dos camponeses que transformam a matéria prima na indústria doméstica, já o faziam no âmbito familiar para o autoconsumo e inclusive na contenção de gastos. Conforme argumenta o entrevistado: “Se a gente sabe fazer por que a gente vai comprar não é?” (entrevista realizada em 07/07/2018).

O aumento da prática de transformação da matéria prima nas unidades camponesas que aqui chamamos de indústria doméstica despontou há quase 20 anos atrás, conforme os relatos dos camponeses entrevistados. Esse despontamento correlata com a criação do mercado municipal, no ano de 2001, que restringiu a venda de alguns produtos *in natura* de origem animal (carnes, ovos, leite). Nesse caso, a restrição se deu no âmbito das normas sanitárias,

ou seja, para a venda desses produtos passa a ser exigido o selo de inspeção sanitária (SIM). Esse fato somado à desvalorização dos produtos agrícolas fez o camponês repensar alternativas de produtos complementares. Essa exigência está amparada pela lei 1.283 de 18 de dezembro de 1950. No entanto, a fiscalização não era rigorosamente realizada no âmbito da feira livre antes do espaço físico destinado. Então, aqueles que vendiam esses produtos na feira buscaram na venda de produtos combinados de origem vegetal entre outros, como complemento em substituição àqueles proibidos. Enquanto outros camponeses continuaram com os produtos da hortifruticultura sendo vendidos no mercado municipal e ao mesmo tempo se arriscaram no mercado informal, mediante a venda dos produtos de origem animal de porta em porta.

Logo, podemos entender a unidade camponesa, a partir de um movimento contínuo de uma “engrenagem de equilíbrio”. O movimento parte da base de elementos de produção (visto que o camponês possui a posse desses elementos e a autonomia relativa). Nesse movimento é gerado o produto combinado que pode ser utilizado para o autoconsumo e para ser destinado ao consumidor. Ao mesmo tempo volta para a base para o auto consumo (que também contribui para equilíbrio da base) e o produto combinado é vendido para a satisfação das necessidades que, automaticamente estão inclusas na base (compra de instrumentos de trabalho, manutenção dos membros da família como força de trabalho). Dessa forma o movimento continua, a partir do que se tem produzido e reproduzido em fases anteriores, traduzindo equilíbrio trabalho-consumo na unidade necessária para a reprodução do sujeito social camponês. A figura 1 intenciona ilustrar esse movimento de equilíbrio na unidade camponesa.

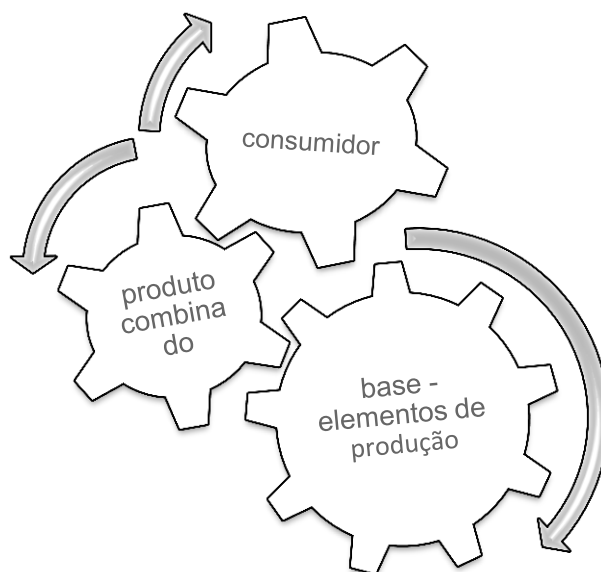


Figura 1. Engrenagem de equilíbrio da base de elementos de produção numa unidade camponesa (elaboração nossa).

Podemos elucidar esse processo de produção e (re)produção camponesa, a partir do exemplo de uma das unidades de produção analisadas nesse trabalho. Ex: Na UP 12, o camponês possui como base de elementos de produção – vacas leiteiras. Desse elemento de produção o camponês terá o produto – leite. Parte do produto-leite será para o autoconsumo e parte é transformado em produto combinado. O valor obtido na venda do produto combinado é trazido novamente para a base para a satisfação das necessidades. Essas necessidades referem-se além dos produtos não produzidos na unidade camponesa para o consumo, mas para manutenção dos elementos de produção (ex: gastos com medicamentos veterinários, e na ampliação desses elementos, por ex: na compra de outra vaca).

Quando analisamos a indústria doméstica como estratégia de resistência, estamos analisando uma das formas que o sujeito camponês encontra de gerir a engrenagem de equilíbrio quando percebe que sua base de elementos de produção está em risco, devido aos entraves causados pelo sistema hegemônico. Nesse caso, voltamos à ilustração a partir do ex: da UP 12. O camponês percebe que a renda obtida com a venda do produto leite não está sendo suficiente para atender as necessidades. Nesse caso ele corre o risco de perder uma vaca por falta de um medicamento que não está sendo

possível comprar com a renda obtida.

Assim, enquanto sujeito resistente, o camponês busca a partir dos mesmos elementos outra forma de produção (ex: indústria doméstica) que traduz numa complementação da renda, tornando-a suficiente para a satisfação das necessidades da unidade camponesa. Com a indústria doméstica o camponês produz além do produto – leite para o autoconsumo, o produto combinado - o requeijão. A venda desse produto combinado nos circuitos curtos de comercialização contribui para a “alimentar” novamente a base dos elementos de produção. Nesse caso, a renda apropriada pelo camponês é proporcionada pelo controle de todas as etapas realizadas e na utilização do circuito curto de comercialização, que exclui a interferência do intermediário e a possível sujeição da renda da terra ao capital.

Podemos entender melhor esse movimento, a partir da observação dos dados quantitativos sobre a venda do produto *in natura* (leite) e o produto combinado (requeijão) nas tabelas 9 e 10. Observamos que o leite é vendido por 0,80 centavos o litro, na sua forma natural para a indústria, ou seja, sob venda indireta no circuito curto de comercialização. Se vendido diretamente para o consumidor na mesma forma natural, o produtor consegue vender a 2,00 R\$ o litro.

Tabela 10. UP-12 Município de Glória de Dourados - MS. Produção e venda de produto combinado.

Produção/ Leite/ mês	Produto combinado	Circuito curto de comercialização	Quantidade/ mês	Preço / R\$	Renda mensal obtida/ R\$
720 litros	Requeijão	Venda direta/ porta a porta	36 kilos	50,00	1.800,00
Total					1.800,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 24/01/2019

Tabela 11 - Município de Glória de Dourados. Comparativo de produção e

venda do produto in natura no circuito curto sob venda indireta com base na produtividade da UP 12

Produto in natura	Circuito curto de comercialização	Preço do produtor / R\$	Preço do mercado / R\$	Diferença aprox. %
	Venda			
Leite	Indireta/indústria	0,80	2,89	261

Fonte: pesquisa de campo realizada em 24/01/2019

A tabela 11 mostra o valor recebido pelo camponês produtor de leite vendido segundo o tipo de comercialização. Notamos a significativa diferença na renda obtida pelo camponês ao vender indiretamente o seu produto *in natura*. Nesse caso, o valor pago ao produto pela indústria representa 40% do valor pago pelo consumidor na venda direta.

Da mesma forma, os produtos combinados vendidos de forma indireta com a presença mínima de 1 intermediário, ainda que mediante circuito de comercialização, possibilita a apropriação de grande parte da renda da terra, pela indústria, independentemente da produtividade alcançada pela unidade camponesa, como podemos observar na tabela 12 referente a produção e venda da UP 13.

Tabela 12 - Município de Glória de Dourados – MS. Comparativo de produção e venda do produto combinado no circuito curto de comercialização sob venda indireta com base na produtividade da UP 13, 2019.

Produto combinado	Circuito curto de comercialização	Preço do produtor / R\$	Preço do mercado / R\$	Diferença aprox. %
	Venda			
Geleia de mocotó	indireta/mercado	6,50	11,50	76

Fonte: pesquisa de campo realizada em 24/01/2019

Segundo Bartra (2011) essa diferença de preço é traduzida pela forma como a produção capitalista cujos valores das mercadorias são considerados o custo e mais o lucro médio. Enquanto na produção camponesa, à mercadoria é

adicionado somente o valor de custo sem a mão-de-obra (IDEM, p. 30).

Nesse contexto os dados nos faz refletir sobre a valorização do trabalho e do produto desse trabalho que traduzirá em renda para a (re)produção camponesa. O fruto desse trabalho pode ser uma mercadoria como no caso do produto combinado, e na sua composição estão intrínsecos componentes sociais que não são computados no preço como explica mizusaki (2009), o preço, o dinheiro não expressam necessariamente a grandeza de valor de uma mercadoria.

Diante disso, entendemos que o produto combinado possibilita ao camponês uma renda relativamente maior, mediante a maior autonomia relativa no processo produtivo, e maior apropriação da renda da terra produzida por ele. Ademais, ao transformar a matéria prima em produto combinado, o camponês utiliza diversos elementos na composição desse produto. Sendo o produto combinado também uma mercadoria encaixa-se na premissa marxista explicada por Mizusaki (2009, p.168), que “toda mercadoria possui um valor oculto, uma relação social”, que estão contidos no trabalho desenvolvido pelos membros da família de cada unidade produtiva e também nas relações de troca de saberes entre o produtor e o consumidor, possibilitadas pelo curto circuito de comercialização.

Assim sendo, o camponês movimenta a unidade de produção, a partir dos recursos já produzidos para “sobreviver” no sistema capitalista, que busca impedir suas especificidades, diminuir sua autonomia e retirar de si os elementos de produção que possibilitam sua resistência. Embora, a expansão e o desenvolvimento do modo capitalista de produção também se realizem na sujeição da renda da terra ao capital na produção camponesa, sabemos que a efetivação da relação capitalista se dá pela expropriação dos meios de produção e a disponibilidade dos expropriados para o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2007, MARTINS, 1973,1981).

3.4 Territorialização dos monopólios e impactos nas estratégias de reprodução camponesa

Oliveira (1996) aponta a concentração de terra e a produção camponesa como resultado do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista. O autor ainda afirma que nesse processo também ocorre a territorialização dos monopólios que reconfiguram as relações socioterritoriais na primazia da produção capitalista em detrimento da atividade de produção camponesa. Assim, argumenta que essa reconfiguração no modo de produção, foi realizada pelo capitalismo monopolista mundializado, que permitiu o controle da produção de *commodities*:

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser a questão estratégica nacional, e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

O autor prossegue argumentando que, essa territorialização dos monopólios na agricultura atuam no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. De fato, observamos a territorialização dos monopólios e conseqüentemente os impactos na produção camponesa, bem como nas estratégias de resistência nas unidades camponesas localizadas no PA (Projeto de assentamento) Aimoré e Betel.

Com a mesma intenção e perspectiva de resistência dos camponeses já citados, os camponeses que se situam nos distintos assentamentos têm sentido de perto os impactos dessa territorialização, desde meados do ano de 2015. Foi nesse período que a monocultura da cana chegou à divisa de suas propriedades, causando grandes prejuízos nas suas produções em decorrência do processo de pulverização aérea de agrotóxico na monocultura. Na foto 3 conseguimos observar a curta distância entre a monocultura e a unidade camponesa com plantação de amora.

Foto 3. PA- Betel Município de Glória de Dourados - MS 2019. Divisa da monocultura da cana e a unidade camponesa



Foto: Azevedo Laudiceia 06/01/19

Essa proximidade intensifica a gravidade da influencia da pulverização tendo em vista que as aeronaves chegam bem proximas das plantações das unidades camponesas. Retiramos a foto 5 da internet pela semelhança do modelo do avião utilizado nas monoculturas no município, a fim de ilustrar a quantidade de agrotóxico que atingiu as unidades camponesas nos PAs Aymoré e Betel, considerando a distância que se encontram as monoculturas das culturas camponesas.

Foto 4. Avião agrícola de pulverização aérea semelhante ao modelo utilizado nas monoculturas no município de Glória de Dourados- MS



Fonte: Página do Mato Grosso Econômico⁸

Tal ação característica da produção capitalista incide de modo imediato prejudicial às produções camponesas em prol da garantia da produção de *commodities*, exatamente como está contido no argumento racional de um dos camponeses entrevistados. Há controvérsias em dizer que se trata do uso de defensivos agrícolas, se prejudica outras produções no mesmo âmbito.

Essa realidade foi retratada na reportagem realizada pela Rádio Sputnik do RJ. Nela consta que dos 504 agrotóxicos registrados no Brasil, 149 estão proibidos na União Europeia. Ou seja, 30% do total das substâncias. Além disso, dois dos produtos mais vendidos no Brasil são banidos na UE. Assim, a manutenção da produtividade no âmbito da produção de *commodities* agrícolas é colocada em primazia por responder aos interesses da produção capitalista, enquanto a pequena propriedade e as unidades camponesas recebem os reflexos. No município de Glória de Dourados as atividades que mais sofreram o impacto foram a sericultura (ver foto 5 e 6), e apicultura, embora nenhuma atividade tenha ficado ileso.

⁸ Disponível em <https://www.matogrossoeconomico.com.br/politica/pesquisador-e-contra-proibir-pulverizacao-aerea/10363> acesso em: 09 de março de 2019.

Foto 5. PA - Betel, Município de Glória de Dourados - MS. Adoecimento e morte das larvas do bicho-da seda por intoxicação agrotóxica.



Foto: Azevedo, Laudiceia

Foto 6. PA- Aymoré Município de Glória de Dourados - MS. Larvas do bicho-da-seda intoxicadas.



Foto: Laudiceia 06/01/2019

Os camponeses produtores de frutas e hortaliças, também sentiram a queda na produção e na venda dos produtos. Como afirma o

camponês/produtor: “eu nem sabia que tinha atingido as frutas, aí quando levei pra feira vendi tudo, no outro domingo veio várias pessoas reclamando que o mamão estava parecendo que tinha pedrinhas dentro e tava com gosto ruim” (entrevista realizada em 04/01/2019).

Sigamos analisando no âmbito dessa questão, as unidades de produção impactadas que possuem a indústria doméstica como estratégia de resistência. A apicultura é uma delas. Praticada na unidade camponesa- UP 15 localizada na linha Iguassú pertencente à comunidade tradicional Estrela do Sul, o camponês produtor possui propriedade de 5 ha, o que restou dos 30 ha remanescentes da colonização. Reside nessa propriedade há mais de 60 anos, e há mais de 30 trabalha na produção de mel. Segundo ele, com a renda do mel, sustentou e criou seus filhos. E lembra:

Há 30 anos atrás ?... as abelhas produzia muito mais mel, eu já tirei o dobro de mel que eu tiro hoje... tinha muita mata, então tinha mais fonte pra elas... agora? Tão morrendo tudo, veneno da usina ta matando as abelhas tudo... cada ano que passa elas diminui um pouco..(entrevista realizada no dia 04/01/2019).

No Brasil, mais de um bilhão de abelhas foram mortas e o uso de agrotóxicos é um dos causadores desse fenômeno. Foi considerado como “colapso de colônia de abelhas”, segundo reportagem da Sputnik 2018. Considerando a importância das abelhas na polinização, a diminuição delas torna-se um problema gravíssimo na natureza, pois, ela é responsável pela reprodução das plantas. E no caso da unidade camponesa que cultiva as abelhas para a extração e venda do mel como uma forma de complemento da renda, sofrem os impactos. Atualmente a unidade de produção camponesa possui 22 caixas de abelhas, como apresta a tabela¹⁴ e a extração do mel é feita a cada 3 meses, ou conforme a demanda. O apicultor gasta 3 dias para extrair toda a produção. O processo é feito com calma para não estressar as abelhas. Segundo o apicultor, cada caixa consiste em uma colônia e uma não se comunica harmoniosamente com outra. Se não tomado o devido cuidado durante a extração pode haver contato entre elas, causando estresse, conflitos e mortes entre as abelhas. O fato delas se estressarem coloca em risco a próxima produção, pela possibilidade de diminuição do enxame, devido as

mortes durante o conflito. Assim, o apicultor garante a produção conforme apresenta a tabela 13, produzindo em média 77 quilos de mel por mês, utilizando da mão de obra familiar que possibilita renda bruta de 2.310 reais mensais. A produção e a renda auferida com a extração do mel já foi mais satisfatória, e o camponês teme que diminua a cada dia, por estar “ilhado” em meio ao “mar” de cana-de-açúcar.

Tabela 13. Município de Glória de Dourados – MS. Extração de mel na indústria doméstica UP15 – 2019.

Produção /caixas	Produto combinado	Quantidade/ kg/mês	Renda mensal obtida/
22	Mel de abelha Europa	77 kg	30,00 R\$/ kg-
Total			2.310,00

Fonte: pesquisa de campo realizada em 04/01/2019

A família da mesma unidade de produção camponesa, iniciou a produção de queijo, requeijão e muçarela como podemos observar na tabela 13, há 5 anos, quando começou a sentir a queda na extração do mel. O trabalho na produção desses produtos, é realizado pela família, 3 vezes por semana. Esse intervalo é respeitado para que haja a quantidade suficiente e para o processo de fermentação do leite para a produção. Segundo a família camponesa, para cada kilo de requeijão são necessários 20 litros de leite. Conforme mostra a tabela 13 apresentada anteriormente são produzidos 30 litros de leite por dia nessa unidade camponesa. Por isso, somente o queijo é feito todos os dias para alcançar a demanda que é um pouco maior, enquanto o requeijão e a muçarela são feitos 3 vezes por semana. Segundo a entrevistada, os produtos combinados derivados do leite, têm destino fixo toda semana e declara divertidamente: “acho que eles gostam mais ainda porque eu faço uns formatos diferentes de requeijão...umas bolinhas outras quadradinhos... eu invento!” (entrevista realizada em 04/01/2019).

Tabela 14. UP-15 Município de Glória de Dourados – MS 2019. Produção em indústria doméstica derivados do leite.

Produção / leite/mês	Produto combinado	Venda tipo	Quantidade/ mês	Preço / R\$	Renda mensal obtida/ R\$
1,296 litros	Requeijão	Na propriedade	8 kg	50,00 kg	400,00
	Muçarela	Na propriedade	8 kg	30,00 kg	240,00
	Queijo	Na propriedade	16 kg	30,00 Kg	480,00
Total					1.120,00

Fonte: pesquisa de campo realizada em 04/01/2019

Da mesma forma, na produção do mel, o camponês é experiente e dedicado busca fazer o fumacê com álcool de cereais para não influenciar no cheiro e no sabor do mel. Por isso, o camponês declara que com a pulverização da cana, além de matar as abelhas, o que causa o desequilíbrio na natureza atingindo as plantas e a polinização, que diminui as flores da continuidade do ciclo do mel.

Os mesmos impactos acontecem na unidade de produção UP 15, localizada no PA na produção de bichos-da-seda. Localizada no Assentamento Aymoré, a propriedade possui 4 ha. Exercem atividade de cultivo de bicho-da-seda integrada à BRATAC. Os camponeses dessa unidade encontraram há 1 ano no processamento da cana, uma forma de produção que contribuísse para o equilíbrio na renda e a satisfação de suas necessidades no campo. A transformação da cana em produtos combinados (melado e rapadura) possibilitaram aos camponeses auferir e garantir a renda da família camponesa quando na segunda vez ocorreu as perdas na produção do bicho-da-seda, ocasionada pela pulverização de agrotóxico.

Assentados no ano de 2007, desde então desenvolvem atividade integrada à BRATAC no cultivo do- bicho- da seda. De acordo com a entrevista concedida pelos camponeses, até meados de 2015, a renda obtida na sericicultura era suficiente para atender as necessidades da família. Em

dezembro do mesmo ano, o camponês/produtor relata ter o maior prejuízo na produção, de quase 80%, devido à pulverização aérea de agrotóxicos na monocultura da cana-de-açúcar nas propriedades arrendadas pelas usinas.

Domingues (2012) analisa o crescimento da monocultura da cana no Mato Grosso do Sul e pontua a participação estatal, tanto no âmbito estadual quanto federal em políticas voltadas para o aumento de agroindústrias. Segundo ele “Os financiamentos, que na maioria das vezes se tornam subsídios, servem para alavancar um setor cada vez mais concentracionista tanto de terra quanto de capital. Isso produz um reordenamento espacial, econômico, social e cultural” (DOMINGUES, 2012, p.158). Dessa forma esse reordenamento atinge a produção camponesa, que já estão estrategicamente tentando se reproduzir, cabendo aos camponeses em sua resistência, a busca por novas possibilidades.

Os camponeses sericultores do PA Betel foram atingidos em proporções ainda mais graves, a ponto de perder 100% da produção por mais de uma vez, devido à proximidade da monocultura da cana. Como podemos observar na foto 3, a distância entre a cana e a propriedade camponesa não passa de 100 metros da divisa, conforme aponta o camponês entrevistado: “A asa do avião saía resbalando na amora... por isso plantei esses eucaliptos” (entrevista realizada no dia 06/01/2019).

Desse modo, mediante das perdas alçadas, os sericultores da região (Glória de Dourados, Deodápolis e Ivinhema) realizaram protestos contra as empresas aéreas e usinas, responsáveis pela pulverização de agrotóxicos. Entraram também com ação no Ministério Público para a reparação do prejuízo que chegou a 100% na produção. No mesmo momento os sericultores reivindicaram um aparato legal que garantisse a proteção da sua produção, a partir da proibição da pulverização aérea no município. Os produtores camponeses contaram com o apoio da sociedade e lideranças políticas do município (vereadores e prefeitos) para a criação dessa lei.

Assim, foi criada no dia 18 de novembro de 2016, a lei municipal nº. 016/2016, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxico no território municipal. O descumprimento da lei resulta na pena de multa de 10 mil UFIR (Unidade de Referência Fiscal) instituído no art. 2 desta lei. No entanto, em

entrevista com o produtor, ele relata que mesmo depois da implantação da lei houve atividade de pulverização de agrotóxico, dessa vez na monocultura de mandioca, um dia antes da nossa visita na unidade.

Conforme a direção do vento, a pulverização atinge determinado local. Dessa vez, atingiu os camponeses do PA Aymoré. Podemos observar na foto 8 (mostrada anteriormente) a amora colhida e utilizada no trato das e as larvas atrofiadas por ingerirem alimentação contaminada “essas irão morrer de fome porque o veneno paralisa a mandíbula delas”. (Entrevista realizada 29/01/2019). A seguir, o camponês conta detalhadamente como impediu um prejuízo ainda maior:

Foi assim, de tarde ouvimos o barulho de avião, depois a amora foi cortada porque não pode cortar no sol e tratamos dos bichos. No outro dia levantei cedo pra tratar dos bichos (bichos-da-ceda) e vi que tinha uma porção deles mortos.... aí já entristecemos porque já pegamos pouco dessa vez com medo, e de novo ter prejuízo?... aí nem usamos mais aquela amora pra tratar deixamos num canto alí pra mandar analisar.. ainda bem que veio uma chuva e lavou a amora e aí nós cortamos outra pra tratá dos bichos e graças a Deus não morreu mais não, mas tem uns que fica doente e morre quando tão fazendo o casulo e dá prejuízo do mesmo jeito. (entrevista realizada no dia 29/01/2019).

Nessa ocasião, os camponeses/produtores entraram em contato imediatamente com a BRATAC, que no outro dia providenciou o recolhimento da amostra (folha da amoreira) para análise de contaminação. Quanto ao ressarcimento do prejuízo, os camponeses declaram ter recebido do produtor de mandioca o quantitativo correspondente ao prejuízo nessa produção sem exatidão da parte do produtor.

Foto 7. UP- 6 Município de Glória de Dourados. Amora contaminada pela pulverização de agrotóxico



Foto: AZEVEDO, Laudiceia 29/01/2019

Foto 8. larvas atrofiadas e mortas depois de ingerirem amora contaminada na UP 6



Foto: AZEVEDO, Laudiceia 29/01/2019

Embora, enfrentando dificuldades, o camponês/produtor declara não ter interesse em vender a propriedade ou arrendá-la, assim como tem feito alguns, como havíamos dito, a transformação da cana-de-açúcar em rapaduras e melado foi a estratégia adotada para complementar a renda e ajudar a família

camponesa continuar na propriedade. Observamos o movimento dos meios de produção dessa unidade camponesa.

Nesse caso, o camponês possui no total 4 ha, sendo 2 ha ocupados com plantação de amora. Assim, 2 ha com plantação de cana. O modelo do PA Aymoré está pautado no programa Terra Vida. Nesse sistema, o assentamento divide-se em duas partes, individual (4ha) e societária (de 90 ha, para 45 famílias), para a realização de projetos associativos. Em tal caso, o camponês da UP 6 possui 2ha dessa área, que está ocupada com pastagem, além dos 4 ha individual como meio de produção.

Diante das adversidades ocorridas nessa atividade, a família sentiu a necessidade de buscar outra forma de produzir complementar. Assim como as unidades já citadas, a UP 06 também já produzia para o consumo. Em entrevista a camponesa declara: “Eu já fazia pra casa, minha filha gosta muito e gosta só da rapadura que eu faço porque ela fica macia, não fica tão dura igual outras... aí com o prejuízo “dos bichos” (bicho-da-seda) resolvemos arriscar e oferecer pros vizinhos...” (entrevista realizada em 31/01/2019). A partir de então, a produção consiste como apresenta a tabela 12.

Embora receosos com a nossa presença na propriedade, o casal de camponeses relatou que diminuiu a produção de bicho-da-seda, por questões de saúde, e a parte do barracão que ficou liberada está sendo usada para a produção de rapaduras e o melado, originados da cana-de-açúcar (Ver foto 10).

Foto 9. UP-06 PA- Aymoré, Município de Glória de Dourados-MS. Espaço destinado ao preparo da rapadura e o melado - 2019



Foto- AZEVEDO, Laudiceia 29/01/19

Para a transformação da cana-de-açúcar em rapaduras são necessárias 2 horas para cortar e moer a cana para o obter o caldo de cana. O processo da moagem da cana é feito por um moinho movido a animal (ver foto 11). Em seguida o caldo é coado e colocado no tacho e no fogão a lenha super aquecido. O tempo de cozimento do caldo de cana é de 4 horas sob vigia dos camponeses, sempre mexendo para que não ultrapasse o ponto. Nesse caso, quando se vai produzir o melado de cana, esse processo é interrompido com 2 horas e meia de cozimento, no caso da rapadura, o processo continua até adquirir o ponto de consistência suficiente para formar o doce.

Foto 10. UP- 6 PA Ayomré - Município de Glória de Dourados-MS. Engenho utilizado na moagem da cana para a transformação em produtos combinados.



Foto- AZEVEDO, Laudiceia 29/01/19

Segundo os entrevistados, o processo é um tanto trabalhoso e puxado principalmente no calor, por necessitar ficar à beira do fogão. Conforme observamos na tabela 12, o casal produz a rapadura com 3 tipos de adicionais (amendoim, leite, mamão). Segundo a entrevistada: “Nos fomo seguindo o pedido do povo né, chegava um e falava eu gosto com amendoim, outro falava que gostava com mamão e assim fomo fazendo e criando prática” (entrevista realizada dia 29/01/2019).

A venda direta na propriedade possibilitou aos camponeses nessa UP, entender os gosto dos consumidores e ainda possibilitou a criar novas combinações. Declaram que a rapadura com leite foi ideia trazida pelos amigos da vizinhança, pois ainda não tinha feito essa mistura.

Tabela 15. PA - Aymoré UP - 06 Município de Glória de Dourados-MS.
Produção da indústria doméstica produto combinado derivado da cana de açúcar.

Matéria prima/	Produto combinado	Quantidade/mensal	Circuito curto de comercialização	Preço / R\$	Renda/mensal obtida/ R\$
Cana de açúcar	Rapadura/mamão	8 kg	Venda direta na propriedade	40,00/kg	320,00
	Rapadura/pura				
	Rapadura/amendoim	12 kg		52,00/kg	624,00
	Rapadura/leite				
	Melado	12 litros		12,50/ l	150,00
Total					1.094,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 29/01/2019

Os produtos combinados, a partir da cana-de-açúcar são produzidos e vendidos na unidade camponesa. Os consumidores são na maior parte vizinhos camponeses que residem no PA Aymoré. A família está surpresa com a aceitação do produto e faz planos para investir em um engenho elétrico, afim de aumentar a praticidade nesse processo. A liberdade é fator preponderante nesse processo e que o camponês produtor deixa bem claro na seguinte fala: “ O bom é que como minha esposa tem problema de coluna então tem vez (semana) que a gente nem faz porque ela não ta bem, mas o pessoal espera, ninguém acha ruim” (entrevista realizada em 29/01/2019). Notamos assim, a existencia de relações além daquela de produtor e consumidor. Conforme apresentado na tabela 12, a UP 6 produz 8 kilos de rapaduras puras ou combinadas com mamão e 12 kilos de rapaduras combinadas com leite e amendoim. Essa quantidade é produzida mensalmente, porém variável conforme as condições de saúde da família como já foi mencionado.

Percebemos, a simplicidade, na forma manual utilizada no processo de produção, desde o engenho movido a cavalo, o fogão à lenha e os materiais utilizados para enformação dos doces. No entanto, o fato de não utilizar máquinas na produção não interfere na qualidade dos doces que são muito bem aceitos na comunidade de 45 famílias no PA 1. Inclusive ouvimos elogios

durante conversa com outros camponeses do assentamento, a respeito dos doces dessa unidade de produção. Assim, podemos enfatizar a perspectiva da transformação da matéria em produto combinado. Entendemos que ele carrega além da transformação, a combinação das relações que estão envolvidas, desde o processo de produção (a prática que faz a rapadura ser mais macia) até a relação produtor-consumidor, contida no laço de companheirismo, possibilitado pela liberdade adquirida através do amplo acesso às informações pelo consumidor sobre processo que foi submetido o produto que será consumido.

Dessa forma, consideramos os produtos da indústria doméstica como produtos combinados produzidos, conforme a intensidade e técnicas específicas, de acordo com a necessidade de cada unidade camponesa.

Foto 11. PA - Aymoré, UP- 6. Município de Glória de Dourados-MS.
Equipamento utilizado para enformar os doces



Foto AZEVEDO, Laudiceia 29/01/2019

De fato, todas as características existentes no processo produtivo na indústria doméstica traduz o saber-fazer, pois são realizadas articulações que se encaixam e refletem na eficiência da produção e na preocupação em alcançar o gosto do consumidor, característica, observada na indústria doméstica. Trata-se realmente de um produto combinado de todos os

ingredientes sociais, alimentícios e culturais. Como diz Woortmann, Hellen em sua análise sobre “a comida que fala”, se fosse pra comer condizentemente com a quantidade de relações não daríamos conta da quantidade. Para ela “a comida e os ingredientes necessários para seu preparo, constituem uma linguagem, são organizados e falam, de acordo com as classificações do que é comestível e do que é comível” (WOORTMANN, Hellen, 2013, p. 9).

Essa característica faz garantir a *fama*, a *reputação* e a *confiança*, que traduz na garantia de consumidores dos mais distintos produtos combinados, conforme Saquet (2017, grifos do autor) Observamos o peso desse fator nas distintas formas de produção das unidades camponesas onde a família prepara e transforma a matéria prima, combinando os gostos dos clientes com o saber já existente e ainda a característica camponesa, que quando possível utiliza a maior partes dos ingredientes produzidos na unidade, o que faz diferenciar o sabor do produto combinado.

Tomamos por exemplo o queijo temperado que foi criado na unidade de produção camponesa UP 10, onde a camponesa/ produtora diz: “ imaginei que ia ficar bom porque a gente faz isso pra colocar na salada”, como podemos observar na foto 12. Na mesma massa do queijo branco são adicionados temperos desidratados como: cebolinha, orégano, pimenta calabresa e salsa dando ao queijo uma característica diferenciada que atende ao gosto de muitos principalmente no final de ano segundo a produtora.

Foto 12. UP- 10 Município de Glória de Dourados-MS. Produção de queijo temperado.



Foto- AZEVEDO, Laudiceia 09/02/2019

Foto 13. UP- 10 Município de Glória de Dourados. Produção de queijo branco.



Foto- AZEVEDO, Laudiceia 09/02/2019

Foto 14. UP-10 Município de Glória de Dourados-MS. Etapas de transformação do leite em requeijão na unidade camponesa.



Foto: AZEVEDO, Laudiceia 09/01/2019⁹

⁹ Montagem feita pela autora, a partir de registros do processamento do leite em pesquisa de campo.

Foto 15. UP-10 Município de Glória de Dourados-MS. Requeijão produto combinado finalizado



Foto: AZEVEDO, Laudiceia 09/01/2019

Segundo Oliveira (2007), o processo de reprodução camponesa não se dá da mesma forma em todas as unidades. De modo geral, os camponeses são sujeitos sociais resistentes e lutam para manter a sua reprodução:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Nesse sentido, cada unidade camponesa vivencia diferentes situações e articulações no seu processo de reprodução. Para elucidar, traremos como exemplo identificado na indústria doméstica o camponês produtor da UP 13.

Tabela 16. UP- 13 Município de Glória de Dourados-MS. Produção e venda de geleia de mocotó - Produto combinado a partir da transformação do mocotó bovino

Materia prima / mês	Produto	Quantidade/ mensal	Circuito curto de comercialização	Preço / R\$	Renda/mensal bruta /R\$
600 unidades de mocotó	Geléia de mocotó	1,680 Uni/ 500g	Mercado regional	6,50 500g	10.920,00
Total					10. 920,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 10/11/2018.

O contexto histórico dessa UP, já descende da indústria doméstica. Segundo o camponês entrevistado, os pais já trabalhavam com a produção de charque, tendo como mão de obra, a família, na década de 1980. Com a dispersão da família a produção se encerrou. No ano de 2009, o produtor iniciou na indústria doméstica, contando com a mão-de-obra dele e de sua esposa. Iniciou produzindo e vendendo de “porta a porta” ‘até criar prática e cobrir o prejuízo”, assim conta o camponês/produtor ao afirmar que demorou mais de ano para acertar o ponto da geleia atual.

A base de conhecimento sobre a transformação do mocotó em geleia é adquirida da família, porém, a adequação ao processo e a quantidade da produção foi adquirida com a experiência, na prática. O processo de produção é um tanto longo, chegando a 12 horas de trabalho na produção. No entanto, o camponês tem o controle do seu tempo, podendo parar a produção para descansar de acordo com suas necessidades, caracterizando a autonomia relativa já discutida nesse trabalho. Conforme declara o camponês: “Eu ja fiz geleia todos os dias, se eu quiser fazer, dá pra fazer.... mas é puchado. Hoje em dia eu só faço 3 vezes por semana, mesmo assim tem dia que vou dormir 3 horas da manhã” (entrevista realizada em 10/11/2018).

Oliveira (2007) e Martins (1981) consideram a jornada de trabalho como um dos elementos que identificam a produção camponesa. Segundo eles, não há horario rígido como na produção capitalista: a jornada de trabalho

do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados (ou produzidos). No caso do camponês/produtor dessa UP, ele relata o motivo produzir a geleia todos os dias, quando havia feito os primeiros investimentos (Máquina de misturar, liquidificador industrial) e precisava garantir o pagamento por eles. Ao passo que a relação produção e consumo foram se equilibrando, a família também diminuiu a jornada de trabalho. Desse modo, entendemos que analisar de modo multidimensional e contribuem para caracterizar a relação de produção camponesa. Entendemos que a escala de produção ou a área da propriedade não são características suficientes para desclassificar essa relação de produção.

Oliveira (2007) afirma que a produção camponesa possui como intenção a manutenção dos seus meios de produção e não o lucro. Por isso, parte da sua produção é direcionada para a manutenção da unidade e a outra parte é comercializada. A renda obtida através da venda volta para o ciclo de manutenção da unidade camponesa.

Fabrini (2014) também insiste que a produção camponesa difere do agronegócio. Além das características materiais, ela traz em seu bojo relações sociais de produção e práticas pautadas no autoconsumo e na resistência. Na indústria doméstica, principalmente, a unidade camponesa busca o controle das etapas do processo produtivo, relações de vizinhança e aumento da autonomia relativa, a partir dos circuitos curtos de comercialização.

Assim, o camponês/produtor por meio da indústria doméstica e seu produto transformado e combinado, alcança os consumidores de forma direta, com a mínima intermediação de relações. Em sua etapa final, a venda do produto, se realiza através de circuitos curtos, ou seja, o caminho que o produto percorre até o consumidor, permite a transferência imediata de informações e troca de saberes, que influenciam positivamente a (re)produção do campesinato.

O caminho curto não está relacionado à distância percorrida e sim no curto espaço de tempo que se dá a transferência troca das informações sobre o processo produtivo do produto combinado. Na indústria doméstica, o camponês controla todas as fases do processo de produção e entrega nas mãos do consumidor sem a interferência de intermediários. Assim, os produtos

domesticamente transformados e combinados na indústria doméstica traduz as especificidades e singularidades de cada unidade camponesa, pois se entrega imediatamente o resultado da produção ao consumidor

Nesse contexto, entendemos que o sujeito camponês resistente busca e encontra caminhos para alcançar esse controle e se desvencilhar da total dominação do sistema hegemônico. Ao transformar a matéria-prima em produto combinado, ao utilizar os circuitos curtos de comercialização de seus produtos buscam autonomia e maior possibilidade de apropriar a renda camponesa. Tudo isso, está imbricado no objetivo maior que é a sua reprodução enquanto sujeito social.

Para elucidar esse processo (re)produtivo fora do âmbito da agregação de valor tomamos, por exemplo, a UP 13 que tem como produto domesticamente transformado e combinado, o requeijão. Quando perguntamos o motivo de estar produzindo o requeijão, o camponês/produtor afirma:

A gente já fazia pra comer, aí paramos de entregar leite pro laticínio começamos fazer requeijão pra não perder o leite, n/é!”devagarinho as pessoas foram conhecendo.. agora a gente tira o leite pra família toda consumir, fazer as coisas ...eu tenho uma filha que é boleira então ela usa muito..aí o que sobra a gente faz requeijão e vende, já ajuda comprar as vacinas das vacas” (entrevista concedida em 10/11/2018).

Foi possível verificar a característica de equilíbrio, considerando os meios de produção da UP13. Notamos que a produção na unidade funciona como uma “engrenagem” cuja direção é a manutenção dos meios de produção (18 cabeças de gado, 2 suínos e 7 vacas leiteiras). Esse movimento de equilíbrio é evidenciado também na possibilidade de vender os bezerros a cada ciclo produtivo, garantindo, a manutenção dos elementos de produção.

Tabela 17. UP-13 Município de Glória de Dourados - MS. Produtos combinados de origem animal.

Materia prima / mês	Produto	Quantidade/ mensal	Circuito curto de comercialização	Preço / R\$	Renda/mensal bruta /R\$
144 litros	Requeijão	42 kilos	Venda direta na propriedade	40, 00/ kg	1.680,00
33 kilos	Banha	10 litros	Venda direta na propriedade	10,00 /litro	100,00
Total					1.780,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 10/11/2018 (elaboração nossa)

Nessa UP 13 são produzidos 14 kilos de requeijão por semana totalizando 42 kilos do produto por mês dividido em unidades de 500g. Na mesma unidade de produção, a família camponesa produz a cada 3 meses a banha (produto combinado derivado da carne suína). Nesse caso, a família garante com a manutenção dos dois animais em regime de engorda, uma renda de R\$ 100,00 reais por mês com a venda da banha. Para se obter esse produto, a família precisa separar a gordura da carne suína, dividir em pedaços bem pequenos e fritar. A gordura líquida que se origina a partir dessa fritura é o produto combinado – banha. Durante esse processo os 3 integrantes da família (o casal e filha) trabalham conjuntamente, pois existe um ponto a ser dado e interrompido para que a “banha fique bem clarinha” como diz a camponesa. Tivemos a oportunidade de presenciar o processo de transformação do leite em requeijão nessa UP e evidenciamos claramente esse movimento de equilíbrio (ver foto 16).

Foto 16. UP-13 Município de Glória de Dourados - MS. Etapas iniciais do trabalho manual na transformação do Leite em produto combinado requeijão executado pela família camponesa.



Foto: AZEVEDO, Laudiceia – 21/01/2019

O processo inicia-se com a ordenha, logo após separar o leite para consumo, a família inicia o processo de cozimento da massa para fazer o produto. Durante essa etapa, dá-se origem a um resíduo (soro), e esse resíduo é utilizado na alimentação dos suínos que estão num regime de engorda para consumo e venda da banha transformada pela família.

O Trabalho executado pela família nesse processamento é um tanto intenso, pois, exige cuidado, atenção e força física, haja vista, seu caráter inteiramente manual (foto 17). A atenção exigida durante o processo de fermentação do leite que se transforma numa parte em massa e outra parte em soro, dura em torno de 3-5 dias, dependendo da temperatura ambiente.

O olhar voltado para esse processo fica a cargo da mulher, que se dedica no cuidado para não cair insetos no leite e nem passar do tempo de fermentação, o que influenciaria na qualidade do requeijão, que até então é muito bem requisitado, como argumenta orgulhosamente a camponesa de 75 anos de idade: “meu requeijão já foi até pro Japão, porque uns parentes de

uma freguesa tava aí de viagem e gostou demais e comprou pra levar”... “toda semana tem gente que liga pra ter certeza se eu vou fazer requeijão” (entrevista realizada no dia 21/01/19).

Foto 17. UP-13 Município de Glória de Dourados – MS. Etapas de finalização do processo de produção do requeijão executado pela família camponesa.



Foto: AZEVEDO, Laudiceia – 21/01/2019

A intensidade do trabalho na unidade camponesa já foi analisada por Chayanov (1974) que correlacionou o número de trabalhadores e o número de consumidores na unidade. Segundo esse autor, o aumento ou a diminuição na intensidade de trabalho varia de acordo com o número de consumidores na unidade, ou seja, de acordo com as necessidades. No caso específico da UP 13 a família relata que trabalhavam com cultivo de café até a década de 1980. Desmotivada pelo prejuízo causado pela geada nos cafezais em 1975 iniciou a formação de 10 (ha) em pastagem para criação de gado.

Ainda enfrentando dificuldades para a sua (re)produção, no ano de 1987, integrou-se à empresa multinacional Shoei BRATAC, na produção de bicho-da-seda, permanecendo por quase 10 anos nessa atividade. A

desintegração se deu pela inviabilidade na contratação de mão-de-obra. Com a saída dos filhos da unidade, a família, com somente 3 membros, encontrou dificuldades em exercer a atividade devido à intensidade exigida no trabalho e renda insuficiente para a contratação de mão-de-obra.

Com a unidade 90% formada por pastagem, o camponês produtor investiu na produção de leite (que até então era somente para consumo) comprando vacas por meio do crédito rural. O leite produzido era entregue a maior parte para o laticínio, e pequena parte era destinada para o consumo. Este relacionamento com a indústria não durou muito tempo, como bem lembra a família:

Época difícil meu Deus, passamo tanta raiva com laticínio..., levantava de madrugada prá tirar leite e depois a gente ficava muito tempo na fila esperando medir o leite dos outros, cada um tinha a sua vez n/é, e quando chegava a nossa, a gente já cansado. E quantas vezes nós saía de lá com a notinha bem pequena e ainda escutava que a gente tinha colocado água no leite. Aí nós enraivou,... o véio falou, vou tirar o leite e dar pros porcos, mas pro laticínio eu não entrego mais (entrevista concedida em 21/01/2019).

Diante do histórico dessa UP, podemos analisar a indústria doméstica como uma estratégia, considerando as circunstâncias e fase que a família decide produzir o requeijão para vender, além de produzir para o autoconsumo. Nela, a produção se realiza conforme e para o movimento da “engrenagem” dos meios de produção. Assim, a intenção produtiva do camponês se deu à medida que ele sentiu na entrega do leite *in natura* para indústria a insatisfação de suas necessidades. Dono dos seus meios de produção e possuidor de autonomia relativa desistiu da atividade e buscou no processamento da matéria prima (até então já realizado para consumo) alternativa para complementar a renda compatível com suas necessidades.

3.5 Indústria doméstica nos circuitos curtos de comercialização

Segundo Lênin (1985), com o avanço do capitalismo, as indústrias camponesas russas (kustares) foram pouco a pouco se transformando em produtoras de mercadorias e posteriormente em indústrias capitalistas. Nesse processo houve uma severa ampliação de mercado, a indústria camponesa deixa de se restringir à feira ou à comunidade e ultrapassa limites de regiões a países. No entanto, o autor reconhece que esse processo de transformação é gradual, e justifica:

Essa gradualidade é reforçada pelo fato de os mercados serem inicialmente limitados, de sorte que a distância entre o produtor e o consumidor ainda é pequena e o produto, como antes (economia natural), passa diretamente de um para o outro (LÊNIN, 1985, p. 217).

De fato, as relações de produção são reconfiguradas com a mundialização da economia. Novas formas organizacionais surgem multidimensionalmente, e em diferentes escalas. Mesmo aqueles sujeitos que lutam e resistem pela manutenção do seu modo de vida no sistema capitalista fazem parte e constituem os circuitos produtivos. Castillo e Frederico (2010) definem circuitos produtivos a partir do seguinte argumento:

Partimos do pressuposto de que o espaço geográfico deve ser pensado como um conjunto de formas materiais (naturais e artificiais, articuladas ou não) que impõe resistências, oferece abrigo, expõe ao perigo, separa, unifica etc., somado a um conjunto de permissões e proibições que regula a maneira como cada porção pode ser apropriada, transformada e usada (CASTILLO & FREDERICO, 2010, p.468).

Assim, entendemos que como resultado das relações contraditórias, e fruto do desenvolvimento desigual e combinado, os camponeses no âmbito do sistema hegemônico constituem a parte resistente, porém indissociável desse sistema. Sendo assim, suas ações e movimentos participam do processo de (re)produção capitalista.

Por isso, consideramos importante a análise do caráter organizacional da destinação do “produto combinado” somado à análise das especificidades das formas imateriais, para compreender com melhor amplitude o caráter de

resistência e o processo de (re)produção camponesa. Nesse contexto, o conceito de circuitos curtos contribui para refletir a busca por maior autonomia na unidade de produção camponesa e as formas de inserção no mercado.

O conceito é usado para definir os abreviados caminhos percorridos pelo produto até o consumidor, seja ele feira, entrega a domicílio ou venda na própria unidade camponesa, conforme Ploeg (2006, 2016), Shineider (2014) Saquet (2017). O processo de produção nesse circuito curto inicia-se na transformação da matéria prima até o produto final na mesma unidade de produção e a etapa final (venda) se realiza diretamente de produtor para consumidor, ou indiretamente, por meio da entrega nas instituições de mercado e programas institucionais como PAA/PNAE¹⁰ (Programa de Aquisição de Alimentos/ Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Os autores citados analisam o circuito curto de comercialização, na perspectiva de estratégia de desenvolvimento rural, partindo da perspectiva da construção de novos territórios. A análise parte da problemática do aumento dos custos na produção, gerado pela dependência de insumos externos àqueles produtores que se inserem nas atividades com inovações tecnológicas, nas quais, os custos de produção aumentam a ponto de superar os ganhos obtidos com as inovações, inviabilizando o acesso ao mercado a esses produtores.

Evidentemente, a problemática em questão, está no cerne do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que ao mesmo tempo que separa os trabalhadores dos meios de produção, também cria condições que possibilitam a permanência desses na terra, através da sujeição da renda da terra ao capital. Talvez o camponês consiga expandir a sua produção, contratar a força de trabalho, aumentar seus meios produção, a partir da apropriação da renda produzida por ele e por sua família nos circuitos curtos de comercialização. Ou talvez, nessa tentativa, ele seja tragado, expropriado, tornando-se trabalhador assalariado.

Entendemos que os sujeitos que buscam outras formas de produção

¹⁰ Instituído pela (Lei nº 11.947/2009, art. 18), pelo PNAE o município deve utilizar 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar.

baseados em relações não capitalistas são sujeitos resistentes e sua resistência persiste na manutenção do seu modo de vida, que se realiza mediante a permanência na própria terra, como meio de produção.

Desse modo, consideramos os circuitos curtos utilizados pelos camponeses um caminho para a efetivação da sua resistência e autonomia, entretanto, nesse caminho, esse sujeito social não está livre das mesmas articulações capitalistas que o fizeram nele trilhar. Ou seja, embora o produtor camponês controle as etapas do processo de produção poderão estar sujeitos a outras normas que, articuladas, diminuem a autonomia, e muitas vezes a viabilidade de exercer a atividade, portanto, a autonomia é relativa.

Podemos ilustrar a questão apontada refletindo sobre as leis e decretos atribuídos pelo poder público sobre a regulamentação no âmbito da produção e venda nos circuitos curtos de comercialização. As regras aplicadas pelo poder público não são pensadas de forma compatível com as especificidades do produtor camponês. Desse modo, para se adequar à atividade que traz a possibilidade de sua (re)produção, muitas vezes torna-se sujeito ao capital financeiro, ao financiar recursos para se reestruturar de acordo com as regras impostas.

Tavares dos Santos (1978) analisa o caso dos produtores de vinho que passaram de indústria caseira para fornecer a matéria prima às indústrias vinícolas. Essa relação fez amarrar o camponês produtor, através de contratos formais e de financiamentos realizados na compra de insumos para garantir a demanda de produção. Para Santos (1978) trata-se de uma subordinação ao capital, e tornava-se um ciclo de difícil interrupção, tendo em vista, o pagamento do financiamento bancário mediante a produção. Desse modo, os camponeses estavam sempre endividados e impossibilitados de encerrar a relação com a indústria.

Identificamos essa preocupação nas unidades de produção analisadas, quanto à conjuntura atual sobre a regulamentação. Os camponeses produtores que possuem indústria doméstica, se veem apreensivos diante da ausência de políticas públicas ou normas compatíveis com a demanda de suas produções. Temem fazer investimentos e não obter renda para pagar o empréstimo bancário e ainda o suficiente para a satisfação das suas necessidades. Assim

afirma um dos camponeses feirantes entrevistados:

Eu acho que estamos “entre a cruz e a espada” porque se a gente não fizer isso, a consultora deixou claro na reunião entender que podem impedir a venda aqui na feira, e se a gente fizer vamos trabalhar só pra pagar o empréstimo.... eu não sei o que vamos fazer... eu comecei a construir lá, mas sem a planta que ela (consultoria de regulamentação) tá exigindo, vamo ver no que vai dar..(entrevista concedida em 09/01/2019).

Nesse contexto, a vigência e rigurosidade da lei (1.117 de 06 de dezembro de 2017) implica ao nosso ver maior impacto aos camponeses que utilizam a venda de porta a porta para a venda do produto combinado. Haja vista, os camponeses que vendem produtos combinados na feira também vendem outros produtos simultaneamente, como observamos no gráfico 2 deste capítulo. Ao passo que os que vendem de porta a porta, oferecem somente 1 produto, o produto combinado. Nesse caso, a inviabilização da venda dos produtos tiraria por inteira a renda complementar desse camponês.

Ao mesmo tempo, evidenciamos as discrepantes perspectivas entre o poder público e o sujeito social camponês. Ou melhor, enquanto o poder político pode ter inerente à regulamentação, o aumento da produtividade e concomitantemente o aumento da arrecadação por meio de impostos, o camponês busca a sua manutenção do seu modo de produzir. Assim, de forma clara observamos na fala categórica da camponesa feirante, que tem na indústria doméstica a produção de bolos:

Eu não vou construir nada, se me proibir de vender meus bolo eu paro, e fico vendendo minhas verdura, não vou fazer nada pra ficar devendo, e nem trabalhar mais do que eu já trabalho. (entrevista concedida em 09/01/2019).

De certa forma, o que os camponeses temem são a sujeição da renda da terra ao capital, nesse caso ao capital financeiro, o que contradiz a sua busca, ao utilizar os circuitos curtos de comercialização para o aumento de sua autonomia. Fabrini (1995) afirma que “uma das medidas preventivas” para diminuir o risco de sujeição da produção camponesa ao sistema capitalista, “seria evitar a sua entrada no sistema de crédito financeiro, pois, a sua

inserção poderá comprometê-lo” (FABRINI, 2014, p 39).

Assim, entendemos o camponês feirante, o entregador de porta a porta o que vende na própria propriedade, camponeses de todos os circuitos curtos de venda direta, como sujeitos sociais resistentes que buscam estratégias de produção compatíveis com suas necessidades e que não colocam em risco a propriedade da terra e com ela o seu modo de vida. Essa reflexão não consiste num questionamento contraposto ao ato de fiscalizar ou não o nível de sanidade nas unidades de produção, mas para refletir sobre a existência de um sujeito social com um modo de vida, de perspectivas específicas e diferentes dos interesses do capitalismo e do poder público.

3.6 A feira no âmbito do circuito curto de comercialização em Glória de Dourados

Glória de Dourados inaugurou sua primeira feira em 1957, 1 ano após a sua fundação. As atividades agrícolas nesse período resumiam-se na produção para consumo e troca de mercadorias. Segundo os camponeses entrevistados que vivenciaram essa época “quase não existia dinheiro, então a gente trocava as coisas na feira e até nos “bolichos” ¹¹. Café, amendoim, mandioca e feijão, eram os produtos mais cultivados, mas, “na feira tinha de tudo,” todos os tipos de produtos agrícolas e que eram trocados entre si por outros produtos ou mercadorias.

No decorrer dos anos, as regras e leis sanitárias impediram a venda de alguns produtos de origem animal, e a feira foi enfraquecendo. Segundo alguns entrevistados, a proibição se deu mediante a instalação de indústria de laticínio no ano de 1980. A partir de então, a venda do leite *in natura* de porta a porta e na feira fora proibida e os produtores começaram a direcionar a produção à indústria.

Em 2001 foi criado pelo poder público municipal, o Mercado Municipal

¹¹ [...] situados nas diversas esquinas dos travessões.[...] (os travessões são os limites traçados entre as linhas rurais). Eram instalados em casas de barrotes, cobertos de tabuinhas ou de sapé, e nestes bolichos vendiam-se, além da cachaça Cangebrina, também açúcar, café rapaduras, farinha de mandioca, carne seca, macarrão, botinas ringindeiras, e uma infinidade de coisas (AZEVEDO, 1994, p. 32).

na cidade (foto 9) um espaço físico com bancadas de cimento e cobertura. Criado na perspectiva de organizar um espaço aos feirantes e promover um conexão de comércio com os produtos do campo. Ademais, os camponeses não estariam mais submetidos às intempéries do clima, pois ao longo dos anos desde a primeira feira, o espaço era criado na rua, debaixo do sol e da chuva.

Foto 18. Município de Glória de Dourados – MS, 2018. Mercado Municipal mais conhecido como mercado do produtor.



Foto: AZEVEDO, Laudiceia - 16/01/19

Em entrevistas com os feirantes mais antigos, a feira existe desde 1957 e nunca deixou de existir “ela só mudou de lugar várias vezes” “nós é que parava de fazer feira, quando diminuía a produção, mas tinha outros que vendia, então, a feira nunca acabou, nós acompanhamo ela até aqui”. Acerca dos produtos transformados no campo (indústria doméstica) nessa época foi citado pelos entrevistados a farinha de mandioca. Em virtude das dificuldades

encontradas foram mencionadas a pobreza, falta de apoio à população que se instalavam na área rural, nesse contexto, a mandioca era o cultivo que mais se destacava. Transformada em farinha, servia de alimento para o autoconsumo e como produto para troca em mercadorias. O autor, Azevedo (1994) descreve como funcionavam as fábricas de farinha nesse período:

Eram conhecidas como bulanderas, e eram movidas a braços ou animais cavaleiros. Geralmente havia um grande galpão, toscamente coberto de tabuinhas, onde se tinha uma roda de grande circunferência, presa a um eixo vertical enorme, tudo em madeira. Os animais traalhavam em circunferência, fazendo girar este eixo, que por sua vez, através de uma correia de couro cru torcido, movia o “bilhete”, que era provido de serrilhas que ralavam as raízes de mandioca. Enfim, a bulandera era uma engenhoca de notável engenharia sertaneja (AZEVEDO, 1994, p. 32).

Segundo o autor citado, a fabricação de farinha não gerava lucro, mas constituía uma das poucas opções para a sobrevivência do pequeno produtor camponês. Durante a pesquisa, não foi identificada produção de farinha na indústria doméstica em Glória de Dourados, mas alguns feirantes compram de produtores nos municípios vizinhos e incorporam entre seus produtos para venda na feira. Nesse contexto, dos camponeses entrevistados que produzem na indústria doméstica, identificamos a seguinte representação nos circuitos curtos, apresentada no gráfico 1. Constatamos, a partir da análise desse gráfico que a feira é o caminho mais utilizado por aqueles camponeses produtores que vendem outros produtos, além dos produtos combinados.

A sazonalidade da produção na hortifruticultura é uma das questões que levam à transformação e produção doméstica. A venda desses produtos combinados possibilita o equilíbrio no rendimento do camponês feirante. Assim afirma um deles: “quando a verdura diminui, a gente ainda continua vendendo as coisinhas que a gente faz, então a gente continua vindo fazer feira” (entrevista realizada em 24/01/2019).

Como já dito, a feira e o município de Glória de Dourados nasceram praticamente juntos. Durante 45 anos, várias ruas foram utilizadas para essa finalidade. Segundo relato dos feirantes, a mudança se dava à medida que o comércio daquela rua aumentava, os comerciantes reclamavam da

desorganização que ficava no local e assim a feira mudou várias vezes de localização até a criação do local fixo e específico no ano de 2001.

Foi criado então no ano de 2001 o Mercado Municipal, com associação fundada no mesmo ano AFEME (Associação dos Feirantes e Mercadistas de Glória de Dourados). O Mercado Municipal conhecido popularmente como o mercado produtor possui uma infraestrutura com 20 bancadas de cimento reservado para os feirantes e 16 salões para comerciantes. conforme apresentado na foto 2.

foto 19 Mercado do Produtor, município de Glória de Dourados -MS



Foto: Azevedo 08/07/2019

O espaço físico tem funcionamento dos dias da semana como comércio e aos domingos de manhã acontece a feira onde 18 feirantes oferecem seus variados produtos, dentre eles, produtos artesanais sem origem agrícola. Recentemente, a feira estreou em um novo horário às quartas-feiras, no entardecer. Conhecida como “feira da lua” no mesmo espaço que acontece a feira nas manhãs de domingo, são oferecidos produtos da hortifruticultura, lanches, e bebidas tanto pelos camponeses quanto por outras pessoas. numa temática mais voltada para praça de alimentação e festejo. Embora a grande parte dos produtos vendidos na “feira da lua”, sejam lanches e bebidas, os produtos da indústria doméstica como queijos, biscoitos, doces, bem como as verduras e frutas presentes nas bancas dos camponeses. Esse espaço tem

sido muito frequentado por consumidores das diversas classes sociais, na busca por um alimento mais saudável e economicamente mais acessível. Ploeg (2008) descreve as feiras livres como um espaço de resistência, alteridade e possibilidades que permitem o desenvolvimento de estratégias alternativas àquela produção agroalimentar convencional.

3.6 A relação produtor-consumidor na indústria doméstica por meio dos circuitos curtos de comercialização

Atualmente, novas relações entre produtores e consumidores estão sendo instigadas, haja vista, a maior preocupação por parte dos consumidores quanto a origem e qualidade dos alimentos. Essa relação tem tido outro caráter nas grandes redes de comercialização de modo que, os circuitos curtos são atualmente mais frequentados ou requisitados na compra de uma série de alimentos.

Tradicionalmente, os produtos que lideravam nesses circuitos curtos, eram de origem agrícola *in natura*, mas o processo de industrialização e mundialização econômica transformaram multidimensionalmente e em múltiplas escalas, inclusive os circuitos de comercialização.

Entendemos que a presença dos produtos domesticamente transformados nos circuitos curtos traduz e possibilita a combinação e troca de saberes da família camponesa, e o grau de satisfação dos consumidores, no face a face. Segundo Ferrari (2014) a interação pessoal alcançada nessa relação traduz em respeito, atenção, reputação, reciprocidade e inclusive, amor e intimidade. Esses fatores são totalmente influentes na efetivação da feira como alternativas de complementação da renda, que unidos contribuem para a sua manutenção do camponês campo.

Foi no âmbito da feira do Mercado do produtor, que percebemos que esse ato de transformar, de incrementar e combinar gerando produtos combinados pelos camponeses se dá de forma específica a cada unidade camponesa de produção. Durante as indas e vindas à feira, percebemos o companheirismo contagiante, o laço criado entre os camponeses feirantes, a

ponto de um vender o produto do outro, mexer no caixa, até trocar produtos entre si no final da feira.

A concorrência entre eles é quase nula. São bancas vizinhas com o mesmo produto, os camponeses produtores até indicam o produto do vizinho. Ainda que a matéria prima seja a mesma, os produtos possuem combinações específicas do saber fazer de cada unidade camponesa. A fim de ilustrar essa análise, citamos uma observação que presenciamos em pesquisa de campo. Em conversa aleatória com uma das feirantes, uma cliente se aproxima em busca do bolo de puba (mandioca fermentada¹²), no entanto, ao analisar o produto combinado dessa banca declarou que o bolo não era do seu gosto, imediatamente a camponesa feirante indicou a banca em que a consumidora iria encontrar o produto do seu gosto. Durante o percurso da pesquisa, observamos que não foi um caso isolado, essa ação de vizinhança é comum entre os camponeses feirantes.

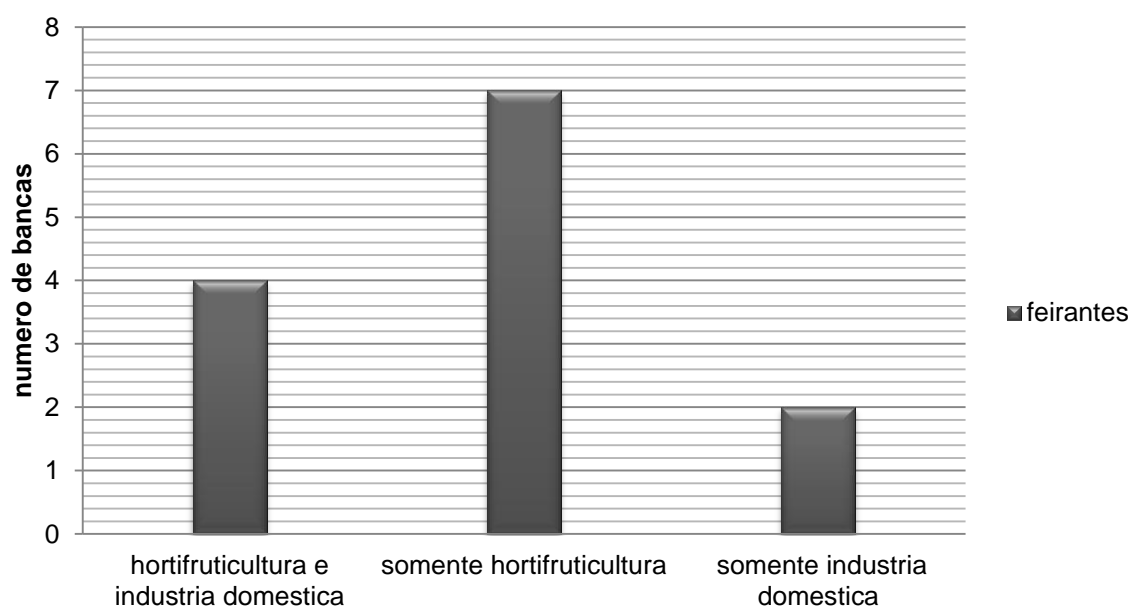
Entretanto, esse camponês não é um sujeito isolado. Ele participa do processo de produção capitalista e sofre as influências do sistema nas suas formas de produção, pois as relações não capitalistas são produto e fator do capitalismo enquanto modelo hegemônico. Esse argumento é firmado por autores de base marxista, Oliveira (1981, 2007), Mizusaki (2009), Martins (1981) defendem as especificidades e resistência da reprodução camponesa. A busca por autonomia pelo campesinato é incessante enquanto a autonomia relativa na indústria doméstica, em que o camponês produtor realiza todas as fases na transformação do produto.

Ploeg (2006) analisa a busca do campesinato por maior autonomia, e argumenta que, a inserção dos camponeses em novos circuitos (circuitos curtos) que não os grandes circuitos de comercialização resulta na redução da dependência da produção camponesa em relação ao capital financeiro e industrial. Notamos que nível de autonomia relativa nos circuitos curtos de comercialização é maior que nos circuitos convencionais em que o camponês participa somente de uma das etapas da produção de mercadorias

¹² O Processo de fermentação da mandioca é necessário para a formação da massa da puba. Para isso a mandioca sem casca fica mergulhada na água por mais de uma semana, e depois de amassada e lavada e transformada numa massa de bolo.

para a indústria tria, e tem a renda da terra sujeita ao capital. Nesse sentido, urge analisar como e por quem se dá a apropriação da renda da terra na indústria doméstica nos circuitos curtos de comercialização. Dentre as UPs, identificamos no gráfico 1 e 2 (a seguir) a seguinte representação da indústria doméstica na feira:

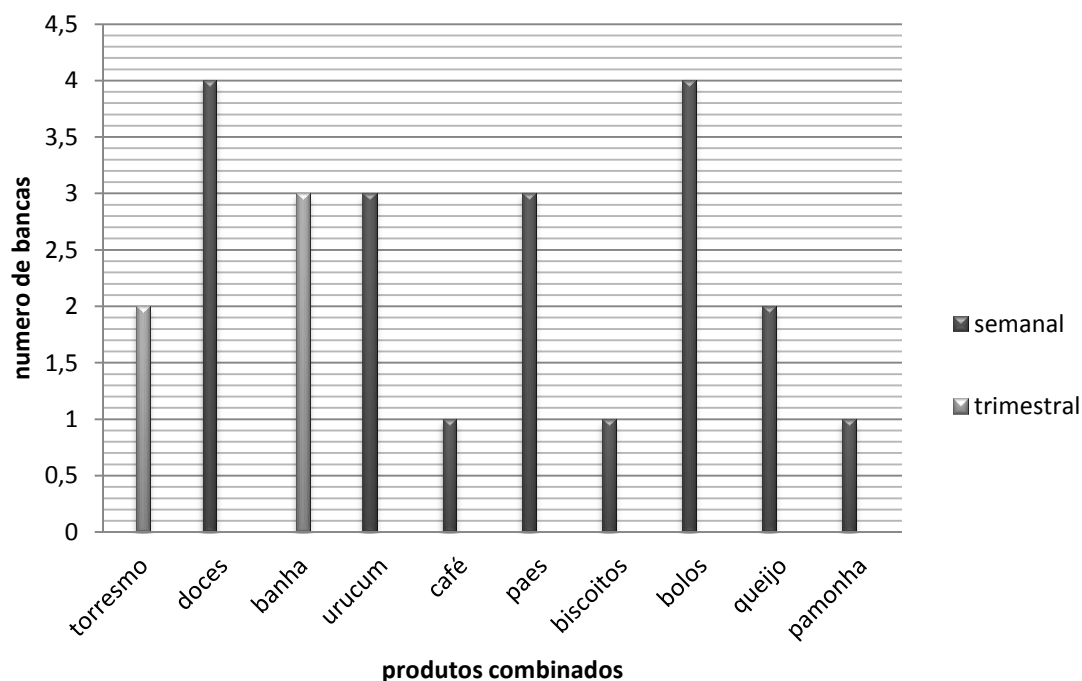
Gráfico 1. Município de Glória de Dourados-MS. Participação dos produtos combinados da indústria doméstica, no circuito de comercialização - feira



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 04/01/2019

Org: AZEVEDO, Laudiceia

Gráfico 2. Município de Glória de Dourados – MS 2018. Frequência e tipos de produtos combinados vendidos na feira.



Fonte: Pesquisa de Campo, 04/01/2019 Org: AZEVEDO, Laudiceia

Os gráficos 1 e 2 mostram a participação e os tipos de produtos combinados no âmbito da feira. Observamos que a presença desses produtos está mais frequente entre aqueles camponeses feirantes que possuem também produtos da hortifruticultura. Podemos considerar como justificativa, em primeiro lugar, o caráter de equilíbrio da base de elementos no campesinato. Isso quer dizer que os produtos combinados presentes nas bancas dos camponeses que vendem produtos da hortifruticultura podem complementar a renda auferida referente a venda dos produtos anteriores. Outra justificativa levantada pelos camponeses é o caráter sazonal da hortifruticultura, ou seja, quando essa produção diminui naturalmente, os produtos combinados continuam sendo vendidos nas bancas desses feirantes e garantindo parte da renda das unidades de produção.

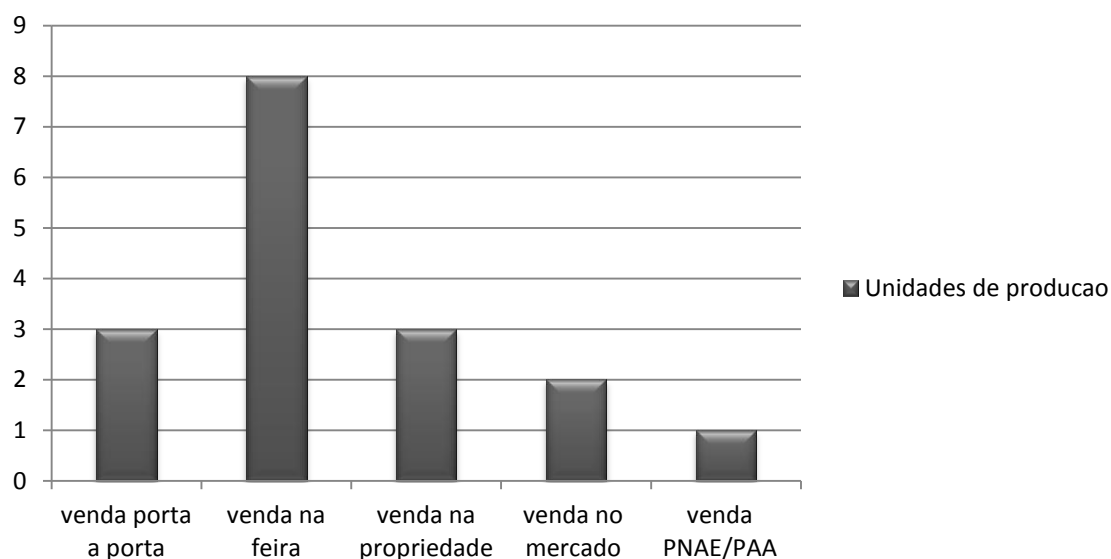
E por fim, ao nosso ver, levando em consideração ao caráter fiscalizador do poder público quanto a regulamentação, principalmente na atual conjuntura em que a regulamentação está presente nos planos de governo municipal desde o início de 2018. Foi possível observar a estratégia de camuflagem dos

produtos combinados, principalmente de origem animal, em meio aos produtos da hortifruticultura.

Model e Naridin (2014) observam essas dificuldades na feira da Mantifeira no Estado do Paraná e argumentam que a burocracia é grande e a normatização é rígida e muitas vezes incoerentes com a realidade dos camponeses produtores. Por isso, os camponeses que produzem exclusivamente produtos combinados principalmente de origem animal e que não estão ainda regulamentados buscam os circuitos curtos de comercialização fora do ambiente da feira. Isso quer dizer, que as dificuldades no âmbito da resistência camponesa persistem, seja qual for o movimento que essa classe social resolve fazer para permanecer na terra.

Além da feira, os produtos combinados são vendidos também de porta a porta, na propriedade e ao mercado pela venda indireta como mostra o gráfico 4. Observamos que a venda de porta a porta e na propriedade estão equiparadas enquanto a venda dos mesmos produtos para os programas públicos de alimentação só é feito por uma UP (unidade produtiva).

Grafico 3. Município de Glória de Dourados – MS 2018. Circuitos curtos de comercialização dos produtos combinados



Fonte: Pesquisa de Campo, 04/01/2019 Org: AZEVEDO, Laudiceia

A participação da indústria doméstica nas políticas públicas como PNAE/PAA é relativamente pequena, dentre as 15 unidades de produção camponesa analisadas, somente 1 vende seus produtos ao programa PNAE/PAA, assim como mostra o gráfico 1. Observamos que esse camponês não participa da chamada pública feita pelo município de Glória de Dourados e sim de Deodópolis. Segundo o entrevistado, naquele período o município não estava realizando a chamada pública, devido a ausência de ofertas e propostas pelos produtores. Relacionamos a pequena participação da indústria doméstica nos programas PNAE/PAA, à produção das unidades produtivas. Considerando que participam com no máximo 3 tipos de produtos, fato que talvez não seria interessante considerando o tamanho da produção, as normas do programa assim como avaliam os autores:

O PNAE apresenta potencial para fortalecer a conexão entre o consumo e a produção para além da realidade escolar, como uma alternativa ao modelo de produção hegemônico (monocultivo em grandes propriedades rurais) e possibilita a concepção de novas relações entre consumidores e produtores. Contudo, a formalização dos agricultores familiares é pautada em exigências legais e sanitárias muitas vezes não condizentes com a realidade do pequeno empreendimento rural e não permite a consolidação de novos arranjos produtivos locais (ROSSETI, WINIE e SILVA, 2016, p. 914).

Além disso, acreditamos produção e (re)produção do campesinato por meio do desenvolvimento contraditório do capitalismo (OLIVEIRA, 1981). Bem como, na busca do campesinato pela manutenção do seu modo de vida no campo. Isso quer dizer que o camponês busca outras formas de complementar a renda quando esta encontra-se em desequilíbrio. Portanto, entendemos que eventualmente outros circuitos curtos de comercialização já utilizados, alcançam o nível de satisfação das necessidades da unidade de produção camponesa.

3.7 A apropriação da renda da terra na indústria doméstica

A característica fundamental do sistema capitalista é a

subordinação de todos os setores produtivos e o interesse do capitalista é a apropriação da mais valia gerada pelo trabalho não pago no processo produtivo. Na agricultura, à medida que se deu a expansão das relações capitalistas no campo tornou a propriedade da terra submissa aos interesses do capital. Por ter se constituído numa mercadoria, a terra tem sido apropriada pelo capital, assim como o trabalho o é, conforme explica Martins:

Assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital (MARTINS, 1983, p. 160).

De modo geral, a renda da terra é o pagamento pelo uso da terra atribuído pelo capital. No entanto, essa renda ocorrerá de formas diversas. Na medida em que resulta da concorrência trata-se da renda da terra diferencial, na medida em que resulta do monopólio é renda da terra absoluta (OLIVEIRA, 2004, p. 43). A renda da terra diferencial deriva do caráter capitalista da produção ela existe independente da propriedade privada. Já a renda da terra absoluta, por ser monopólio de classe cobra da sociedade pela produção da terra. Em suma, a renda da terra não deixa de existir, quando o proprietário torna-se um explorador capitalista, ele não deixa de se apropriar da renda da terra.

De acordo com Oliveira (1986) a reprodução capitalista no campo acontece contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa e pelo desenvolvimento do capital para subordinar e se apropriar da renda da terra, ou seja, ao mesmo tempo em que está reproduzindo o camponês, também está se apropriando da renda terra.

A terra, segundo Martins (1996) difere do capital por produzir renda e o seu processo de apropriação não ser legitimado pela exploração do trabalho. Nesse sentido, a terra é um meio de produção, ou seja, um mecanismo pelo qual o ser humano, ao utilizá-la obterá o fruto do trabalho. Assim, entendemos que o camponês ao trabalhar a terra com sua família, o fruto desse trabalho se

transformará em renda, renda camponesa. No entanto, a utilização do campo para o desenvolvimento do capital abarcou até mesmo essas relações não capitalistas. Apesar de contraditórias, os camponeses como sujeitos não capitalistas passam a transferir a renda produzida, à capitalistas e contribuindo para o desenvolvimento do capital, seja esta renda, renda em dinheiro, em produto ou em trabalho.

Mizusaki (2009) ressalta a principal característica que define a produção camponesa é a forma pela qual se articula economicamente.

É preciso compreender, antes de tudo, que nessa modalidade de relação de trabalho, a unidade familiar é, também unidade de produção e por isso, a lógica que rege essa unidade produtiva não está fundamentada na lógica capitalista (MIZUSAKI, 2009, p. 290).

Assim, a sujeição da renda da terra na relação de trabalho camponês-integração traduz a perspectiva de reprodução social camponesa. Por outro lado, na perspectiva do capitalista, ele calcula o custo da produção, analisa o capital investido em relação a possibilidade de auferir o lucro médio, além da renda, e se a atividade não conferir com a perspectiva do lucro, não o convém. Enquanto isso, a produção camponesa produz mercadorias traduzidas a baixo custo no seguimento da produção capitalista. Nesse contexto, a renda da terra capitalista se dá devido ao caráter privado da terra e conseqüentemente, na junção dos proprietários dos meios de produção. Assim, surge o antagonismo nas perspectivas dos camponeses e proprietários de terras, dos camponeses e os capitalistas. Aos capitalistas interessa a venda de mercadorias que resulta em dinheiro em quantidade maior que aquele empregado para produzi-las. Dessa forma ou autor define:

A renda da terra aparece sob dois prismas, a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, já a renda absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse da coletividade; resulta do fato de que a propriedade da terra é o monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir (OLIVEIRA, 1986, P. 74).

Diante disso, a análise da produção camponesa não pode ser feita considerando as articulações das relações capitalistas das quais o

campesinato é originado contraditoriamente. Devemos pensar o campesinato na lógica que o classifica enquanto sujeito social, que se opõe aos interesses capitalistas. Esses sujeitos mesmo quando expropriados da terra lutam para retornar a *terra de trabalho*, em contraposição àqueles que a utilizam como *terra de negócio* (MARTINS, 1995, grifos do autor).

Desse modo cabe aqui analisar, a partir das observações realizadas nas unidades camponesas que têm a indústria doméstica como estratégia de resistência, a questão da apropriação da renda da terra. Por quem a renda da terra está sendo apropriada nessa estratégia de resistência? Consideramos que nem sempre ela será pelo camponês apropriada.

A atividade da indústria doméstica na unidade camponesa como uma possibilidade estratégica dessa reprodução configura-se à medida em que a unidade camponesa encontra-se com a “engrenagem de equilíbrio” travada. Quando o sujeito social não considera plausível à sua reprodução, a renda obtida. Seja ela, obtida através da integração com as indústrias ou na produção camponesa relativamente autônoma.

A desistência das atividades integradas às indústrias nos permite explicar o caráter da autonomia relativa nessa relação integrada ou seja, o camponês sujeita a renda terra enquanto alternativa de manutenção no campo, todavia, como pode ser observado, essa sujeição, não está alheia ao camponês. À medida que o camponês considera sua produção própria, suficiente para a sua manutenção, e decidem por desistir do vínculo com a indústria como se evidencia neste relato:

Eu trabalhava muito, mais os meus filhos né! Depois que começaram a sair de casa para trabalhar fora.. aí eu resolvi parar, porque eu não dava conta do serviço no lote...aí fiquei só com a minha velha e uma menina que é especial ... agora nós temos o gado.. chegamos a ter umas 30 vaca leiteira,...agora só estou com 7 vaca... chegamo entregar leite para o laticínio, mas foi pouco tempo... nós nunca mais vamos vender leite pra laticínio, a gente passou muita raiva com isso, ia recebê, e falavam: o leite tem água! o leite tem água!, além de ser uma mixaria e ainda falando coisa sem a gente nem dever... aí eu falei, de hoje em diante meu leite vocês não pega mais. Aí agora a gente faz um requeijãozinho né pra não perder o leite todo... a gente ganha mais fazendo o requeijão e não passa raiva. (Entrevista realizada em 08/05/2018).

Identificamos então, as características específicas do sujeito social camponês ressaltadas por Mizusaki (2009) e Oliveira (2004), a depositor aos interesses capitalistas, a produção pautada na satisfação das necessidades¹³ e preocupação de manutenção da sua terra de trabalho.

A apropriação renda da terra na relação com o capital monopolista que o camponês da unidade citada, se dava ocorria da seguinte forma “quando a circulação subordina a produção, ou seja, quando os preços dos produtos agrícolas são ditados na circulação “ (MIZUSAKI, 2009, p. 284).

Nesse caso, entendemos que a indústria apropria-se da renda da terra quando coloca no mercado o produto oriundo da produção camponesa, a preços muito mais altos do que o que foi pago para o produtor. Nesses setores, o processo produtivo realizado inteiramente no campo não traz retorno suficiente para o capitalista. Desse modo, a a apropriação da renda da terra se dá na *monopolização do território* (Oliveira 1981) sem expropriar o camponês e sem imobilizar o capital

Da mesma forma, a renda da terra é apropriada na atividade da sericicultura, também identificada em unidade camponesa com a indústria doméstica. Nessa unidade, a família produz no âmbito da indústria doméstica, alimentos processados cuja matéria prima não é totalmente de origem agrícola possui pequena parte dos insumos utilizados.

Conforme o diálogo trazido na entrevista, o filho argumenta: “Estamos pensando em parar com o bicho-da-seda”... “o “veneno das cana” está nos causando muito prejuízo, a gente já usaria o espaço da amora pra outra coisa” (entrevista concedida dia 25/01/2019). Segundo o entrevistado, a propriedade de 30 (ha), pertence aos avós que também vivem na unidade. Quando ele diz “usar o espaço da amora para outra coisa” trata-se de uma área de menos de 2 (ha) que foi destinado a eles quando decidiram exercer a sericicultura.

Observamos nesse caso específico, que a renda da terra dessa família camponesa está em parte sendo apropriada pelo capital monopolista mediante a atividade integrada e outra parte da renda da terra está contida na complexa relação de produção da renda camponesa.

¹³ É importante ressaltar, que a satisfação das necessidades não estamos limitando a produção camponesa, mas enfatizando a sua diferenciação. E essa diferenciação de acordo com Oliveira (2007) existe e variável em cada unidade camponesa.

A complexidade se dá no sentido da própria recriação camponesa, pois para obter renda, o camponês precisa transformar parte do seu produto em mercadoria, e sendo sua condição contraditoriamente recriada pelo capitalismo, torna-se inerente a esse sistema. Nesse contexto o valor do seus produtos está sujeito ao preço de mercado, dificultando a apropriação integral da renda camponesa como já explicou Marx (1974). “Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor geral” (MARX, 1974, p. 924).

Acreditamos que o camponês na indústria doméstica, ao possuir o controle do processo de transformação do produto em mercadoria “dribla” os interesses do capital industrial no trabalho familiar, bem como, o controle da circulação dessa mercadoria, por meio da escolha dos circuitos curtos como forma de venda direta dos seus produtos. Desse modo, torna-se uma estratégia que permite o camponês se apropriar da maior parte da renda da terra produzida, contribuindo para a sua reprodução enquanto sujeito social. Na tabela 17 estão contidos os rendimentos da UP4, a partir da produção e venda de produtos combinados nos circuitos curtos.

Os produtos combinados mais vendidos por essa unidade camponesa são produzidos, a partir de produtos de base comprados, como no caso dos pães e o biscoito “pele de leite”. A família vende diretamente nas feiras da região (Deodópolis, Glória de Dourados e Ivinhema).

Tabela 18. UP- 4 Município de Glória de Dourados – MS 2019. Produção e venda de produtos combinados indústria doméstica.

Materia prima / mês	Produto	Quantidade/ mensal	Circuito curto de comercialização	Preço / R\$	Renda/mensal bruta /R\$
Trigo	Paes	84 unid.		8,00	672,00
Polvilho	Pururuca-pele de leite	80 pct.		3, 00 pct.	240,00
	Pururuca-pele de porco	13 pct.	Venda direta-feira	5,00 pct.	65,00
Carne suína	Torresmo	2 kg.		10,00 250g	20,00
	Banha	2 L.		12,50/ L	25,00
Total					1,022,00

Fonte: pesquisa de campo em 25/01/2019

Considerando os rendimentos apresentado na tabela 18, a unidade camponesa composta por 3 membros possui renda aparentemente equiparada entre as atividades. O fator preponderante que irá diferenciar e qualificar a produção camponesa é o nível da autonomia relativa possibilitada pelas as atividades desenvolvidas.

Na indústria doméstica, a família se dedica em media 6 h/dia na produção, pois, a venda dos produtos é feita 3 vezes por semana em 3 feiras diferentes na região (Glória de Dourados, Deodapolis e Ivinhema. O trabalho é executado na maior parte pela mulher, na produção de pães e biscoitos de polvilho. Enquanto isso, os homens dedicam em média 6 a 8 horas diárias de trabalho na sericultura, nas primeiras semanas, divididas entre cortar a amora e fazer o tratamento. Desta forma, verifica-se que a renda em trabalho, no caso da sericultura é dada gratuitamente, evidenciada na intensidade do trabalho realizado e não computado no cálculo econômico. Na indústria doméstica, o trabalho é bem menos intenso. A foto 19 (a seguir) mostra o processo de fabricação do produto combinado “pele de leite”, que se traduz num biscoito à

base de polvilho e temperos.

Foto 20. Etapas do processo de transformação do polvilho azedo em produto combinado pururuca pele de leite na UP 4.



Fonte. AZEVEDO, Laudiceia 25/01/2019

Foto 21. Município de Glória de Dourados – MS. Produto finalizado na UP 4, pururuca de "pele de leite"



Fotografia. AZEVEDO, Laudiceia 25/01/2019

Como já esclarecido na fala citada do camponês, a diminuição da renda oriunda da sericicultura ocasionada pela pulverização de agrotóxicos levou a família a repensar novas formas de complementar a renda. Na opinião da família: “se a usina não parar de pulverizar o veneno vamos ter que parar e ver outro jeito...(e finaliza)... estava pensando em cadastrar no PNAE (Programa Nacional de Alimentação escolar).

Nesse contexto, o programa institucional PNAE, seria também uma forma alternativa de ultimar o produto-mercadoria da indústria doméstica e contribuir para o complemento da renda camponesa. De acordo com a lei (11.947/2009):

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, (Lei nº 11.947/2009, art. 18).

Dessa forma, a unidade camponesa UP 5 possui além da horticultura, a indústria doméstica e utiliza além da feira, o PNAE como uma das formas de circuito curto de comercialização para ultimar parte dos seus produtos combinados.

A unidade camponesa é propriedade de herdeiro remanescente da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Atualmente a propriedade possui 8 ha dos 30 ha concedidos. O camponês reside e reside na mesma unidade há mais.

O entrevistado declara que depois do quase extermínio dos cafezais na década de 1970 passou a dedicar-se à produção de hortaliças para venda na feira local e no município de Deodópolis. Há 20 anos, a família camponesa sentiu a necessidade de complementar a renda, com a chegada dos filhos. Assim, iniciou a produção na indústria doméstica de pães, bolos e doces (leite, frutas), como apresentado na tabela 16.

Os produtos combinados eram inicialmente vendidos somente nas feiras de Glória de Dourados e Deodópolis. Em 2012, a família adquiriu por meio de financiamento, equipamentos como: forno industrial, amassadeira, para a organização da indústria doméstica. Com esse aparato técnico inicial, a

unidade produz e vende diretamente para a feira e indiretamente para o PNAE aproximadamente 260 pães por mês. Assim, prosseguiram com a venda nas feiras e a partir de então, elabora projetos de venda a cada 6 meses e submete ao PNAE, no município de Deodópolis. O projeto pode ser montado formal (cooperativas) ou informal (individualmente) com os produtos que o camponês tem interesse de vender com base no edital organizado pela entidade executora.

O programa não está entre as nossas perspectivas de análises, portanto, não entraremos em detalhe sobre seu funcionamento. Mas seguimos com a análise do PNAE, como um dos caminhos utilizados pelo camponês para a venda dos produtos combinados, por eles produzidos na indústria doméstica.

Tabela 19. UP- 5 Município de Glória de Dourados-MS 2019. Produtos combinados na indústria doméstica.

Materia prima / mês	Produto	Quantidade/ mensal	Circuito curto de comercialização	Preço / R\$	Renda/mensal bruta /R\$
Trigo	Pães	80	Venda direta- feira	8,00 und.	640,00
		184	Venda indireta PNAE	6,50 und.	1.196,00
Leite	Doces	10 un.	Venda direta- feira	15,00 und.	150,00
		22 un.	Venda indireta- PNAE	13,50	297,00
Frutas	Doces	5 un.	Venda direta- feira	15,00 und.	75,00
Vegetais	Doces	5 un.	Venda direta- feira	10,00 und	50,00
	Bolos	32 un.		7,00 Und.	224
Total					2,632,00

Fonte: pesquisa de campo realizada em 20/10/2018

Notamos que essa unidade camponesa possui rendimento relativamente maior que das demais unidades. Considerando que os dados da tabela 16 consta somente os rendimentos auferidos pela venda de produtos combinados, porém na unidade são produzidas também hortaliças que são vendidas diretamente na feira e também para o PNAE mediante chamada pública no município de Deodápolis.

A venda dos produtos para o programa é feito um projeto licitatório conforme a tabela 17, seguindo o edital elaborado por profissional nutricionista com base numa alimentação saudável. Segundo a explicação do camponês entrevistado, no projeto constará, daqueles produtos que estão no edital, os que serão ofertados pelo camponês contendo quantidade e preços. A licitação é entregue a entidade responsável e em seguida é realizada a chamada pública para a definição das unidades que serão efetuados o contrato de 12 meses.

Tabela 20. Município de Glória de Dourados-MS. Proposta de licitação de venda de produtos combinados da UP 5 para o PNAE.

Produto combinado	Quantidade / ano	Instituições	Preço/R\$	Renda anual obtida/ R\$	Média/renda mensal
Pão	2.208 uni.		5,50	12.144,00	1.012,00
Doces: Leite Abobora Mamão	264 pot. / 500g	4 escolas	13,50	3,564,00	297,00
Total				15, 708,00	1,309

Fonte: pesquisa de campo realizada em 20/10/2018

“É como se fosse um leilão ao contrário” declara o camponês em entrevista referindo ao critério de aprovação, ganha a venda a licitação aquele que oferta o produto em menor preço entre as licitações.

Segundo a nossa pesquisa de campo, a UP 5 é a única que utiliza o Programa de Alimentação Escolar, como caminho de venda de parte dos seus produtos combinados. Durante as entrevistas nas demais unidades de

produção que possuem a indústria doméstica notamos que muitos dos camponeses que entrevistamos não possuem conhecimento sobre seu funcionamento.

No que diz respeito à produção UP 5, observamos que a família diz estar satisfeita com a atividade na indústria doméstica, mas planejam ampliar a atividade com o processamento da mandioca. Segundo o camponês:

Agora estamos organizando toda a regulamentação pra gente trabalhar com a mandioca e pré-cozida.... minha esposa fez um curso aí por último e achamos interessante...já fazemos pra casa já faz tempo, o processo que a gente faz... o choque térmico faz ela durar muito mais tempo congelada e quando for cozinhar além de cozinhar mais rápido fica parecendo que é da hora (entrevista realizada dia 20/10/2019).

Sobre a ampliação da indústria doméstica, o camponês ressalta: “meu objetivo é manter esse sítio, produtivo”, e comenta sobre a queda na produção de frutas, atrelando o efeito da pulverização aérea à queda dessa produção. Exemplifica:

Por exemplo, tem produto que tem época que os doces sai pouco, aí tem a hortaliça que tá firme, outra hora a horta tá fraca, aí tem a panificação que segura,...então quanto mais variedade a gente tiver... é menos risco de ficar parado (IDEM).

Ploeg (2008) analisa o *melhoramento na eficiência*, como forma de diminuir a dependência quando o camponês busca no fortalecimento da base, recursos através de investimentos nos elementos de produção que compõem a estrutura da unidade camponesa. Bartra (2011) argumenta que o camponês possui seus meios de produção para se (re)produzir, desse modo ele não transforma esses meios em dinheiro nas necessidades. Para isso ele busca o melhoramento e estratégias dentro da compatibilidade do mercado que irá enfrentar.

A *Eficiência* a nosso ver, segue de “mãos dadas” com o capital financeiro que pode tragar a renda da terra camponesa a partir dos créditos bancários. O camponês produtor dessa unidade já realizou 2 financiamentos pelo PRONAF, e último será quitado para realizar o próximo para investimento adequações na infraestrutura da indústria doméstica.

Identificamos nesse contexto, dentre as Ups, uma unidade camponesa

que buscou na irrigação, o melhoramento na sua eficiência produtiva. O sistema de irrigação custou o investimento de 140 mil reais, recurso adquirido por meio do PRONAF. Na foto 21 podemos ver o tanque que irriga 90% da propriedade de 17 (ha). Destes, 12 (ha) são totalmente irrigados. De fato, o camponês diminuiu a dependência Ploeg (2008) das intempéries climáticas dos riscos de prejuízos em períodos de secas, pois a eficiência trazida pela irrigação garante a produção do Milho, mandioca entre diversos produtos que é vendido *in natura* e transformado em produto combinado (bolo de milho e pamonha), o ano inteiro (ver foto 22).

No entanto, boa parte da renda arrecadada nessa produção será entregue ao banco abrindo espaço para a apropriação da renda da terra ao capital financeiro por meio do crédito bancário. Bartra (2011) explica que o camponês se dispõe a contrair dívidas para garantir sua capacidade de trabalho, mesmo que a renda desse investimento seja suficiente para suprir somente suas necessidades de sobrevivência.

Foto 22. UP-2 Município de Glória de Dourados-MS. Sistema de irrigação



Fotografia: AZEVEDO, Laudiceia 20/10/2018

Foto 23. UP-2 Município de Glória de Dourados. Sistema cultivo de milho

irrigado- matéria prima para produto combinado



Fotografia: AZEVEDO, Laudiceia 20/ 10/18

A foto 22 ilustra o cultivo sistemático do milho, além da irrigação é realizado o sistema de rotatividade para que a produção não tenha falhas. Ao passo que uma parcela do milho está sendo colhida, outra parte está quase no ponto de colher e outra está sendo plantada, ou seja, de modo equilibrado. Assim, entendemos que o sujeito camponês é recriado pelo desenvolvimento desigual e combinado, assim como, buscam formas de resistência, estratégias de produção nas quais sua (re)produção se dá de forma que sua autonomia relativa não seja ainda mais reduzida, ou seus meios de produção desaparecidos, na ploretarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa buscou analisar o caráter de resistência camponesa, a partir da busca de novas formas de produção que possibilitem manter o equilíbrio dos meios de produção e a manutenção do camponês no campo. Dessa forma a análise partiu da indústria doméstica, ou seja, da transformação da matéria prima em produto combinado e venda desses produtos por meio de circuitos curtos de comercialização.

De modo geral, os camponeses são sujeitos sociais não capitalistas resultado do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, as transformações ocorridas mediante a expansão do capital no campo não transformou todas as relações em relações capitalistas, ela se deu mediante o caráter contraditório do capitalismo que segue criando e recriando relações não capitalistas no seu processo de desenvolvimento.

Esse caráter contraditório de desenvolvimento mostrou-se ao longo dos anos responsável pela criação e (re)criação de relações opostas em seu cerne. Essas relações consistem em relações extraeconômicas, materializadas no território regido pelo capital monopolista. Elas traduzem as configurações territoriais e as especificidades multidimensionais nas formas de produzir econômica e socialmente.

Nesse contexto, a expropriação, ploretarização do campesinato foi resultado dessa expansão capitalista, que por meio da propriedade privada da terra se apropriou da terra de trabalho dos sujeitos do campo, para a produção moldada pelo modelo hegemônico capitalista pautado na grande propriedade e grande produtividade. Entretanto, a forma como a relação de produção capitalista está pautada, D-M-D, a relação oposta torna-se interessante para o seu desenvolvimento haja vista, a perspectiva em primazia da obtenção de lucro nessa produção. Desse modo, a relação oposta M-D-M, que consiste a produção camponesa permite por meio da sujeição da renda da terra ao capital a apropriação da mais valia, sem imobilizar o capital. Nessa circunstância, a relação não capitalista é criada e (re)criada, por meio da monopolização do capital.

Enquanto sujeitos não capitalistas inerentes ao sistema hegemônico, o campesinato resiste ao domínio total da sua forma de produção pelo capital.

Mantendo sua forma de produção pautada no equilíbrio dos meios de produção que permite a sua (re)produção produzem de modo específico, e buscam outras formas quando a forma vigente coloca em risco esse equilíbrio e conseqüentemente o risco de sua existência, caracterizando assim estratégias de resistência.

Nessa perspectiva, as unidades camponesas presentes no município de Glória de Dourados e analisadas possuem a característica de formação do município, que foi pautada na pequena propriedade doada pela CAND. Parte desses camponeses resistem ao longo dos 60 anos pela sua manutenção no campo, inclusive na mesma propriedade. Para isso, os camponeses tem exercido várias estratégias, e uma delas consiste na integração ao mercado capitalista pela realização de etapas de produção para a indústria no campo, (avicultura, suinocultura, sericicultura). Essas atividades foram trazidas para o município pelo programa de desenvolvimento e extensão rural, com o apoio do poder público municipal e estadual.

Até o final da década de 1990, essas atividades possibilitou ao campesinato a manutenção da unidade camponesa, até o evento da reestruturação produtiva que, como de práxis na perspectiva capitalista priorizou a alta produtividade, e assim, o aumento do custo favoreceu as médias a grandes propriedades, tendo em vista a necessidade de financiamento.

Notamos então, que as reconfigurações no campo se deram mediante a expansão do capitalismo, e com a participação do Estado, em suas várias instâncias, numa perspectiva desenvolvimentista incoerente com a perspectiva do camponês enquanto sujeito social do campo. Dessa forma, as contradições no campo glória-douradense e a luta dos camponeses pela permanência da terra inicia-se além das transformações em nível global, a partir de projetos pautados no desenvolvimento econômico do município. Instituído a partir desses projetos relações contraditórias em que são criadas condições de reprodução camponesa, inerentes à estratégia do capital monopolista que se realiza sem a necessidade de imobilizar capital. Enquanto ao camponês, lhe custa a sujeição da renda da terra ao capital e a diminuição da sua autonomia relativa dos camponeses no seu processo de (re)produção, enquanto classe social. Foi possível observar essa relação de sujeição, a partir da análise dos dados quantitativos da produção e nos relatos dos camponeses sobre a

subordinação aos ditames da indústria capitalista.

Na perspectiva de resistência camponesa, identificamos além da sujeição da renda da terra no movimento do capital monopolista, traduzido na “integração”, notamos o enfrentamento dos camponeses aos impactos causados pela territorialização do capital. Nesse caso, os prejuízos causados pela pulverização de agrotóxico nas proximidades das unidades que exercem a sericultura e apicultura. Notamos nessas unidades, a soma de estratégias de resistência, uma vez que, a renda obtida através da integração é decaptada pelos impactos da territorialização do capital, desequilibrando e colocando em risco a base de recursos da unidade camponesa.

A indústria doméstica na perspectiva de estratégia de resistência e manutenção do camponês na terra de trabalho foi evidenciada nas UPs analisadas. De fato, os camponeses encontram na indústria doméstica, outra estratégia de resistência e reprodução mediante os rendimentos provindos da venda direta dos produtos combinados, por meio dos circuitos curtos de comercialização. De modo geral, inferimos a indústria doméstica que Lênin (1985) defende ter se transformado em indústrias capitalistas ou se desintegrado, no campesinato russo no século XX, nos serviu como base para refletir de forma multidimensional as características inter-relacionais envolvidas no processo de transformação da matéria prima em “produto combinado”.

O camponês enquanto resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalista Oliveira (1981) possui autonomia relativa. Dessa forma, entendemos que ele pela autonomia possuída e, a partir dela busca a produção de renda para se reproduzir e manter os elementos da sua base de recursos. Nesse sentido, encontramos no conceito de circuitos curtos, uma forma de explicar a resistência camponesa a partir da indústria doméstica.

Considerado na discussão da produção de territórios os circuitos produtivos explicam os fluxos da produção do âmbito global ao local (CASTILLO, 2010), sendo no âmbito local formado por redes curtas de circulação da mercadoria. Desse modo, o produto é transferido para o consumidor de forma direta (feiras, entrega a domicílio, venda na própria propriedade) ou indireta (entrega nos mercados, ou políticas públicas como PNAE, PAA). Neste trabalho o conceito de circuito curto contribuiu para entendermos as formas de destinação do “produto combinado” e as inter-

relações possibilitadas no processo produtivo da indústria doméstica. Compreendemos que os circuitos curtos podem possibilitar maior autonomia no processo produtivo do “produto combinado” tendo em vista a ausência de intermediários ou a presença de apenas um deles.

Assim, consideramos que o circuito-curto constitui o caminho adotado pelo camponês na indústria doméstica, para a destinação do produto combinado para o mercado. Entre as 16 unidades de produção analisadas, a venda direta por meio dos circuitos curtos de comercialização é a forma mais utilizada pelos camponeses que possuem indústria doméstica. Portanto, os produtos combinados das indústrias domésticas identificadas em Glória de Dourados são destinados aos circuitos curtos: feira, entrega a domicílio, venda na propriedade e uma pequena parte é vendida para PNAE.

Percebemos que o camponês na indústria doméstica possui o controle da produção (por meio da transformação da matéria prima na unidade) e do destino do produto (por meio dos circuitos curtos de comercialização). Entretanto, analisando no âmbito da regulamentação formal exigida nos circuitos curtos de comercialização, entendemos que a renda da terra é passível de ser apropriada pelo capital financeiro, na ocasião de empréstimos bancários para a realização de reestruturação produtiva à luz das leis de inspeção sanitária. Analisamos além disso, que a venda indireta, por meio dos circuitos curtos de comercialização possibilita a apropriação da renda da terra pelo capital, tendo em vista, a existência de um intermediário e nesse caso o preço pago por ele possui diferença significativa se comparado ao preço pago pelo consumidor na venda direta.

Portanto, chegamos a reflexão de que a qualquer modo a (re)produção camponesa está de maneira relativa, sujeita à reprodução do capital, por ela ser inerente ao desenvolvimento contraditório capitalista. A resistência consiste na busca por autonomia e condições compatíveis para o funcionamento da engrenagem de equilíbrio responsável pela estrutura da unidade camponesa. O desequilíbrio dessa base coloca em risco a existência do sujeito camponês, que somente se realiza na propriedade da terra. Nesse contexto, a indústria doméstica, constitui uma estratégia de resistência capaz de proporcionar maior autonomia relativa ao camponês no que diz respeito ao controle de produção e renda no processo de transformação da matéria prima em produto combinado,

que por conter as inter-relações do processo produtivo contribuem para fortalecer a ligação produtor-consumidor, e assim, a permanência do camponês no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense**: contexto, propósitos e contradições. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FLCH/USP, 2001.

ALCANTARA, Pedro. **Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do sul, Glória de dourados e Deodópolis**: região Meridional de mato grosso do sul. 173 f. tese (Doutorado em Organiza,ção do Espaço) – Instituto da Faculdade Geociências e ciências exatas UNESP/Rio Claro, 2006.

AZANHA, Gilberto **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul** Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005.

AZEVEDO, José de. **Historias que vivi**, ed. DezDez, 1994.

BRAND, Antônio e COLMAN, Rosa Sebastiana. **Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguay e Argentina: uma viagem de intercambio Guarani**. In: 27 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto 2010, Belém/ Pará.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da Terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. (Dissertação) Dourados 2008.

CASTILLO, Ricardo, FREDERICO, Samuel. **Espaço Geografico e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito especial produtivo**. Artigo publicado em Revista: Sociedade e natureza, p. 461-474. Urberlandia, 2010.

CHAYANOV, A.V. **La organizacion de la unidad economic campesina**. Trad. R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva vision SAIC, 1974.

CORREA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)** 2 edição, Campo Grande, MS. ed: UFMS, 2006.

DOMINGUES, Alex Torres. **O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas**. Revista Tamoios. Ano VII. Nº 2, 2011.

FERREIRA, Eva Maria Luiz e FALCAO, Mariana Silva. **Os Kaiowá e Guarani como mão de obra nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1890-1960)**: Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.2, n.2, p.94-110, jul./dez. 2013.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência Camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista Nera - nº11- p. 8-32 jul/dez 2007.

_____. **A posse da terra e o sem-terra no sul de mato**

grosso do sul caso Itaquirai, dissertação (mestrado em geografia) Presidente Prudente, 1995.

_____. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio**. Outras Expressões, São Paulo 2014.

GRESSLER, L. A; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado do Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. 1ed. Dourados. 1988.

GRESSLER, L. A; VASCONCELOS, L. M. **Aspectos históricos e geográficos do Estado do Mato Grosso do Sul: destaque** 1ed. Dourados. 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENHARO, Alcir. **O abastecimento da Corte na formação política do Brasil-(1808-1842)** 2 ed. Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes Departamento geral de Documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1993.

LÊNIN, V. L. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, A. F. de. Glória de Dourados: **datas e fatos**. Glória de Dourados: 1982.

LIMA, P. A. de. **Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: Região meridional de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: UNESP Rio Claro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Acesso em: 24/05/2018.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. Pioneira, São Paulo, 1975.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec 1994.

MELIÀ Bartomeu, S.J. **Memória, história e futuro dos povos indígenas.** Prefácio, In: **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Org. Graciela Chamorro, Isabelle Combès -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 934 p.

MODEL, Patricia Aparecida; DENARDIN, Valdir Frigo. **Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira – PR.** Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2014, São Paulo. Anais do XVI Engema, 2014. v. 1 p. 1-14.

MORENO, Gislaine. **Os (Des)caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso.** Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

MOTTA, Regina Célia Carvalho de Sá. **As linhas de campesinidade na (in)subordinação no município de Gloria de Dourados.**

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** 432f. Tese (Doutorado em Território, Economia e Desenvolvimento Regional) – Instituto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 2003.

_____**Território e reestruturação produtiva na avicultura icultura.** Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense.** Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Sociedade e Meio ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina. SC, 2003.

_____**Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

NAGLIS, S. G. B. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”:** os colonos da **Colônia Agrícola de Dourados – CAND (1943-1960).** Dissertação (Mestrado em História) Dourados: UFGD Dourados, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

_____**A Geografia Agraria e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, A.F. **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: contexto, 1999. 63-110.

_____. **A Agricultura Camponesa.** São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

_____**Agricultura e indústria no Brasil.** In:

-

_____**A longa marcha do campesinato brasileiro:**

movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria. Estudos avançados, 15 (43), 2001.

_____. **Perspectivas da Geografia Agrária.** Artigo apresentado em II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** Artigo publicado XII Colóquio Internacional de Geocritica. Departamento de Geografia FFLCH- USP/São Paulo, 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QUEIROZ, P. R. C. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX).** In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.** Dourados: EDUFGD, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 2007, 184 p

SAQUET, Marco Aurélio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SHANIN, T. **Lições Camponesas.** In: Paulino, T., FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campeinato e Territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-47.

_____. **La classe incómoda: sociología política del campeinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923)** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SCHNEIDER, Sérgio. Prefácio. In: CONTERATO, Marcelo Antônio et al. (Org.). **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos.** Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 08-11. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/03_ebook_PGDR.pdf>.

_____ **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Artigo, Publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, V. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

_____. DAVID, Cezar de. **Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais.** Publicado na revista Campo território: Revista de Geografia Agrária, v.3, n. 5, p. 14-37, fev 008.

WORTMANN, Ellen. **A comida como linguagem.** Artigo publicado Revista HAbitus, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

WORTMANN, Klass **Com parente não se neguceia:** O Campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Jornal "O Candango". **Dados sobre o Município de Glória de Dourados.** 1971. Acesso em 13 de outubro de 2018.